

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2024



Consolidado

Versão aprovada em reunião do Conselho de
Administração de 19 de setembro de 2025

Índice:

1 – RELATÓRIO DE GESTÃO

1.1 – Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	3
1.2 – Sumário Executivo	4
1.3 – Caracterização da idD Portugal Defence	6
1.4 – Modelo de Governo Societário	7
1.5 – Estratégia e Modelo de Negócio	13
1.6 – Recursos Humanos	19
1.7 – Ações desenvolvidas em Matéria de Sustentabilidade	20
1.8 – Perímetro de Consolidação	20
1.9 – Análise Económica e Financeira	20
1.10 – Resumo de performance económica e financeira das participadas	23
1.11 – Perspetivas para 2025	41
1.12 – Agradecimentos	48

2 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS E ANEXO

2.1 – Demonstrações Financeiras Consolidadas	49
2.2 – Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	55
2.3 – Demonstrações Orçamentais Consolidadas	111

3 – RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

113

4 – CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

114

1 – RELATÓRIO DE GESTÃO

1.1 – Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

A atual equipa do Conselho de Administração da idD Portugal Defence iniciou funções em janeiro de 2025. O presente relatório relativo a 2024 decorreu, por isso, ainda sob gestão do anterior Conselho, em que existiam oito objetivos estratégicos, era dada preponderância ao que foi denominado como 6 Rs - Reposicionar, Reestruturar, Reorganizar, Rebranding, Relocalizar, Reindustrializar – e em que a visão assentava em três pilares:

1 - Fomentar o desenvolvimento tecnológico e industrial da economia de defesa, apoiando integradores nacionais e atraindo investidores estrangeiros.

2 - Promover a retenção do talento nacional para impulsionar o desenvolvimento e industrialização da economia de defesa de alto valor acrescentado.

3 - Desenvolver a participação da Economia de Defesa no ciclo de vida dos equipamentos das Forças Armadas, contribuindo para a sua autonomia, operacionalidade e modernização.

A todos os colaboradores que desenvolveram o trabalho da idD Portugal Defence S.A. durante o ano de 2024 cumpre uma palavra de agradecimento. Os resultados da actividade desenvolvida foram fortemente condicionados pelos procedimentos burocráticos relacionadas com a aprovação de contratos junto do Tribunal de Contas, que limitou as operações de desmilitarização, a mais importante fonte de receitas da idD.

Já em 2025, a continuação do agravamento do enquadramento externo e a necessidade de aumentar o investimento na área da Defesa trouxe um novo destaque para esta área, que resultou no acrescido interesse de empresas e de outras entidades.

Neste enquadramento, a nova equipa da idD decidiu apostar na simplificação das orientações estratégicas e no redesenhar da relação entre a indústria de Defesa e os Ramos militares. Para isso há uma opção pela revalorização do funcionamento do grupo idD, especialmente com as participadas Arsenal do Alfeite e ETI, pela diversificação de mercados nas munições e pelo aprofundamento e reorganização da ligação entre a indústria de Defesa nacional e os Ramos Militares através de dois canais principais: a produção industrial e de serviços e o desenvolvimento tecnológico.

Esta opção visa reforçar o papel da idD Portugal Defence na Defesa nacional e alcançar a sua nova visão de “ser reconhecida como uma referência no apoio da indústria às Forças Armadas”. Este é o desafio para o grupo idD durante o próximo triénio

Ricardo Pinheiro Alves

1.2 – Sumário Executivo

A idD Portugal Defence, S.A. (idD), conforme Despacho conjunto do Ministro da Defesa Nacional e do Secretário de Estado do Tesouro nº 786/2020, datado de 30 de dezembro de 2019 e publicado em Diário da República de 21 de janeiro de 2020, resulta da reestruturação da idD – Plataforma das Indústrias de Defesa Nacionais.

A idD Portugal Defence, S.A., é assim uma empresa pública reclassificada (EPR) criada a partir da totalidade da atividade da anterior idD - Plataforma das Indústrias de Defesa Nacionais, S.A., que englobava a atividade industrial de desmilitarização e desativação de munições e explosivos e, desde 2014, a gestão da Base Tecnológica e Industrial de Defesa (BTID), bem como dos ativos restantes da liquidação da extinta holding da Defesa a EMPORDEF, SGPS, S.A., no essencial, as participações em sociedades das indústrias de Defesa de que o Estado era detentor e que após avaliação realizada por auditor independente, foram transmitidas para a sociedade por aumento de capital em espécie, constituindo na sua substância, por determinação do acionista e em resultado do processo de reestruturação, uma empresa nova, cujo objeto transcende a mera soma dos mencionados, tendo-lhe sido cometidas novas e complexas funções em resposta ao novo momento europeu e da NATO e, bem assim, a um papel muito mais central como “o” instrumento de política pública para a Economia de Defesa.

De referir com particular destaque a participação da idD Portugal Defence, S.A. na implementação da primeira Medida de Assistência ao abrigo do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz (MEAP), o novo instrumento extraorçamental da UE destinado a prevenir conflitos, consolidar a paz e reforçar a segurança internacional. Esta medida MEAP ASMOZ, constitui uma missão não letal da União Europeia e apresenta para Moçambique um envelope financeiro de €85 M para um período de 24 meses, com o objetivo de equipar as unidades moçambicanas treinadas pela Missão de Formação da UE em Moçambique (EUTM), a fim de repor a paz e as condições de segurança na província de Cabo Delgado.

No que se refere à atividade de Desmilitarização (que integra o Eixo III), em 2024 com a obtenção de visto do Tribunal de Contas, procedeu-se à execução do contrato bianual de prestação de serviços com a Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN) para a desativação e destruição de munições dos três Ramos das Forças Armadas.

As participações com ações e direitos de voto inferiores a 50% foram relevadas no Balanço Consolidado e Resultados Consolidados através do Método de Equivalência Patrimonial (à semelhança do verificado nas contas da idD Portugal Defence, S.A. em Base Individual).

Os rendimentos ou ganhos do grupo idD – Portugal Defence, S.A. ascenderam em 2024 a 23.644.901,08 euros, registando-se uma diminuição de 6.666.731,66 euros, ou seja - 21,99 %, face aos 30.311.632,74 euros registados em 2023.

Em 2024, o EBITDA consolidado do grupo, incluindo o impacto contabilístico resultante da aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) nas participações financeiras

minoritárias, sofreu uma forte redução face ao exercício anterior, - 5.057.454,30 euros (78,3%), mas continuou positivo em 1.404.850,92 euros, com uma margem EBITDA de 6,02%.

A aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) nas participações financeiras onde a idD Portugal Defence, S.A. tem uma posição minoritária, traduzido nos resultados consolidados pela flutuação das mais ou menos valias do capital com origem no resultado líquido de cada resultado das sociedades ponderado pela percentagem de detenção do capital das participadas eventualmente ajustado pela distribuição de dividendos, cujas atividades não são diretamente controláveis pelo grupo, originou um ganho no montante global de 1.524.661,12 euros.

Os Resultados Operacionais consolidados (EBIT), deduzidos do impacto das amortizações e depreciações que neste exercício ascenderam a 5.264.664,91 euros, por via da integração do Parque Aeronáutico de Alverca no património consolidado, foram negativos em 3.859.813,99 euros, correspondente a uma margem EBIT negativa de 16,32% (face ao resultado operacional consolidado de 1.315.941,14 euros observado em 2023).

Após o impacto dos resultados financeiros e do imposto sobre o rendimento, o Resultado Líquido Consolidado da idD Portugal Defence, S.A. foi negativo em 3.940.858,49 euros, correspondente a uma margem líquida negativa de 16,67% (face a um resultado líquido positivo consolidado de 1.280.548,74 euros, correspondente a uma margem líquida positiva de 4,26% no ano anterior).

O Cash Flow Consolidado global do grupo no exercício de 2024 (após efeito cambial) foi positivo, tendo atingido o montante líquido de 3.065.714,94 euros, registando-se, uma variação positiva de 1.750.008,31 euros, i.e. 133,01 % face ao exercício anterior em que o fluxo foi positivo em 1.315.659,19 euros.

O Cash Flow Operacional Consolidado foi negativo no montante de 1.861.081,50 euros, traduzindo-se numa variação negativa de 329.268,67 euros, face ao valor negativo de 1.531.812,83 euros observado em 2023. Esta variação explica-se essencialmente pela diminuição dos recebimentos de clientes e pelo aumento dos pagamentos ao pessoal essencialmente na área de manutenção e construção naval do Arsenal do Alfeite, que representa 87% do total dos recebimentos.

O Cash Flow de Investimento Consolidado foi negativo, no valor de 65.570,84 euros, uma variação negativa de 2.912.728,51 euros, face ao valor positivo de 2.847.157,67 euros observado em 2023, e explica-se pelo recebimento não recorrente em 2023 do valor referente ao PRR New Space Portugal 2.870.366,65 €.

O Cash Flow de Financiamento Consolidado foi positivo no montante 4.992.319,84 euros, registando uma evolução positiva de 4.992.005,49 euros, face ao valor de 314,35 euros observado em 2023, explicado essencialmente pela contratação de um financiamento junto do acionista no valor de 5.000.000 euros.

1.3 – Caracterização da idD Portugal Defence

Em 1997 é criada a IDD – Indústria de Desmilitarização e Defesa, S.A. tendo por objeto da sua atividade inicial a conceção, a indústria, o comércio e a manutenção de material de Defesa e de desmilitarização de munições e outros acessórios, a conversão de materiais e ainda todas as atividades e produtos que com eles se relacionem e uma natureza marcadamente industrial.

Com a alteração dos seus estatutos em agosto de 2014, a idD passou a designar-se Plataforma das Indústrias de Defesa Nacionais tendo-lhe sido atribuída a nova missão de desenvolver a atividade de promoção das indústrias de Defesa nacionais, nomeadamente na definição da estratégia de desenvolvimento da Base Tecnológica das Indústrias de Defesa (BTID).

Esta atividade visa essencialmente a organização de ações de prospeção económica junto de potenciais parceiros internacionais que possam acrescentar valor para a economia de Defesa nacional com o objetivo de divulgar internamente as oportunidades identificadas no exterior, abrindo caminho ao aumento das exportações da indústria de Defesa portuguesa.

A idD Portugal Defence, S.A., conforme Despacho conjunto do Ministro da Defesa Nacional e do Secretário de Estado do Tesouro nº 786/2020, datado de 30 de dezembro de 2019 e publicado em Diário da República de 21 de janeiro de 2020, resulta da reestruturação da idD – Plataforma das Indústrias de Defesa Nacionais. No referido diploma foi determinado que a gestão coerente e integrada das participações do Estado em empresas da indústria de Defesa, podia ser melhor assegurada cometendo as mesmas a uma sociedade que se constituísse num instrumento de concretização das políticas públicas sectoriais no cumprimento da missão que o Governo lhe atribui no âmbito da economia da Defesa Nacional.

A idD Portugal Defence, S.A., é assim uma empresa pública reclassificada (EPR) criada a partir da totalidade da atividade da anterior idD - Plataforma das Indústrias de Defesa Nacionais, S.A., que englobava a atividade industrial de desmilitarização e desativação de munições e explosivos e, desde 2014, a gestão da Base Tecnológica e Industrial de Defesa (BTID), bem como dos ativos restantes da liquidação da extinta holding da Defesa a EMPORDEF, SGPS, S.A., no essencial, as participações em sociedades das indústrias de Defesa de que o Estado era detentor e que após avaliação realizada por auditor independente, foram transmitidas para a sociedade por aumento de capital em espécie, constituindo na sua substância, por determinação do acionista e em resultado do processo de reestruturação, uma empresa nova, cujo objeto transcende a mera soma dos mencionados, tendo-lhe sido cometidas novas e complexas funções em resposta ao novo momento europeu e da NATO e, bem assim, a um papel muito mais central como “o” instrumento de política pública para a Economia de Defesa.

Neste contexto, e em Assembleia Geral realizada a 29 de junho de 2020, para além do aumento de capital, o acionista procedeu à alteração do modelo de governação societário, estruturando a sociedade segundo a forma prevista na alínea a) do nº 1 e nº 3 do artigo 278º do Código das Sociedades Comerciais, adotando os seguintes órgãos sociais: Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas (ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas), os dois últimos na qualidade de órgãos de fiscalização.

Assim, a idD Portugal Defence passa a ter diversas competências no seu objeto social, entre as quais:

1. Assegurar a interface I&D entre a Economia da Defesa e os Centros de Investigação e Desenvolvimento das Universidades Portuguesas;
2. Gerir as participações sociais que lhe sejam cometidas;
3. Assegurar a interface público/privado na Economia de Defesa;
4. Apoiar as operações de rentabilização de património na área da Defesa Nacional, nomeadamente no âmbito da execução da respetiva Lei de Infraestruturas Militares (LIM) e gerir o património da Defesa Nacional que lhe seja cometido, em articulação com a DGRDN – Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional e a Estamo, Participações Imobiliárias, S.A.;
5. Assessorar as transações de equipamentos militares, nomeadamente, no âmbito da execução da Lei de Programação Militar (LPM), em articulação com a DGRDN;
6. Assegurar a conceção, a indústria, o comércio e a manutenção de material de Defesa e de desmilitarização de munições e outros acessórios, a conversão de materiais e ainda todas as atividades e produtos que com eles se relacionem.

1.4 – Modelo de Governo Societário

A estrutura de governo da idD, é composta pela Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas (ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas).

A separação das funções de gestão e de supervisão materializa-se na existência de um Conselho de Administração, o qual está encarregue das funções executivas de gestão dos negócios sociais, e de um Conselho Fiscal, órgão responsável pela função de controlo e fiscalização da sociedade.

O modelo adotado permite a separação eficaz do exercício da supervisão e da função de gestão da idD na prossecução dos objetivos e interesses da mesma, dos seus acionistas, colaboradores e restantes “stakeholders”, contribuindo, desta forma, para alcançar o grau de confiança e transparência necessários ao seu adequado funcionamento.

Sem prejuízo da informação detalhada no Relatório de Governo Societário, compete ao Conselho de Administração, além de definir as grandes linhas a que deve obedecer a gestão da empresa e exercer, em geral, os mais amplos poderes de gestão, praticar os seguintes atos tendentes à realização do objeto e interesse sociais:

- a) Os negócios da sociedade e praticar todos os atos e operações relativos ao objeto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos da sociedade;
- b) Adquirir, alienar ou onerar participações no capital de outras sociedades, bem como obrigações e outros títulos semelhantes;
- c) Representar a sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer ações e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;
- d) Adquirir, vender ou por outra forma alienar direitos, participações sociais ou bens móveis ou imóveis, com observância da autorização da Assembleia Geral no caso em que a lei ou os estatutos prevejam;
- e) Sem prejuízo da competência atribuída à Assembleia Geral, deliberar sobre a emissão de obrigações, contrair empréstimos e outros tipos de financiamento, incluindo emissões de papel comercial e realizar outras operações de crédito que não sejam vedadas por lei;
- f) Constituir mandatários com os poderes que julgue convenientes, incluindo os de substabelecer;
- g) Constituir sucursais, agências, delegações ou outras formas locais de representação no território nacional ou no estrangeiro;
- h) Exercer as demais competências que lhe caibam por lei, independentemente e sem prejuízo das que lhes sejam delegadas pela Assembleia Geral.

Para além das competências específicas do membro do Conselho indicado pela tutela financeira, não existem, formalmente, poderes delegados de gestão nos membros do Conselho de Administração, competindo ao Presidente a coordenação e orientação geral de todas as atividades do Conselho.

A fiscalização da sociedade é, nos termos do nº 1 do artigo 4º e artigo 15º dos Estatutos da sociedade, exercida pelo Conselho Fiscal e por um Revisor Oficial de Contas (ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas) que não seja membro daquele órgão, conforme decorre da alínea a) do nº 1 e nº 3 do artigo 278º e da alínea b) do nº 1 do artigo 413º do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho Fiscal é composto por um presidente, dois vogais efetivos e um suplente, sendo um dos efetivos obrigatoriamente designado sobre proposta da DGTF – Direção-Geral do Tesouro e Finanças (conforme decorre do nº 2 do artigo 33º do Regime Jurídico do Sector Público Empresarial).

A revisão independente das contas e a auditoria à sociedade é assegurada por um Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, designado pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Fiscal, nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 420º e do artigo 446º do Código das Sociedades Comerciais.

1 - Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma (1)	Data
2025 - 2027	Presidente	Francisco Xavier Guimarães de Sousa da Câmara	DUE	14/01/2025
2025 - 2027	Secretário	Ricardo Gil Dias Lopes da Cunha	DUE	14/01/2025

(1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime por escrito (DUE) / Despacho (D)

Conselho de Administração

Atualmente, o Conselho de Administração em exercício de funções à data da elaboração do presente relatório é composto por dois membros, um Presidente e um Vogal Executivo, eleitos por Deliberação Unânime por Escrito datada de 14 de janeiro de 2025 para o triénio de 2025-2027 e identificados na tabela infra:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	
			Forma (1)	Data	Entidade Pagadora	Origem / Destino (O/D)
2025 - 2027	Presidente	Ricardo Manuel de Magalhães Pinheiro Alves	DUE	14/01/2025	IDD, S.A.	D
2025 - 2027	Vogal	Luís Miguel Silva Ribeiro	DUE	14/01/2025	IDD, S.A.	D

(1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime por escrito (DUE) / Despacho (D)

Conselho Fiscal

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma (1)	Data
2023 - 2025	Presidente	João Paulo Raimundo Henriques Ferreira	DUE	27/04/2023
2023 - 2025	Vogal Efetivo	Ana Cristina Dá Mesquita Pinto Ferreira	DUE	27/04/2023
2023 - 2025	Vogal Efetivo	Ana Sofia Lameira Santos Patrinhos	DUE	27/04/2023
2023 - 2025	Vogal Suplente	António Manuel Gracês de Almeida	DUE	27/04/2023

(1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime por escrito (DUE) / Despacho (D)

Revisor Oficial de Contas

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Nº de inscrição na OROC	Nº de registo na CMVM	Designação			Nº Anos de funções exercidas no grupo	Nº Anos de funções exercidas na sociedade
					Forma (1)	Data	Data C.		
2023-2025	ROCEfetivo	João Cipriano & Associado, SROC, Lda.	119	20161438	a)			4	4
	Representante	João Amaro Santos Cipriano	631	20160277	a)			4	4
2023-2025	ROCSuplente	Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda	74	20161408	a)			0	0
	Representante	José Luis Areal Alves da Cunha	585	20160240	a)			0	0

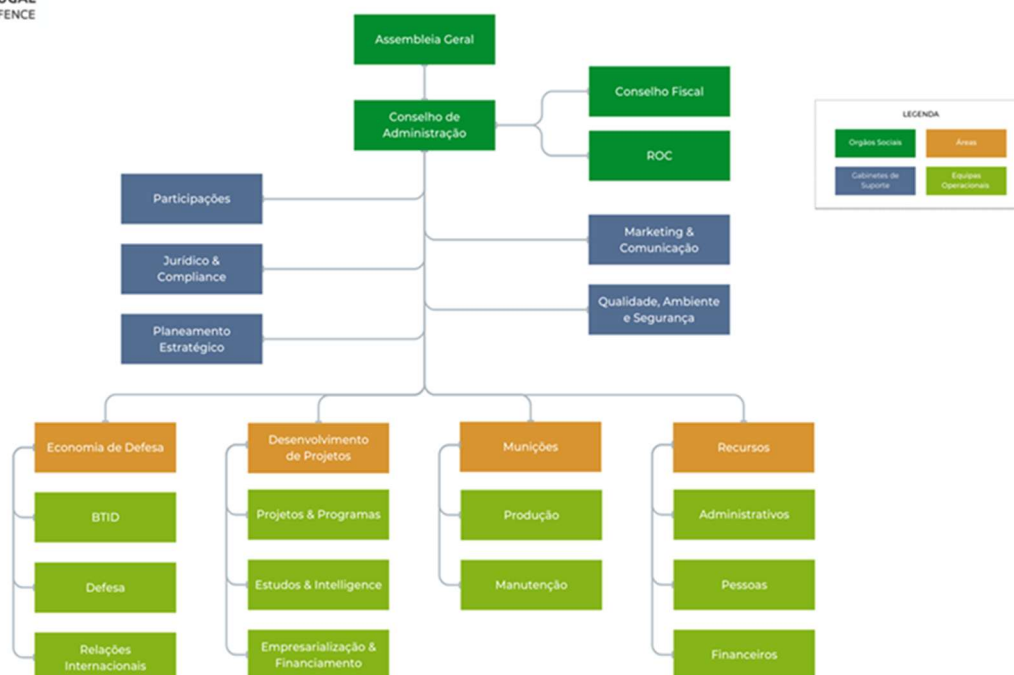
(1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime por escrito (DUE) / Despacho (D)

a) Aguarda ratificação da nomeação por Deliberação Unânime por Escrito

2 – Organograma



Estrutura Organizacional



3 – Missão, Visão, Objetivos e Valores

Missão

A idD - Portugal Defence, S.A., terá como missão participar e executar políticas sectoriais da Defesa, atuando, em colaboração e explorando sinergias, com outros parceiros nacionais e internacionais, como um interface inteligente e ativo entre a Defesa e a Economia, no apoio nomeadamente:

- À participação em programas de reequipamento nacionais e europeus, e outras oportunidades de negócio;
- À identificação e acesso a instrumentos financeiros nacionais e internacionais (EU, NATO e outros);
- Ao acesso a Mercados Externos;
- À integração da BTID nacional em Cadeias de Valor de Grandes OEM's e/ou dos seus Tier 1 e 2;

Procurando simultaneamente racionalizar e garantir a sustentabilidade e a resiliência das participações públicas na Indústria de Defesa, contribuindo para a melhoria do ecossistema para apoio ao crescimento da Economia de Defesa.

Visão

A Economia da Defesa, em Portugal como na Europa, constitui parte essencial da economia global, a idD - Portugal Defence, S.A., pretende se afirmar como um agente Catalisador para o Desenvolvimento Tecnológico e Industrial da Economia de Defesa, apoiando a criação e desenvolvimento e/ou instalação de “campeões” / integradores nacionais e angariação de estrangeiros que sejam âncoras de cadeias de valor em Portugal.

Promovendo para o efeito o Desenvolvimento, Retenção e Fixação do Talento em Portugal, capaz de suportar o Desenvolvimento e Industrialização da Economia de Defesa, em especial, de atividades de Elevado Valor Acrescentado.

Desenvolvendo a participação da Economia de Defesa, no Ciclo de Vida dos Equipamentos das Forças Armadas, contribuindo de forma decisiva para a sua:

- Autonomia | Resiliência | Operacionalidade | Prontidão | Modernização | Inovação
- Garantindo um retorno para o País de 100%,

Contribuindo, de forma ativa, através de empresas participadas robustas e sustentáveis, no desenvolvimento da Economia de Defesa.

Fazer crescer a Economia de Defesa através do aumento das exportações, para mais mercados, e do aumento do retorno para a Economia Nacional da execução da LPM, das missões de apoio à paz, e outros programas.

Objetivos Estratégicos

1. Garantir a sustentabilidade da empresa através da diversificação e aumento das suas receitas, diminuição dos custos de estrutura e controlo da internalização dos custos de contexto.

2. Através de uma visão de Economia 360 e dos requisitos de Sustentabilidade inscritos na Carta das Nações Unidas:

- Modernizar a linha de desmilitarização por forma a aumentar a percentagem de reciclagem dos materiais;
- Implementar/ou contribuir para a capacitação de uma linha de revitalização de munições;
- Implementar/ou contribuir para a capacitação nacional de linhas de produção de munições.

3. Reestruturar o conjunto de participadas, trabalhando em coordenação com o Estado e as FFAAs, por forma a assegurar a excelência do serviço, a estas últimas, e otimizar o retorno para o acionista.

4. Para e com as participadas a 100%, concluir a criação de uma área de Serviços Partilhados nas áreas de: RH's, Jurídica, Controlo e Gestão, Marketing & Comunicação.

5. A médio prazo atingir mais:

- Empresas Exportadoras da Economia de Defesa
- Exportações
- Mercados de exportação
- Valor Acrescentado
- Investimento Direto nacional e estrangeiro

6. Assegurar, em conjunto com todos os stakeholders, a implementação da Estratégia da BTID e a sua monitorização através do PA-EBTID;

7. No quadro de um novo contexto Europeu e Mundial, promover e participar na implementação de novos instrumentos de apoio à participação nacional no esforço nacional e europeu de criação e reforço de capacidades.

8. Nomeadamente através da mobilização dos agentes e do apoio à:

- - Agilização de Processos de Aquisição de Equipamento Militar;
- - Incentivo à participação Nacional em Mecanismos de Aquisição conjunta (Multilaterais) de Equipamento Militar
- - Apoio à criação de Mecanismos de Aquisição Equipamento Militar Governo a Governo

9. Reforçar a presença nacional nos diferentes grupos de discussão e estudos da NATO e EU, através da criação da BTPD (Base Tecnológica de Peritos da Defesa)

Objetivos Operacionais

1. Assegurar/reforçar o reconhecimento interno e externo e garantir a participação nos fóruns de Preparação e Disseminação da Informação relevante para a Economia de Defesa;

2. Estabelecer Protocolos e colaborar, ganhando assim mais escala, com os Pares Nacionais e Internacionais;

3. Garantir a excelência na sua relação com as FFAA's, enquanto um dos participantes que acrescenta valor aos processos de gestão do ciclo de vida de equipamento militar.

Valores

A idD - Portugal Defence, S.A. e o seu coletivo (equipa de gestão, chefias intermédias e restantes trabalhadoras), no desenvolvimento das suas atividades profissionais em representação da empresa, deverão observar os seguintes Valores estruturantes (plasmados no Código de Ética corporativo):

- Excelência;
- Integridade;
- Compromisso;
- Eficácia;
- Eficiência;
- Transparência, como valor agregador da competência.

1.5 - Estratégia e Modelo de Negócio

A reestruturação da empresa, foi precedida de um Plano de Negócios Plurianual (horizonte 2020-2025), e que foi objeto de parecer prévio da UTAM – Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial – Parecer nº1-A/2020, de 6 de março.

Neste contexto, a idD estruturou a sua estratégia em torno de quatro eixos principais:

I. Desenvolver a Base Tecnológica e Industrial da Defesa (BTID)

A promoção da Base Tecnológica e Industrial da Defesa (BTID) é um dos principais eixos de ação da idD. Foi reforçado em 2023 com a aprovação da Resolução de Conselho de Ministros n.º 52/2023, de 05 de junho, que define a Estratégia de Desenvolvimento da Base Tecnológica e Industrial de Defesa 2023-2033 (EDBTID) e que comete à idD a responsabilidade de definir e executar um Plano de Ação (PA-EDBTID) para a sua concretização.

O Plano de Ação, apresentado em 2023, é o primeiro em Portugal com o objetivo de promover a Economia de Defesa.

O PA-EDBTID é composto por cinco medidas, cada uma integrando várias ações concretas.

As duas primeiras, 1. Conhecer a BTID e 2. Gerir a BTID, têm como propósito dar suporte à atividade e à tomada de decisão por parte da idD e das entidades parceiras, assim como dos decisores públicos na área da Defesa Nacional e de outras áreas governativas.

As restantes medidas, 3. Qualificar a BTID, 4. Criar oportunidades para a BTID e 5. Comunicar e Internacionalizar a BTID, são diretamente dirigidas às operações da BTID e das entidades com potencial para a integrar.

As ações que integram cada uma destas cinco medidas refletem as prioridades para o triénio 2023-2026, de onde se destacam as seguintes:

- Aprofundar o conhecimento acerca da BTID, através da realização de estudos de caracterização, de inquéritos e do acompanhamento de um conjunto de key performance indicators que permitam habilitar a tomada de decisão;
- Atualizar os instrumentos internos de gestão da BTID, com o propósito de otimizar a atividade da idD;
- Divulgar informação junto da BTID sobre prioridades, processos em curso e oportunidades existentes, incluindo as relativas a financiamento nacionais, europeus ou internacionais;
- Contribuir para a qualificação dos recursos humanos das entidades que integram a BTID, suprimindo lacunas de formação em setores industriais chave ou áreas tecnológicas prioritárias. Exemplos desta atividade são: o apoio ao lançamento da Academia do Arsenal do Alfeite, da Academia OGMA ou ainda a participação no projeto CAIH.
- Aproximar a Defesa e a BTID, que passa pelo reforço de iniciativas conjuntas na área da inovação ou pela promoção de projetos estruturantes de duplo uso, mas também pela promoção de uma reflexão sobre as regras de contratação pública na área da defesa;
- Promover a internacionalização da BTID através da sua integração tanto em grupos de trabalho internacionais associados à ID&I (na EDA/UE e no NATO/STO) como nas cadeias de valor dos grandes players internacionais (através da dinamização de Industry Days, participação em feiras especializadas e outros eventos internacionais). Para este objetivo concorre ainda o desenvolvimento da cooperação internacional, através da maximização das oportunidades de negócio para as empresas da BTID junto da UE e da NATO, do contributo para o sucesso da Cooperação Estruturada Permanente, do apoio na integração de entidades da BTID em candidaturas do Fundo Europeu de Defesa;
- Apoiar o empreendedorismo de base tecnológica com aplicação na Defesa e Segurança através da participação em iniciativas da NATO (como o DIANA e o NIF), europeias (como o HEDI ou o EUDIS) ou da dinamização de iniciativas próprias. Esta nova linha de trabalho será objeto de um Plano de Ação próprio.

II. Gerir as participações sociais

No âmbito da reestruturação das participações públicas em empresas na área da Defesa, decorrente do Despacho n.º 786/2020, de 21 de janeiro, a idD integra as participações sociais que o Estado Português detém em empresas da Defesa, um grupo de entidades multidomínio que cobre as indústrias naval e aeronáutica, a engenharia, a simulação e treino, sistemas críticos ou os sistemas de comunicação, promovendo uma gestão coerente e integrada dessas participações e contribuindo para uma Economia da Defesa mais competitiva, potenciando as valências de cada empresa e facilitando a entrada em mercados internacionais.

Ao longo do triénio deverá também efetivar-se a participação na estrutura societária da CAIH - Cyber Academia and Innovation Hub, associação de sem fins lucrativos criada pelo Decreto-Lei n.º 34/2023, de 23 de maio, da qual a idD é associada fundadora, nos termos do n.º 1 do Artigo 10.º.

III. Otimizar a desmilitarização e material de defesa e instalação de capacidade de produção de munições

Considerando as alterações ao contexto internacional, decorrentes da guerra na Ucrânia, e do desenvolvimento de um mecanismo de compras conjuntas de material de Defesa, a idD pretende desenvolver um estudo de identificação de capacidades e definição de cenários de viabilidade para instalar capacidade de produção de munições em Portugal, desígnio político partilhado pelas autoridades portuguesas, recorrendo a oportunidades de financiamento para a industrialização, como por exemplo o programa Act in Support of Ammunition Production (ASAP), da Comissão Europeia.

Nesta área, é também fundamental atualizar a atividade industrial de desmilitarização e desativação de munições e explosivos desenvolvida pela idD nas instalações de Alcochete, considerando a obsolescência dos equipamentos existentes. De forma a garantir o retorno dos investimentos prementes e urgentes que a unidade industrial requer, é necessário alargar o horizonte temporal dos contratos de desmilitarização com a DGRDN, alinhado com o ciclo de quatro anos da LPM, permitindo uma previsibilidade de receitas de modo a suportar o plano de investimentos.

IV. Assessoria e coordenação de programas

O contributo da idD para a capacitação das Forças Armadas passa pelo seu apoio prestado na conceção, desenvolvimento, implementação e gestão de programas, designadamente a assessoria na aquisição, gestão do ciclo de vida e alienação/desativação dos equipamentos militares, contribuindo ainda para potenciar o investimento na economia de defesa e no desenvolvimento da BTID, bem como no apoio às operações de rentabilização de património na área da Defesa Nacional, em articulação com a Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional e a ESTAMO – Participações Imobiliárias, S.A.

Neste âmbito, a idD trabalhará em conjunto com as Forças Armadas na divulgação detalhada dos projetos incluídos na LPM e o respetivo calendário de execução, de modo a aumentar a participação da BTID na execução da Lei de Programação Militar, seja no fornecimento de sistemas, subsistemas ou componentes.

No âmbito do papel de Portugal como exportador de segurança, destaca-se a coordenação, pela idD, da implementação da primeira Medida de Assistência ao abrigo do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz (MEAP), o instrumento extraorçamental da UE destinado a prevenir conflitos, consolidar a paz e reforçar a segurança internacional. Esta medida apresenta para Moçambique um envelope financeiro de €85M para um período de 24 meses, com o objetivo de equipar as unidades moçambicanas treinadas pela Missão de Formação da UE em Moçambique (EUTM), a fim de repor a paz e as condições de segurança na província de Cabo Delgado.

A idD procurará contratualizar a gestão de outros programas para apoiar a cooperação portuguesa na área da Defesa, tanto no plano bilateral como multilateral, contando com o apoio da Direção-Geral de Política da Defesa Nacional (DGPDN).

1.5.1 – Base Tecnológica e Industrial da Defesa (BTID)

Esta atividade considera o desenvolvimento e implementação de uma plataforma inteligente de Marketplace & Matchmaking, para geração de relacionamentos e gestão operacional de oportunidades de negócio, financiamento e cooperação, capaz de criar oportunidades transacionais e sustentar todo ecossistema da Economia da Defesa, de acordo com os objetivos e a missão atribuídos à idD Portugal Defence, através das seguintes medidas:

Medida 1 – Conhecer a BTID

Esta medida tem como propósito gerar conhecimento junto tanto dos diferentes atores da Defesa Nacional como dos diferentes agentes económicos e da sociedade em geral, permitindo caracterizar o setor e monitorizar o seu desenvolvimento, de modo a desenvolver uma política pública efetiva e prestar um serviço de qualidade às entidades que compõem a BTID.

Medida 2 – Gerir a BTID

Esta medida visa garantir a atualização e o acompanhamento de perto das entidades que compõem a BTID, gerando informação mais fidedigna quanto aos atores com relevância para estabelecer parcerias estratégicas no ecossistema da economia de defesa.

Medida 3 – Qualificar a BTID

O sucesso das entidades que compõem a BTID está diretamente dependente da sua qualificação e da criação de um contexto que lhes seja favorável. Esta medida tem como propósito aumentar o grau de conhecimento que as entidades da economia de defesa detêm sobre as prioridades, os processos em curso e as oportunidades existentes, dando-lhes acesso ao conhecimento especializado necessário. Inclui também ações com o propósito de criar condições que favoreçam um level playing field das entidades nacionais no contexto europeu.

Medida 4 – Criar oportunidades para a BTID

O desenvolvimento de uma BTID competitiva e internacionalizada depende, em grande medida, da capacidade de fornecer e de trabalhar em conjunto com as Forças Armadas do próprio país. Nesse âmbito, esta medida pretende concorrer para aumentar o envolvimento das entidades portuguesas no fornecimento de sistemas e equipamentos às Forças Armadas nacionais, para promover projetos concretos de desenvolvimento de produtos e soluções de duplo uso e ainda para facilitar o acesso a financiamentos, abrindo portas a novos setores e mercados.

Medida 5 – Comunicar e internacionalizar a BTID

Um dos papéis mais importantes da idD passa pela capacidade de apoiar institucionalmente e comunicar as entidades que compõem a BTID. Para isso, esta medida propõe um conjunto de ações com o propósito de promover a internacionalização das entidades que compõem a BTID, através da sua integração tanto em grupos de trabalho internacionais associados à ID&I como nas cadeias de valor dos grandes players internacionais.

1.5.2 – Gestão de Participações Sociais

Esta atividade resulta essencialmente da massa patrimonial resultante da liquidação da extinta holding da Defesa. Pretende-se assim cometer numa única entidade, as suas atividades históricas e novas atividades complementares, e também, a gestão e a coordenação das participações sociais detidas pelo Estado Português em empresas do sector/indústria da Defesa exercendo sobre as mesmas a função acionista constituindo-se, ela própria, um instrumento de concretização das políticas públicas setoriais.

A idD Portugal Defence passou assim a gerir as seguintes participações sociais:

Maioritárias:

- 100% da Arsenal do Alfeite, S.A.;
- 100% da ETI - Empordef Tecnologias de Informação, S.A.;
- 59,8 % da Extra - Explosivos da Trafaria, S.A.

Minoritárias:

- 45% da NavalRocha - Sociedade de Construção e Reparações Navais, S.A.;
- 35% da OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.;
- 20% da Magellan Orbital, S.A.;
- 18% da EID - Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Eletrónica, S.A.;
- 17,5 % da EDISOFT - Empresa de Serviços e Desenvolvimento de Software, S.A.

Esta atividade permite à idD a maximização de sinergias com as empresas suas participadas através de Ações concretas como:

- o Potenciar as competências e valências de cada empresa junto de outras empresas também participadas, ampliando a coordenação estratégica, criando valor para as participadas envolvidas;
- o Encontrar/facilitar o acesso a mercados internacionais com vista a oportunidades de negócio para as empresas nacionais;
- o Estabelecimento de parcerias entre empresas participadas e entidades internacionais;

- o Divulgação das oportunidades de negócio com a presença em feiras internacionais com a avaliação de impacto na economia nacional;
- o Desenvolvimento de um estudo de análise e prospetiva sobre a Economia de Defesa, com a criação de KPI de monitorização;
- o Contribuir para a criação de uma política de dividendos em cada uma das participadas relevantes;

1.5.3 – Otimizar a desmilitarização e material de defesa

Adaptação das instalações de Alcochete para o fabrico e revitalização de munições, a realizar em parceria com uma empresa com conhecimento técnico e de mercado.

1.5.4 – Assessoria e coordenação de programas

Apoio às operações de rentabilização de património na área da Defesa Nacional

Considera-se que as operações de rentabilização de imóveis da Defesa Nacional carecem de um aturado trabalho de preparação prévia, antes de os mesmos poderem ser rentabilizados no uso dos normais mecanismos em que a ESTAMO se constitui como referencial de utilização.

Assim, é oportuna e rentável que se possa constituir um núcleo especializado que faça a gestão dos ativos imobiliários a partir desse núcleo de competências, assessorie o Ministério da Defesa Nacional na execução da Lei de Programação de Infraestruturas, aprovada a 3 de setembro de 2019, cuidando da gestão de processos de conservação, manutenção, modernização e edificação de infraestruturas da componente fixa do sistema de forças e, como assinalado, da gestão dos bens imóveis afetos à Defesa Nacional disponibilizados para rentabilização, tendo em vista a aplicação dos resultados obtidos por essa rentabilização nas medidas e projetos nela previstos, em parceria com a ESTAMO.

Apoio na conceção, desenvolvimento, implementação e gestão de programas

A Portugal Defence, S.A. desenvolverá também ações, à semelhança do que acontece em Espanha ou nos Países Baixos, de assessoria na aquisição, gestão do ciclo de vida e alienação/desativação dos equipamentos militares, na modalidade chave-na-mão, em vez de assessorias parciais e, por vezes, desconexas, atualmente prestada à DGRDN numa base casuística por múltiplos prestadores de serviços, com óbvios ganhos de eficiência para o Ministério da Defesa Nacional e, mesmo considerando esta redução de custos, uma interessante fonte de receita para a nova entidade.

Pretende-se garantir que, nos termos previstos na própria Lei de Programação Militar, se maximiza o impacto positivo da execução da mesma na Economia Nacional.

Com o desenvolvimento desta atividade, pretende-se gerir programas complexos de aquisições militares, da aquisição à entrada em operação, assim como promover a execução de programas conjuntos com outros Estados, no contexto de relações geoestratégicas específicas, a ser disponibilizado enquanto serviço a Estados amigos.

Gestão de programas internacionais de cooperação na área da Defesa

A idD deu início em 2021 à sua atividade na área da gestão de programas internacionais de cooperação na área da Defesa através da participação numa Medida de Assistência no âmbito do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz (MEAP) com o objetivo de fornecer equipamento às unidades das Forças Armadas de Defesa de Moçambique treinadas pela Missão de Treino da União Europeia.

Esta Medida de Assistência, que tem a DGPDN como Agente de Execução, competindo à idD a coordenação global do projeto, tem um período de implementação de 36 meses (2022-2025) e um orçamento total de 85 milhões de euros.

Em 2024 assistiu-se à entrega da quase totalidade do equipamento previsto, pelo que se estima que o projeto tenha uma taxa de execução superior a 99%. Os procedimentos e as contas do projeto foram objeto de duas auditorias externas independentes e de uma revisão documental por parte dos serviços da Comissão Europeia, que não detetaram qualquer inelegibilidade.

A participação da idD na gestão deste tipo de projetos contribui para reforçar o posicionamento da União Europeia e, em particular, de Portugal, como produtor de segurança

1.6 – Recursos Humanos

Considerando o perímetro de Consolidação da idD Portugal Defence S.A. a 31 de dezembro de 2024 o efetivo ascenderia a 462 (incluindo órgãos sociais), distribuídos da seguinte forma:

- idD Portugal Defence S.A. (entidade consolidante) - 36;
- ii. Arsenal do Alfeite, S.A. - 395;
- iii. ETI – Empordef Tecnologias da Informação, S.A. - 31;
- iv. Extra – Explosivos da Trafaria, S.A. - 0;

A caracterização em detalhe do efetivo e das políticas de Recursos Humanos em vigor em cada uma das empresas, é detalhado no Relatório e Contas de 2024 das três primeiras empresas, cujo conteúdo se dá aqui como reproduzido.

1.7 – Ações desenvolvidas em Matéria de Sustentabilidade

A descrição detalhada das ações desenvolvidas em matéria de sustentabilidade nas empresas idD Portugal Defence S.A., Arsenal do Alfeite, S.A. e ETI – Empordef Tecnologias da Informação, S.A. é apresentada no Relatório e Contas de 2024 de cada uma das empresas, cujo conteúdo se dá aqui como reproduzido, não sendo as mesmas relevantes para a atividade da Extra – Explosivos da Trafaria, S.A..

1.8 – Perímetro de Consolidação

O perímetro de Consolidação para além da idD Portugal Defence, S.A. (enquanto entidade consolidante) inclui ainda as participadas a 100% Arsenal do Alfeite, S.A. e ETI – Empordef Tecnologias da Informação S.A., e a participada em 59,8% EXTRA - Explosivos da Trafaria, S.A., as quais foram consolidadas através do Método de Consolidação Integral, com reconhecimento dos interesses minoritários no último caso.

As participações onde a idD Portugal Defence, S.A. detém uma participação minoritária, i.e., participações financeiras cujas ações e/ou direitos de voto detidos são inferiores a 50% (ou seja, não existe controlo) foram relevadas no Balanço e Demonstrações Financeiras Consolidadas através do Método de Equivalência Patrimonial (à semelhança do verificado, nas contas da idD Portugal Defence, S.A. em Base Individual, nos casos agora aplicáveis,).

Em concreto o Método de Equivalência Patrimonial no Balanço e Demonstrações Financeiras Consolidadas, referente aos exercícios de 2024 e 2023, aplicou-se às seguintes participações Minoritárias:

- NavalRocha - Sociedade de Construção e Reparações Navais, S.A. (45%);
- OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A. (35%);
- MAGELLAN ORBITAL, S.A. (20%);
- EID - Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Eletrónica, S.A. (18%);
- EDISOFT - Empresa de Serviços e Desenvolvimento de Software, S.A. (17,5%).

1.9 – Análise Económica e Financeira

Neste capítulo será efetuada uma análise à situação patrimonial, económica e financeira do grupo, numa perspetiva consolidada, com especial ênfase para os impactos patrimoniais associados à flutuação de valores das participações sociais detidas pela idD Portugal Defence, S.A. onde esta é minoritária e à incorporação do Parque Aeronáutico de Alverca nos ativos tangíveis, bem como para o desempenho económico e financeiro das diferentes linhas de negócio associadas aos diferentes eixos de atividade desenvolvidos pela idD Portugal Defence, S.A. às quais se adicionam as atividades de manutenção e construção naval (atividade desenvolvida na Arsenal do Alfeite, S.A.) e simulação e treino (atividade desenvolvida na ETI, S.A.) e atividade Imobiliária (atividades desenvolvidas na Extra, SA e no Parque Aeronáutico de Alverca, esta última resultante da liquidação da EEN, S.A. e subsequente transmissão da atividade e património para o perímetro da idD Portugal Defence, S.A.).

1.9.1 – Análise Patrimonial Consolidada

Capital Próprio, Provisões e Participações Financeiras

Neste apartado será efetuada uma análise das variações das principais rubricas de Balanço entre os exercícios de 2024 e 2023, com especial enfoque nas rubricas de Capital Próprio e de Ativos Fixos (que por força da proporção no aumento de capital da componente realizada em espécie estão muito correlacionados), com especial enfoque nas Participações Financeiras e nos Ativos Tangíveis.

Capital Próprio e Participações Financeiras

Em 29 de junho de 2020, o acionista único Estado, representado pela DGTF – Direção Geral de Tesouro e Finanças, deliberou proceder a um aumento de capital da sociedade no montante de 104.450.000,00 euros através de uma componente em espécie (constituída pela transferência das participações sociais detidas pelo Estado em empresas da indústria de Defesa) e de outra em numerário, passando assim o capital social da idD – Portugal Defence S.A. para 104.500.000,00 euros.

A valorização das participações financeiras relativa às entradas em espécie teve como base um relatório independente de um Revisor Oficial de Contas, emitido pela Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associado, SROC, Lda em 4 de maio de 2020.

1.9.2 – Análise Económica Consolidada

Volume de Negócios Consolidado

Os rendimentos ou ganhos do grupo idD – Portugal Defence, S.A. ascenderam em 2024 a 23.644.901,08 euros, registando-se uma diminuição de 6.666.731,66 euros, i.e., uma diminuição de 21,9 %, face aos 30.311.632,74 euros registados em 2023.

A área de Gestão de Participadas, que agrega os impactos da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial em participadas que não integraram o perímetro de consolidação, gerou um rendimento no montante de 1.524.661,12 euros.

No que se refere às áreas que passaram a integrar o perímetro de consolidação, a área Naval gerou um rendimento de 19.170.331,78 euros (81,1% do rendimento consolidado), a área de desmilitarização de munições e explosivos, gerou um rendimento de 743.581,33 euros (3,14 % do rendimento consolidado), a área da economia da defesa gerou um rendimento de 1.142.444,44 euros (4,83 % do rendimento consolidado), a área de Simulação e Treino gerou um rendimento de 2.336.271,92 euros (9,88 % do rendimento consolidado) e por último a área Imobiliária na qual se inclui essencialmente o Parque Aeronáutico de Alverca gerou um rendimento de 114.917,03 euros (0,49 % do rendimento consolidado).

EBITDA Consolidado

Em 2024, o EBITDA consolidado do grupo, incluindo o impacto contabilístico resultante da aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) nas participações financeiras minoritárias, foi positivo em 1.404.850,92 euros, correspondente a uma margem EBITDA de 5,94%,

EBIT Consolidado

O EBIT consolidado foi negativo em 3.859.813,99 euros, correspondente a uma margem EBIT negativa de 16,32%, penalizado pelo peso recorrente das amortizações e depreciações no montante 5.264.664.91 euros

Resultado Líquido Consolidado

O Resultado Líquido consolidado foi negativo em 3.940.858,49 euros, piorando significativamente, face a 2023, onde se verificou um resultado positivo de 1.280.548,74 euros.

Demonstrações por área de negócio

De acordo com a NCP 27 – Contabilidade de Gestão, as demonstrações por áreas de negócio, apresentam-se em anexo ao relatório de gestão e contas base individual.

1.10 – Resumo de performance económica e financeira das participadas

Neste ponto, sem prejuízo de melhor análise nos relatórios e contas das sociedades participadas, serão apresentados pequenos resumos da atividade e da performance económica e financeira no exercício de 2024 de cada uma das participadas, começando pelas sociedades que integraram o perímetro de consolidação, nomeadamente e passando depois para as sociedades participadas às quais foi aplicado o Método de Equivalência Patrimonial (MEP).



1.10.1 – Arsenal do Alfeite

Principais Indicadores

ARSENAL DO ALFEITE	2024	2023
Volume de Negócios	16.633.410,54	22.011.782,28
EBITDA	225.652,73	1.600.224,98
Resultado Antes de Impostos	-3.389.343,53	-1.861.822,76
Resultado Líquido do Exercício	-3.361.780,06	-1.823.393,74
Liquidez Geral	0,55	0,32
Autonomia Financeira	0,52	0,60

Reparação Naval

A atividade da empresa no ano de 2024, no que respeita ao principal cliente, a Marinha Portuguesa, caracterizou-se por um incremento do número de intervenções Eventuais (EV) e uma redução no número de intervenções planeadas, em simultâneo com a grande reparação do navio PHM Ettawfiq, da Marinha Real de Marrocos, a revisão no navio NRP “Álvares Cabral”, a implementação da modernização das redes do Sistema de Automação da Plataforma no NRP “Corte Real”, a continuação da revisão no hidrográfico NRP “Gago Coutinho” e a docagem com revisão do submarino NRP “Tridente”, no qual a Arsenal do Alfeite, S.A. assume a posição de Prime Contractor, dando ainda resposta a um elevado número de Serviços de Reparação Urgente (SRU).

A atividade referida vem dar corpo ao objeto do contrato de concessão de serviço público da Arsenal do Alfeite, S.A. em que lhe é atribuída como prioritária a atividade de manutenção e reparação de navios, sistemas de armamento e de equipamentos militares e de segurança da Marinha Portuguesa, podendo ser complementada com a prestação de serviços a outras entidades.

Assim, a aposta na internacionalização, de forma complementar à atividade principal, resultou na contratação da Arsenal do Alfeite, S.A. pela Administração da Defesa de Marrocos para a realização da grande revisão do navio patrulha PHM “Ettawfiq”, cuja relação importa realçar e fortificar como forma de diversificação e de obtenção de fatores de estabilidade e previsibilidade na carteira de encomendas.

Produtos Especiais e Manutenção Industrial

Para uma empresa com a estrutura da Arsenal do Alfeite, S.A. (isto é, fornecedora de serviços de reparação, ou modificação, funcionalmente integrados e tecnologicamente transversais de navios militares), a prossecução da vertente da reparação naval comercial tem de ser necessariamente encarada como um produto colateral e complementar no negócio da empresa. Neste âmbito, foram realizados serviços pontuais em áreas de elevada especificidade, nomeadamente dos laboratórios e submarinos, a empresas que procuram soluções não existentes ou de difícil obtenção no mercado da indústria naval comercial.

Construção Naval

No âmbito do projeto de construção de quatro lanchas salva-vidas, projetadas na Arsenal do Alfeite S.A. e construídas em fibra de vidro, a empresa investiu em capacitação técnica e de recursos humanos adequadas para esta vertente da construção naval. Nesse sentido, foi celebrado em fevereiro de 2017 um acordo com a Marinha Portuguesa para a construção de duas lanchas salva-vidas do tipo L150SV, sendo que após entrega da primeira, e durante a construção da segunda, não houve capacidade de retenção dos recursos humanos. Face aos prejuízos acumulados, resultantes da diluição do investimento inicial em somente duas unidades salva-vidas contratadas, a Arsenal do Alfeite, S.A., desencadeou junto da Marinha Portuguesa o processo de reequilíbrio financeiro do mesmo, o qual passa pela cedência à Marinha de todo o trabalho em curso, equipamentos armazenados e propriedade intelectual do projeto, encontrando-se neste momento a aguardar decisão da Marinha.

Fonte: Relatório de Gestão e Contas AA – 2024.

1.10.2 – ETI – Empordef Tecnologias de Informação, S.A.

Principais Indicadores:

ETI	2024	2023
Volume de Negócios	1.990.373,48	938.330,77
EBITDA	209.659,54	-381.720,73
Resultado Antes de Impostos	120.613,49	-420.484,74
Resultado Líquido do Exercício	107.412,80	-428.661,83

Liquidez Geral	0,75	0,68
Autonomia Financeira	0,14	0,03

O ano de 2024 fica marcado por um volume de vendas e serviços prestados que mais do que duplicou face ao ano de 2023, consolidando a tendência de inversão verificada no último ano face aos resultados de 2019-2022, e fundamentando expectativas de crescimento para os anos seguintes.

Apesar do acréscimo significativo face ao ano anterior (112%), não contabilizando os projetos financiados cujos subsídios aumentaram 21%, verificou-se uma redução significativa face ao orçamento, resultante da conjugação de dois fatores. Em primeiro lugar de atrasos verificados e consequentemente uma menor execução dos projetos, e em segundo lugar o atraso na contratualização de projetos chave, que pelo seu montante tiveram impacto negativo significativo no exercício do ano.

Relativamente à estimativa do PAO 2024, os projetos contratualizados antes de 2024 mais os que foram contratualizados em 2024 e relativamente aos quais se estimava: i) término no fim do corrente ano, ou ii) uma determinada percentagem de acabamento, antecipando-se continuidade para lá de 2024, tiveram globalmente um impacto negativo no reconhecimento de réditos, num valor aproximado de 146.000 euros, em resultado do desvio à execução física do projeto, e/ou por força da revisão dos custos e/ou alteração do âmbito do contrato. Estes desvios resultaram em grande medida de atrasos na disponibilização de informação por parte do cliente que permitissem uma maior execução física dos projetos e também de prioridades impostas aos clientes por parte dos utilizadores finais, devido a constrangimentos de natureza operacional e de empenho de forças.

Os desvios das percentagens de acabamento dos projetos financiados traduziram-se num impacto negativo de reconhecimento de réditos de aproximadamente 226.000 euros. Também neste caso, os desvios resultaram em grande medida de atrasos na disponibilização de informação por parte dos parceiros dos consórcios, que permitissem uma maior execução física dos projetos.

O plano de atividades para 2024 incluía uma percentagem significativa (cerca de 40%) de novos projetos. A nível internacional concorria, de forma substancial, para o plano de atividades, o fornecimento de sistema de treino para importantes OEM de viaturas de combate, para treino de *skills* de condução. As expectativas relativamente a estes projetos eram elevadas, consubstanciadas no interesse manifestado pelos clientes/utilizadores finais, pelos diversos pedidos de cotação solicitados, pelos prazos de entrega estipulados nos respetivos cadernos de encargos e alicerçados no conhecimento da existência de negociações entre esses OEM e utilizadores finais, relativas às soluções propostas. A nível nacional, contribuíam diversos projetos com o Exército Português ou através de parceiros fornecedores do Exército Português e também fornecimento de simulador de procedimentos para a Força Aérea Portuguesa.

No caso dos projetos internacionais, os processos de decisão estenderam-se para lá do esperado e o seu arranque não se verificou em 2024. Deve reforçar-se, no entanto, que o não arranque dos projetos não significou desinteresse dos utilizadores, nem significou, na maior parte dos casos, que as necessidades tenham sido satisfeitas por outra via. O interesse permaneceu intacto por parte dos *stakeholders* e as expectativas permaneceram em aberto.

O deslizar no calendário de alguns dos projetos chave acima indicados, e a não concretização de algumas das oportunidades referidas, traduziram-se num impacto negativo em termos de reconhecimento de réditos acima de 1.580.000 euros.

Em relação aos mercados de atuação da empresa, estes são primordialmente os mercados internacionais, com as exportações a representar um total de 81% do volume total de negócio. De entre os mercados internacionais, é de salientar a preponderância do mercado intracomunitário, com mais do dobro do valor do mercado extracomunitário.

A estratégia comercial da ETI, na abordagem aos mercados internacionais, privilegia a parceria com OEM's de grande dimensão e com grande abrangência geográfica comercial, desenvolvendo soluções de treino e simulação para as suas plataformas. Neste contexto, a análise dos mercados de exportação reflete na sua maioria a geografia dos OEM's e outros parceiros industriais, e não a geografia dos utilizadores finais das soluções da ETI.

Foi privilegiada nestes mercados a relação existente com parceiros industriais como são a Airbus, Embraer, GDELS e GCS, e exploradas novas oportunidades de negócio com um novo OEM no âmbito de uma potencial parceria. A competência demonstrada pela ETI tem permitido a consolidação e credibilização da empresa como parceiro de referência dos referidos OEM's nas áreas da simulação e treino e aprendizagem interativa.

Este canal de venda, que representou 52% do volume de negócio em 2024, permitirá à ETI alavancar o crescimento da sua atividade com base na replicação das primeiras soluções desenvolvidas e instaladas, para um maior número de utilizadores finais e clientes dos parceiros industriais. Refira-se que historicamente a percentagem de venda por via deste canal é geralmente maior, sendo que o resultado de 2024 é fortemente influenciado por um projeto com o Exército de um país da europa central, com impacto significativo no volume de negócios.

Na abordagem comercial com geografia nacional, a ETI desenvolveu diversas ações focadas na promoção de uma ligação mais forte com as Forças Armadas, dando a conhecer a empresa e auscultando as necessidades de capacitação destas no âmbito do treino e simulação.

A ETI atua essencialmente no mercado da Defesa, nos setores Ar e Terra, tendo-se verificado em 2024 uma distribuição mais equitativa do volume de negócio 51% e 49%, respetivamente.

No que diz respeito às soluções fornecidas aos clientes em 2024, destaca-se uma distribuição com preponderância das soluções de treino avançado. Destacam-se em particular:

- **Treino** – Representou 32% do volume de negócio, com destaque para o sistema de treino interativo (IPT) para ensino e treino de procedimentos de uma aeronave;
- **Treino Avançado** – Representou 53% do volume de negócio, nomeadamente referente a simulação de sistemas de armas;
- **Aprendizagem** – Representou 11% do volume de negócio, englobando vários projetos de CBTs (*Computer Based Training*) para aeronaves.
- **Outras** – Representou apenas 2% do volume de negócio, englobando serviços e fornecimentos na área do software de teste (banco de ensaio de motores de aeronaves)

A tendência para todos os níveis do treino é o desenvolvimento de soluções mais imersivas e interativas, com recurso a soluções de realidade virtual e realidade mista, e uma crescente utilização de *Game Engines*. Neste âmbito, continuou em 2024 a abordagem da ETI aos parceiros industriais e às Forças Armadas Portuguesas, de forma a explorar novas oportunidades de upgrade aos produtos existentes e de desenvolvimento de novos dispositivos de treino.

A ETI durante 2024 manteve a articulação com a idD, como entidade potenciadora de sinergias de grupo e de escala e de promoção das capacidades e competências da empresa, dentro e fora do país.

Ao nível da participação em feiras, a ETI participou no IT²EC e no Eurosatory 2024, aproveitando a oportunidade para inteirar-se das novidades no setor, mas acima de tudo para contatos com eventuais parceiros tecnológicos, atuais clientes e parceiros comerciais presentes nas feiras, e estabelecer contactos com outros potenciais clientes.

De salientar ainda a celebração de um Protocolo de Colaboração para potencial desenvolvimento conjunto de soluções inovadoras de treino e simulação, com o Exército português, mais especificamente com o Centro de Capacitação Tática, Simulação e Certificação.

Fonte: Relatório de Gestão e Contas ETI – 2024



1.10.3 – EXTRA – Explosivos da Trafaria, S.A.

Principais Indicadores:

EXTRA	2023	2022
Volume de Negócios	107.506,71	105.199,18
EBITDA	95.572,18	92.252,65
Resultado Antes de Impostos	74.782,27	79.397,61
Resultado Líquido do Exercício	58.704,08	62.327,12
Liquidez Geral	0,65	0,51
Autonomia Financeira	0,93	0,93

Durante o ano de 2024 foi assegurada a liquidação das rendas mensais pelo arrendatário MAXAMPOR (Grupo MAXAM), cujo pagamento fluiu naturalmente, conforme estipulado no referido Contrato de Cessão de Exploração Industrial celebrado entre as partes, deduzidos dos normais custos mínimos de funcionamento da sociedade (registos societários e prediais, impostos sobre o património imobiliário, encargos com o FU/ROC).

Fonte: Relatório de Gestão e Contas EXTRA – 2024



1.10.4 – OGMA – Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.

Principais Indicadores:

OGMA	2024	2023
Volume de Negócios	290.395.907,00	231.203.297,00
EBITDA	7.752.167,00	16.105.230,00
Resultado Antes de Impostos	777.002,00	10.124.794,00
Resultado Líquido do Exercício	2.335.963,00	9.930.629,00
Liquidez Geral	1,43	1,42
Autonomia Financeira	0,36	0,45

Na sequência dos anos anteriores, a OGMA continuou a gerir de forma exemplar e a superar com distinção as adversidades que afetaram as suas áreas operacionais. Embora a cadeia de abastecimento e a disponibilidade de mão-de-obra qualificada tenha continuado a ser um desafio, demonstrámos sinais claros de uma recuperação robusta, indo de encontro aos nossos elevados padrões de qualidade.

Este progresso sublinha a nossa capacidade de adaptação e o compromisso contínuo com a excelência.

Em 2024, a empresa alcançou marcos significativos no seu desenvolvimento, destacando-se a obtenção da certificação do novo motor PW1100G.

Com muito orgulho recebemos nas nossas instalações, a presença do Ministro da Defesa de Portugal, Nuno Melo, o Presidente do Conselho de Administração da Embraer, Eng. Alexandre Silva, a Vice-Presidente da Pratt & Whitney, Amy Comer e o Presidente da EMBRAER, Francisco Gomes Neto, e desta forma, inaugurámos a nova linha de manutenção de motores Pratt & Whitney GTF, assim como o novo banco de ensaios.

A área de Aeroestruturas conseguiu acomodar um incremento no volume produtivo e de entregas em todos os programas contratados, com particular destaque para a entrega de 13 fuselagens centrais à Airbus Defense and Space. Houve lugar a renegociações contratuais para incrementos de preço nos programas pouco rentáveis, permitindo à área das Aeroestruturas estabilizar as entregas e criar uma base financeiramente sustentável para o futuro do negócio.

Na área de Manutenção de Aeronaves ao longo do ano de 2024 e após diferentes intervenções de manutenção de rotina ou pesada foram entregues aeronaves de vários tipos como ERJ 135/145, E1, E2, EH 101, C 295, F-16, C-130 e P-3 Orion.

No segmento da Manutenção de Aeronaves Civis foram entregues com sucesso e qualidade, aeronaves, aos clientes Força Aérea Grega, Força Aérea do Chipre, Força Aérea da Índia, Loganair, BAE Systems, TUI e Binter. Destacam-se também com sucesso, nesta área, os primeiros “Check B1” (inspeção abrangente realizada em aeronaves em conformidade com os regulamentos e procedimentos estabelecidos pela autoridade de aviação civil e fabricantes) das aeronaves Embraer E2, ao obrigo do programa TSP (Total Support Program), além do suporte às Preservações das Aeronaves E2 dos clientes Binter e Helvetic.

No segmento da Manutenção de Aeronaves de Defesa, concluímos a entrega de diversas aeronaves aos clientes NSPA (Força Aérea Austríaca, Força Aérea Grega e USAF), Força Aérea Sueca, Airbus e à Direção de Manutenção de Sistemas de Armas (DMSA), destacando-se a entrega das duas primeiras aeronaves C-130H à Força Aérea Portuguesa após completar a complexa modernização de Aviónicos e glass cockpit que decorreu em simultâneo com a realização de uma manutenção pesada – Check C (verificações que envolvem uma revisão completa da aeronave, incluindo desmontagem, inspeção, reparação, substituição e teste de todos os sistemas e componentes).

Em 2024, a nossa equipa de Talent Acquisition organizou o Recruitment Open Day, um evento de Employer Branding, que abriu as portas da OGMA a todos os interessados em trabalhar na nossa empresa.

Foi realizada também uma exposição fotográfica no Dia Internacional da Mulher, com o título “OGMA Dimensão Feminina”, para homenagear todas as mulheres que tanto contribuem para o sucesso do nosso futuro.

Foi igualmente realizado o primeiro Leadership Summit da OGMA, que contou com a presença de mais de 150 lideranças, sob o mote “On track for Growth”. Contou também com a participação de várias lideranças de topo da EMBRAER, incluindo o seu presidente, Francisco Gomes Neto.

A OGMA continua a ser uma das empresas com maior impacto no concelho de Vila Franca de Xira, destacando-se como líder em volume de exportações e em número de postos de trabalho criados.

É de referir também, pela sua importância, o programa criado, no final do ano de 2024, “Voice Of Employee”, reforçando o nosso compromisso de fazer da OGMA um ótimo local para trabalhar.

Em 2024, o volume de negócios atingiu 290 396 milhares de euros, repartidos pelo negócio de manutenção aeronáutica, que realizou 232 568 milhares de euros (80,1% do total), pelo negócio de aerostuturas, que realizou 56 706 milhares de euros (19,5% do total) e pelo negócio de pintura, o qual registou 1 122 milhares de euros (0,4% do total).

Em termos de mercados, cerca de 95% dos negócios da OGMA tiveram como destino o mercado externo, fator demonstrativo da presença global da OGMA no mercado da fabricação e manutenção aeronáuticas. Esta forte dependência do mercado externo reflete não apenas a competitividade da OGMA em âmbito internacional, mas também a sua capacidade de se adaptar às necessidades e tendências globais da indústria aeronáutica.

Além disso, demonstra a confiança depositada pela comunidade internacional no expertise e na excelência dos serviços oferecidos pela OGMA.

MANUTENÇÃO

O negócio de manutenção atingiu em 2024, o montante de 232 568 milhares de euros, o que representa um aumento de 26,8% relativamente ao ano anterior, motivado essencialmente pelo incremento da aviação de defesa e do negócio de motores.

O negócio de aviação de defesa atingiu no total um volume de negócios de 37 019 milhares de euros. Este negócio é repartido pela aviação militar pesada e aviação militar leve. No que diz respeito à aviação militar pesada o volume de negócio foi de 31 668 milhares de euros, o que corresponde a um aumento de 62.6% relativamente a 2023 e na aviação militar leve obtivemos um volume de negócios de 5 351 milhares de euros, o que corresponde a uma variação negativa de 16,4% face ao ano anterior.

O negócio de aviação comercial e executiva realizou um volume de negócios de 11 999 milhares de euros, correspondendo a uma diminuição de 0,5% em relação ao ano anterior.

A manutenção de motores foi outro fator determinante no crescimento do negócio, alcançando 180 135 milhares de euros, um aumento de 28% face a 2023. Este desempenho robusto foi impulsionado pela alocação adicional de motores no âmbito do contrato TCA (Total Care Agreement) com o cliente Rolls-Royce e pelo lançamento da nova linha de manutenção de motores Pratt & Whitney GTF.

O negócio de componentes registou um volume de negócios de 3 415 milhares de euros em 2024, representando uma variação negativa de 26,5% face ao ano anterior. Este segmento possui uma forte interligação com as áreas de motores e aviação de defesa, sendo que, enquanto negócio isolado, não apresenta desenvolvimentos significativos.

PINTURA INTEGRAL DE AERONAVES

O negócio de pintura integral de aeronaves atingiu em 2024 um volume de negócios de 1 122 milhares de euros, registando uma diminuição de 40,6% face a 2023. Esta atividade traduz a aposta da empresa na diversificação de soluções para o cliente, mas ainda não atingiu grande relevância.

AEROESTRUTURAS

O negócio de aeroestruturas teve um desempenho notável em 2024, registando um aumento significativo de 23,4% no volume de negócios em comparação com o ano anterior.

A área de Aeroestruturas conseguiu acomodar um incremento no volume produtivo e de entregas em todos os programas contratados. Este desempenho positivo foi reforçado por renegociações contratuais que permitiram incrementos de preço em programas menos rentáveis, assegurando a estabilização das entregas e criando uma base financeiramente sustentável para o futuro do negócio.

Fonte: Relatório de Gestão e Contas OGMA – 2024



1.10.5 – NAVALROCHA – Sociedade de Construção e Reparação Naval, S.A.

Principais Indicadores:

NAVALROCHA	2024	2023
Volume de Negócios	20.988.671,94	12.469.374,79
EBITDA	2.275.291,91	1.858.738,16
Resultado Antes de Impostos	2.023.395,97	1.632.156,33
Resultado Líquido do Exercício	1.508.124,54	1.241.377,41

Liquidez Geral	1,25	1,53
Autonomia Financeira	0,26	0,43

O exercício de 2024, foi um ano em que a Navalrocha, obteve um volume de vendas, em cerca de 71% acima do valor orçamentado.

O volume de vendas foi de vinte milhões, novecentos e oitenta e oito mil, seiscentos e setenta e um euros e quatro centavos (€ 20.908.071,04).

Foram executados 52 contratos, menos 2 do que em 2023 (54), sendo 27 referentes a navios do mercado interno e 25 do mercado externo, o que em termos percentuais representa, 48,7% e 51,3% respetivamente.

Se compararmos o volume de vendas obtido em 2024, com 2023, verificamos um aumento de 68% em 2024, ou seja, neste ano as vendas foram de cerca de 20,99 milhões de euros enquanto em 2023 foi de cerca de 12,47 milhões de euros, o que corresponde a um diferencial de 8,52 milhões de euros.

Em 2024, foram concretizadas algumas deslocações para contactos com potenciais clientes, de mercados alvos. Deste conjunto de ações, resultaram 64 consultas do mercado externo, mais 11 do que no ano anterior, com uma taxa de sucesso ligeiramente inferior (39,1% em 2024 e 39,6% em 2023).

A nível do mercado interno, verifica-se um decréscimo do número de consultas, face ao ano transato, fixando-se em 33, com uma taxa de sucesso superior de 81,8%, em 2023 o número de consultas situou-se nas 42 com uma taxa de sucesso de 78,6%.

O total das consultas recebidas cresceu, face ao ano transato, resultando num total de 97, mas com uma taxa de sucesso global de 53,6%, face às 95 consultas de 2023, com uma taxa de sucesso de 56,8%.

Durante o exercício de 2024 foram efetuadas 52 encomendas de navios/embarcações, menos 2 do que em período homologado em 2023. Foram efetuadas, 7 reparações ao cais e 15 diversos, alguns dos quais fora das instalações da Navalrocha.

No exercício de 2024, a exploração da doca 1 contribuiu com 72,5% para o volume de vendas, verificando-se um acréscimo comparativamente com 2023, que se situou nos 60,1%. A doca 2 teve um decréscimo comparativamente com 2023, a sua contribuição passou de 18,2% em 2023, para cerca de 8,5% em 2024.

Em 2024, a Navalrocha teve também o contributo das docas 3 e 4, com 1,7% e 0,3% respetivamente, para o volume de faturação apresentado.

As encomendas, com realização de trabalhos de navios ao cais contribuíram com 9,5% e os diversos (reparações realizadas fora do estaleiro) com 7,5% das vendas.

De sublinhar que, o volume dos trabalhos ao cais e diversos, foram significativamente superiores, comparativamente com igual período do ano transato.

Fonte: Relatório de Gestão e Contas NAVAL ROCHA – 2024



1.10.6 – EID – Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Eletrónica, S.A.

Principais Indicadores (30/04/2024):

EID	2024	2023
Volume de Negócios	14.453.891,75	9.340.151,51
EBITDA	-477.285,59	-1.314.480,79
Resultado Antes de Impostos	-699.894,88	-1.459.274,97
Resultado Líquido do Exercício	-42.316,18	-1.011.335,22
Liquidez Geral	1,40	2,39
Autonomia Financeira	0,28	0,56

O valor das Vendas e Prestações de Serviços cifrou-se em €14,5m, o que corresponde a um aumento de 55% em relação ao exercício anterior tendo o sector de comunicações táticas mantido a primazia na contribuição para o volume de negócios global (€9,6m) e as vendas no mercado externo correspondido a 36% do Volume de Negócios.

Este exercício, ficou ainda assim aquém das expectativas, resultado fundamentalmente do prolongar dos processos de negociação com parceiros que condicionou a efetividade de contratos que se perspetivavam no exercício, condicionando fortemente as atividades realizadas e o impacto nas demonstrações financeiras daí resultante.

CONTRATOS E PARCERIAS

A atividade desta área concentra-se na concretização de projetos, especialmente no fornecimento de sistemas de comunicações integradas para plataformas militares.

Esses sistemas inovadores integram componentes proprietários da EID e de diversos fornecedores, oferecendo soluções completas para os clientes finais.

Durante o ano, destacam-se os seguintes projetos:

- Fornecedor dos sistemas de comunicações C4I para o sistema de combate do soldado (SCS-C4I) do Exército Português.
- Fornecedor de rádios, sistemas e acessórios GRC-525 destinados ao Exército Português.
- Fornecedor de sistemas ICC-201 para diversos clientes.
- Conclusão do Projeto de upgrade do ICCS dos submarinos da classe Collins da Marinha Australiana.
- Conclusão do Projeto de modernização dos sistemas de comunicações das fragatas da classe M da Marinha Portuguesa, dos patrulhas costeiros da classe Tejo e da segunda série dos patrulhas oceânicos da classe Viana de Castelo.
- Atualização dos sistemas de comunicações para incluir novas funcionalidades em navios das Marinhas de Inglaterra, Países Baixos, Espanha e Austrália.
- Início do Projeto de fornecimento de sistema integrado de comunicações para duas fragatas da Marinha do Chile e para dois navios polivalentes logísticos da Marinha das Filipinas.
- Manutenção, sustentação e novos desenvolvimentos do MMHS para as Forças Armadas Portuguesas e a empresa Rohde & Schwarz.
- Parcerias e projetos cooperativos com a Marinha e o Exército de Portugal, incluindo eventos de inovação como REPMUS, ARTEX e CWIX.
- Participação em estudos no âmbito do NIAG (Nato Innovation Advisory Group).

Além disso, o Apoio Logístico e Pós-Venda continuou a ser bastante ativo, fornecendo suporte e pequenos serviços aos clientes do mercado internacional.

INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

OCEANEX

O desenvolvimento da nova geração do Sistema Integrado de Comunicações e Controlo (SICC) prosseguiu de acordo com o planeamento, tendo sido dado especial cuidado aos mecanismos de segurança da informação e certificação “*Common Criteria*”. Foi adotado o Sistema de Intercomunicação Tático ICC-401 para pequenas plataformas navais designando-se por “*ICCS Lite*”.

TERRANEX

Foram realizados desenvolvimentos de SW na família de rádios pessoais TWH-104 e integrador de dados e energia DSI-104 centrados na arquitetura modular C4I do Soldado para assegurar funcionalidades de retransmissão de dados, controlo remoto de equipamento e fontes alternativas de energia.

Para as soluções veiculares foi desenvolvido um protótipo de integrador veicular de dados e energia DH-450 em parceria com o CINAMIL. Foi obtida a marcação CE do terminal UT-422, elemento da nova família de Intercomunicadores Táticos ICC-401.

NOVAS TECNOLOGIAS

Foi criada uma equipa dedicada ao estudo da Inteligência Artificial (IA) com foco na inovação das soluções e produtos da EID.

PRODUÇÃO

No exercício do ano 2023/24, destacam-se as seguintes atividades:

- produção de rádios GRC-525, montagens veiculares e acessórios para o Exército Português;
- produção de sistemas TWH-104R4 e DSI-104, no âmbito do contrato de fornecimento do projeto “Sistema de comunicação do Soldado C4i-SCS” para o Exército Português;
- produção de telefones de campanha para o mercado internacional;
- produção de sistemas de comunicação para submarinos;
- produção de sobresselentes para fornecimento no âmbito do apoio logístico;
- várias iniciativas LEAN para melhor eficiência dos processos internos.

Fonte: Relatório de Gestão e Contas EID – 2023/2024



1.10.7 – EDISOFT – Empresa de Serviços e Desenvolvimento de Software S.A.

Principais Indicadores:

EDISOFT	2024	2023
Volume de Negócios	17.434.358,00	14.880.874,00
EBITDA	1.159.343,00	1.519.380,00
Resultado Antes de Impostos	61.966,00	622.403,00
Resultado Líquido do Exercício	386.853,00	961.430,00
Liquidez Geral	1,27	1,35
Autonomia Financeira	0,30	0,29

Em 2024, a Thales Edisoft registou um Volume de Negócios de 17,4M€, refletindo um crescimento de 17% face ao ano anterior, consolidando a sua trajetória de expansão e reforçando a presença da empresa nos mercados nacional e internacional. Este crescimento foi impulsionado, essencialmente, pelo aumento significativo das Encomendas Recebidas, que totalizaram 15,6M€, representando um crescimento de 35% relativamente a 2023.

Os mercados intragrupo e doméstico representaram 63% e 25% do total das encomendas, respetivamente, enquanto o mercado de exportação apresentou um crescimento notável de 118%, atingindo 12% do total das encomendas, o que evidencia o reforço da internacionalização da empresa.

AMS – AIRSPACE MOBILITY SOLUTIONS

O ano de 2024 destacou-se pela intensa atividade operacional, com a equipa AMS a entregar um número significativo de sistemas, incluindo alguns cuja implementação foi impactada pela pandemia da COVID-19, como o projeto de expansão do sistema AMHS para um cliente na Índia.

Para além deste projeto, destaca-se a aceitação da 2ª fase do sistema de Torre do Aeroporto Internacional Felipe Angeles, a aceitação das novas versões dos sistemas AMHS para os Serviços Navegação Aérea (SNAs) da Áustria e Eslovénia e a operacionalização do radar secundário de Montejunto.

Quanto ao desenvolvimento de novos negócios, colocou-se um grande enfoque na apresentação de propostas de grande valor acrescentado, realçando-se no ano de 2024, a adjudicação de novos contratos com os SNAs do Bahrein e América Central (COCESNA), entre outros.

Apesar destes sucessos, o valor de encomendas ficou aquém do esperado devido ao atraso na adjudicação de alguns contratos previstos para 2024.

No entanto, a perspetiva relativa à captura de novos projetos mantém-se otimista, antecipando-se um início de ano de 2025 muito positivo no que diz respeito ao valor de encomendas registadas.

Operacionalmente, salienta-se também a continuação do desenvolvimento de uma nova versão do produto TopSky-Tower em sincronia com a modernização da restante gama de produtos da família TopSky e respeitando as normas internacionais de segurança, obrigatórias neste tipo de soluções.

Relativamente ao produto TopSky-AMHS, foram modernizados vários componentes tecnológicos e definida uma solução técnica virtualizada, permitindo assim responder às novas tendências do mercado e à crescente necessidade de racionalização de recursos por parte de alguns clientes.

Ao longo de 2024, a Thales Edisoft desempenhou um papel determinante no projeto *Single European Sky Interoperability* (SESIOP), financiado pelo *European Defence Fund* (EDF). No âmbito desta iniciativa, a empresa está a contribuir para a definição de uma arquitetura que irá simplificar a troca de informação entre sistemas de gestão de tráfego aéreo civil e militares. Este projeto permitirá ainda à Thales Edisoft reforçar as suas competências em áreas tecnológicas como o SWIM e ajustar os seus produtos às exigências e tendências do mercado.

A nível nacional, a Thales Edisoft manteve o seu envolvimento na modernização dos sistemas e equipamentos que garantem a gestão do espaço aéreo português. Entre os principais desenvolvimentos, destacam-se a entrada em operação do radar secundário de Montejunto e o apoio prestado à instalação do sistema de backup do sistema TopSky da NAV Portugal.

Em termos de resultados, a unidade de negócio manteve a trajetória que vem traçando nos anos anteriores, e que se caracteriza pela apresentação de uma rentabilidade muito sólida, apesar de não se ter atingido os valores inicialmente previstos.

AWS – ABOVE WATER SYSTEM

No domínio dos sistemas navais, 2024 foi um ano de reposicionamento estratégico e de consolidação nas diversas áreas, nomeadamente:

- Centro de Engenharia Naval (NEC)
- Oportunidades de Exportação

O Centro de Engenharia Naval alcançou o objetivo de crescimento inicialmente definido, investindo na aquisição de conhecimento essencial para reforçar a posição e competitividade do grupo Thales em diversos projetos e oportunidades internacionais.

Como parte desse crescimento, o NEC expandiu a sua equipa, ajustando o número de colaboradores às necessidades dos projetos de engenharia, bem como à execução de atividades comerciais e à preparação de propostas.

Apesar dos esforços comerciais da Thales Edisoft para responder ao concurso conjunto, lançado pela Marinha Portuguesa através da NSPA, para a modernização de duas fragatas da Classe Vasco da Gama e para o sistema de combate dos seis novos Navios de Patrulha Oceânica (NPO), o grupo Thales decidiu não submeter proposta, face aos constrangimentos orçamentais apresentados pelo cliente.

Ainda assim, em 2024, a Thales Edisoft submeteu à Marinha Portuguesa várias propostas para o fornecimento de peças sobressalentes dos sistemas de combate das fragatas da Classe Vasco da Gama, bem como para o fornecimento de comunicações por satélite e IFF para os submarinos da Classe Tridente.

Tendo em conta o forte crescimento de projetos na área naval, os elementos do NEC integraram os projetos 034PL – Miecznik (Polónia), F-126 (Alemanha) e Type-31 (Reino Unido), o que possibilitou a aquisição de novas competências e o aumento da maturidade técnica. O crescimento do mercado de exportação no setor dos sistemas navais foi igualmente impulsionado pelo início do projeto 178G (navios de patrulha costeira para o Egito) no segundo semestre de 2024, onde a equipa da Thales Edisoft assumiu a responsabilidade pela Gestão de Projeto.

O ano de 2024 foi também marcado pela participação da Thales Edisoft no exercício REPMUS, realizado na Península de Tróia, considerado o maior exercício de drones da NATO. A equipa da AWS Portugal participou neste evento em colaboração com a Thales UK, Thales LAS França e a *Royal Navy* do Reino Unido.

Por último, demos continuidade ao processo que levou à nomeação da Thales Edisoft como a entidade responsável do grupo pelos projetos de sistemas de combate para plataformas de menores dimensões, designadas MS300.

AES – SISTEMAS AEROESPACIAIS E SEGURANÇA

O ano de 2024 foi marcado por uma reorganização e reposicionamento estratégico, impulsionados por diversos fatores internos e externos. A transição de alguns projetos-chave para 2025 resultou na não concretização total dos valores de encomendas, embora as vendas tenham sido realizadas com sucesso a nível operacional.

No setor aeroespacial, 2024 foi destacado pelo lançamento, em março, do nano satélite AEROS MH-1, liderado pela Thales Edisoft. Seguiu-se a fase de operação inicial (LEOP), marcada por uma intensa atividade interna para garantir a operacionalidade dos sistemas de bordo e a subsequente descarga de dados. Negociámos uma extensão do projeto Triton-X e concluímos com sucesso vários projetos em curso.

Ao longo do ano, reforçou-se o alinhamento com a Thales Alenia Space, especialmente com as equipas em França e Espanha, para promover a colaboração no desenvolvimento de projetos no segmento espacial, bem como a busca de novas oportunidades de cooperação no âmbito de programas da ESA, EUSPA e EUMETSAT.

No Teleporto de Santa Maria, nos Açores, a capacidade de engenharia da Thales Edisoft continua a ser amplamente reconhecida e valorizada pelos clientes. No que diz respeito aos clientes institucionais, foi concluída a renegociação do contrato de extensão de

Hosting e Manutenção da SMA-1 para o período de 2024 a 2028. Também foram estendidos os contratos com a EUMETSAT, EUSPA/Spaceopal/TLZ, e foi concluída a fase técnica do projeto relacionado com o veículo espacial *Space Rider*, aguardando-se a decisão da ESA para a definição do local de aterragem.

No mercado *New Space*, a *RocketLab*, da Nova Zelândia, realizou 14 lançamentos com sucesso, com o apoio local em Santa Maria. O acordo com a *Leafspace* para o upgrade e exploração da antena de UHF, agora designada SMA-4, foi concluído, com a previsão de início das operações em 2025.

O acordo de extensão do *Hosting* da antena SAT-AIS da *Spire*, através da KSAT, também foi finalizado. Além disso, foi iniciado o contrato para a instalação de uma antena de 7,5 metros, da Telespazio Italia, no Teleporto, para apoiar a constelação italiana IRIDE.

O plano de negócio da antena de 15 metros (SMA-2) foi desenvolvido de forma intensiva em 2024, com a revisão do plano e o início dos contactos formais para a utilização da antena no apoio a missões, incluindo missões à Lua. Devido ao elevado montante de investimento necessário, foi identificado e submetido um pedido de financiamento ao programa Regional – Construir 2030, com o objetivo de cofinanciar os upgrades necessários e reduzir o tempo de retorno do investimento.

Em 2024, continuaram também os serviços de Observação da Terra com a EMSA, no âmbito do contrato OP/1 (*CleanSeaNet*, *FRONTEx* e *Copernicus*), para a deteção de navios e monitorização de derrames de hidrocarbonetos.

No domínio dos *Information Security Systems*, a Thales Edisoft tem trabalhado para maximizar o valor diferenciador das soluções do grupo Thales, através da prestação de serviços de consultoria especializada na área de *compliance* e na integração de soluções da Thales e de outros fabricantes de renome. Estes serviços têm sido prestados em ambientes organizacionais complexos, com requisitos técnicos e regulamentares exigentes, como é o caso do Gabinete Nacional de Segurança, Ministério da Defesa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, ANA Vinci Airports e NAV Portugal.

No final do ano, o contrato de *Cyberservices* que a Thales Edisoft tinha com a NAV Portugal foi concluído, não sendo possível assegurar a nossa posição no concurso público para a prestação de serviços nos próximos três anos.

Simultaneamente ao reforço da oferta de soluções criptográficas, tanto de grau militar como civil, e de sistemas avançados de simulação e emulação, a empresa continuou a disponibilizar uma ampla gama de soluções na área de Identificação Digital Segura aos clientes institucionais em Portugal.

No domínio dos *Land & Air Defence Systems*, em 2024, a Thales Edisoft e o grupo Thales atingiram uma das suas metas de maior relevância, assegurando a aquisição do sistema ForceShield pelo Exército Português através da NSPA. O sistema de defesa aérea de curto alcance (VSHORAD) desenvolvido em conformidade com os requisitos NATO, inclui o radar de vigilância aérea *Ground Master 200* (GM200), sistema de comunicações rádio, sistema de comando e controlo e sistema de lançamento de mísseis *RapidRanger*

equipado com *mísseis Lightweight Multirole Missile (LMM)* e *Starstreak*, tornando Portugal o país pioneiro na União Europeia a adquirir o sistema. O projeto terá a duração de 2 anos, no qual a Thales Edisoft terá uma equipa de engenheiros a acompanhar o desenvolvimento em Rungis e Limours (Thales França) e Belfast (Thales UK).

O ano transato também foi marcado por um esforço comercial relevante com a apresentação de diversas propostas ROM (*Rough Order of Magnitude*) ao Exército Português, nas vertentes dos sistemas de treino e simulação (*Gladiator*, *SATIS* e *TEA*) e das comunicações seguras (*Tactical Deployable Cyber Defence Shelter*), e à Força Aérea Portuguesa, para o simulador de helicópteros do MHTC (*Multinational Helicopter Training Centre*) a ser construído na Base Aérea Nº1.

Fonte: Relatório de Gestão e Contas EDISOFT –2024

1.10.8 – MAGELLAN ORBITAL, S.A.

No ano de 2024, a Sociedade não apresentou qualquer atividade operacional, não tendo registado volume de negócios.

Fonte: Relatório de Gestão e Contas MAGELLAN ORBITAL, S.A. –2024

1.11 – Perspetivas para 2025

O ano de 2025 está a decorrer de acordo com o que foi definido no Plano de Atividades e Orçamento 2025-2027. As funções desempenhadas pela idD Portugal Defence – gestão das participações do Estado português na indústria de Defesa, desenvolvimento da atividade de desmilitarização de munições e de explosivos, e promoção da indústria de Defesa – estão a evoluir de acordo com um contexto em que se verifica um crescente interesse pela área da Defesa em Portugal.

Ao nível da gestão de participações do Estado português foi iniciada a colaboração entre três empresas do grupo no sentido de identificar áreas de cooperação que conduzam a ganhos de eficiência e de eficácia e permitam revalorizar o Grupo idD. O relatório consolidado da idD fornecerá informação mais detalhada.

Na área de munições, prevê-se concluir o contrato de desmilitarização referente a 2024/2025 e dar início ao novo contrato para o biénio 2026/2027. Com vista a garantir a sustentabilidade da atividade de desmilitarização e desativação de munições e explosivos, foi submetida, em maio, uma candidatura para a pré-qualificação da idD junto da NSPA, para a desmilitarização de materiais energéticos. Esta iniciativa junta-se à dinamização da oferta dos serviços no mercado civil, especialmente junto da indústria automóvel, e à continuação dos estudos necessários para a elaboração de um parecer relativo à construção de uma fábrica de munições.

Finalmente, o reforço da ligação entre os Ramos Militares e a indústria de Defesa Nacional foi organizada em torno de dois canais principais: a produção industrial e de serviços e o desenvolvimento tecnológico. Neste âmbito, foram e continuarão a ser desenvolvidas até ao final do ano diversas iniciativas, destacando-se:

- Visita a empresas da indústria de Defesa Nacional em todo o país e em diferentes sectores de atividade
- Apoio as empresas nas suas intenções comerciais no exterior através da participação em feiras e outros eventos, e nas intenções de investimento em Portugal
- Aproximação da indústria aos Ramos militares através de diferentes ações conjuntas com as suas divisões de inovação e com as suas direções de planeamento.
- Início da implementação do acelerador de empresas DIANA no âmbito da NATO com a aceitação da proposta apresentada por Portugal e com a sua ativação prevista para 2026
- Apresentação à indústria de diferentes instrumentos de apoio à Defesa no âmbito da NATO, da UE e da Agência Espacial Europeia
- Encontros entre empresas e com representantes da indústria de países aliados, amigos e parceiros, incluindo o apoio militar à Ucrânia.
- Participação em projetos com retorno para a idD como as Agendas Mobilizadoras Aero.Next e New Space Portugal, e na Medida de Apoio à Paz em Moçambique. Novo projeto está em vias de se iniciar para Cabo Verde.

Estas e outras medidas vão no sentido de cumprir a visão da idD de “ser reconhecida como uma referência no apoio da indústria às Forças Armadas”.

ARSENAL DO ALFEITE

O desempenho da atividade no primeiro quadrimestre do exercício em curso aponta para uma melhoria dos resultados operacionais da empresa, com a produção a crescer cerca de 10% e a Taxa Horária Média a registar uma redução superior a 15%.

Tendo em conta o contexto nacional e internacional de reforço e compromisso para com a indústria da defesa, e o caminho traçado pela Arsenal do Alfeite, S.A., desde a sua passagem a empresa pública em 2009, é fundamental consolidar o seu rumo e fazer da mesma uma empresa sustentável e resiliente nas suas três dimensões: económica, social e ambiental (aqui se incluindo a energética).

Esta transformação deverá ser conseguida cumprindo, em primeiro lugar, o seu desígnio fundamental de suportar a Marinha Portuguesa na evolução e manutenção da sua esquadra e, posteriormente, desenvolvendo a sua atividade transformando-se num contribuinte de relevo para a internacionalização da economia da defesa e do cluster da construção e reparação naval, através do fornecimento a outras Marinhas de serviços de elevado valor acrescentado e cariz tecnológico e, bem assim, num elemento central da dinamização do cluster da construção e reparação naval.

Para tal é necessário levar a cabo o financiamento do Plano de Investimentos constante no PAO 2025-2027, já mencionado no Plano Estratégico de Recuperação e Requalificação, adequando e modernizando os bens da concessão de forma a permitir enfrentar os desafios de manutenção da frota atual e futura da Marinha Portuguesa, o cumprimento das metas ambientais, a conservação do património edificado e modernização dos meios de produção, responsabilidade essa que cabe ao Estado, enquanto concedente e titular espaço e bens da concessão.

Assim, todo o trabalho a desenvolver com e para o parceiro Marinha Portuguesa deverá ser focado em:

- Dotar a Arsenal do Alfeite, S.A. de encomendas que permitam a sua laboração contínua nas diversas áreas – manutenção naval, armas e sensores e, por último, minas, misseis e torpedos – pois a empresa está inteiramente dependente do orçamento de manutenção da Marinha;
- Incrementar as capacidades técnicas e tecnológicas da Arsenal do Alfeite S.A. permitindo o acompanhamento da evolução tecnológica e dos ativos ao seu cuidado que assegurem a sua permanente atualização no suporte ao cumprimento das missões de soberania e de interesse público cometidas à Armada.

Os desafios com que a Arsenal do Alfeite, S.A., se depara, já no ano em curso, são de enorme complexidade e exigência, destacando-se os seguintes eventos:

- Conclusão da revisão (PR) do NRP Tridente;
- Conclusão da Grande reparação do navio PHM ETTAWFIQ da Marinha Real de Marrocos;
- Início do Programa de Modernização de duas Fragatas da Classe Vasco da Gama, a realizar pela primeira vez em território nacional.

Em simultâneo, está planeado intervir em mais de dez navios da esquadra da Marinha Portuguesa e garantir a capacidade de resposta imediata às necessidades de intervenção urgente.

ETI – Empordef Tecnologias de Informação, S.A.

O contexto de pressão para aumento de disponibilidade e prontidão operacional dos meios (potenciada pelo conflito na Ucrânia), de redução de efetivos, de necessidade de manutenção das competências da linha da frente, constituem os grandes desafios das Forças Armadas. O investimento em ALI, é, pois, fundamental para responder a estes desafios, sendo a simulação e treino um dos componentes essenciais para garantir as competências necessárias para uma eficaz e eficiente execução da missão.

É neste contexto que se espera para 2025 um forte incremento da atividade da ETI, impulsionado pelas seguintes alavancas: i) Desenvolvimento do negócio com os atuais parceiros OEM Embraer, Airbus e GDELS, ii) Realização de projetos financiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e Fundo Europeu de Defesa já aprovados, e iii) Desenvolvimento de oportunidades de negócio com outros clientes diretos, nomeadamente as Forças Armadas Portuguesas, Exército Austríaco e Outros OEM. O carácter plurianual dos projetos financiados e da maioria dos projetos para clientes permitirá o crescimento sustentado do volume de negócio no triénio 2025-2027.

O crescimento da equipa em 2025 deverá acompanhar de uma forma sustentada o crescimento da ETI numa perspetiva de curto e médio prazo. Com uma carteira crescente de projetos e objetivos ambiciosos, é importante ter uma equipa devidamente dimensionada, com competências específicas em áreas estratégicas e de inovação, capacitada para lidar com a carga de trabalho prevista e garantir o sucesso dos projetos. O aumento previsto do número de colaboradores em 2025 permitirá a distribuição equilibrada de tarefas, a solidificação de competências internas distintivas, e dar resposta às necessidades dos projetos.

A escassez de mão-de-obra qualificada é um problema crescente no mercado da aeronáutica e defesa em Portugal. A procura por profissionais altamente treinados e capacitados, com habilidades técnicas avançadas, está em crescimento acelerado, mas a oferta não tem capacidade de acompanhar este ritmo de crescimento e está claramente deficitária. Neste contexto, a ETI considera fundamental a criação de condições de atração e retenção de talento alinhadas com o mercado, mitigando assim o risco de eventual incapacidade de realizar os projetos financiados e os projetos de clientes.

Para tal prevê-se a adoção de medidas extraordinárias de valorização que decorram da entrada em vigor do novo Acordo de Empresa com os Sindicatos, que se adapte à realidade e contexto atual da empresa.

O mercado de treino e simulação para aeronáutica e defesa tem assistido nos últimos anos ao desenvolvimento de novas importantes tendências, nomeadamente ao nível da abordagem ao treino e ao tipo de dispositivos, bem como à utilização de novas tecnologias. A dedicação quase exclusiva dos recursos da ETI a projetos de clientes resultou num conhecimento interno ainda muito insuficiente nestas áreas. De forma a colmatar esta lacuna, em 2025 a ETI continuará a aposta na Inovação, fortalecendo a ligação às Forças Armadas, às universidades e centros de investigação, através de projetos conjuntos e de processos de transferência de tecnologia.

A atividade, a histórica e as referências da ETI, ao longo dos seus 20 anos de atividade no mercado de simulação e treino, são relevantes e devem ser relevadas, em conjunto com as apostas: 1) no acompanhamento da evolução tecnológica dos sistemas de armas, a digitalização do campo de batalha, do treino e dos processos ALI dos clientes; 2) A aposta na incorporação da sua oferta de tecnologias disruptivas como RA/RV e *Data Analytics*.

Outra das prioridades da ETI para este novo ciclo é uma aposta forte e sustentada na visibilidade da Marca ETI.

Para a prossecução dos seus objetivos, é crucial garantir a robustez da tesouraria da ETI para fazer face aos investimentos tecnológicos e em desenvolvimento de produto, mas sobretudo às necessidades de fundo de maneo associadas a projetos cofinanciados PRR e FED e a projetos de clientes.

EXTRA – Explosivos da Trafaria, S.A.

Para além da continuidade da atividade, e expectativa do Conselho de Administração que em 2025, se realize uma reavaliação patrimonial completa do imóvel detido pela sociedade, e eventualmente se mobilizem os recursos e se proceda à definição de um calendário tentativo para a realização de um estudo de avaliação das contingências ambientais, e de quantificação dos custos e prazos para a sua mitigação, que no seu conjunto permitam uma avaliação credível para a viabilidade de colocação deste ativo imobiliário em mercado, e estabelecer um calendário credível e efetivo para a colocação da propriedade em mercado, dando corpo ao Acordo Parassocial celebrado (apesar do significativo atraso do calendário e ao qual não foi indiferente a incerteza associada quer à situação pandémica, quer às decisões sobre a localização do novo aeroporto ou aeroporto complementar de Lisboa) ou atualizando os termos do mesmo.

OGMA – Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.

A OGMA está firmemente comprometida em impulsionar o futuro da aviação, adotando uma abordagem estratégica que equilibra a tradição com a inovação.

Na aviação de defesa, a nossa estratégia de crescimento continuará sustentada na simbiose entre as plataformas Legacy, aeronaves mais antigas, nomeadamente o C-130, P-3 e F-16 e as mais recentes, como o KC-390 e o Super Tucano.

Para estas aeronaves, a OGMA posiciona-se como um parceiro de excelência, oferecendo um suporte abrangente, desde a entrada em serviço até o suporte logístico, manutenção e modificações (upgrades) no mercado global com forte presença na Europa, Médio Oriente e África (EMEA) e América do Sul.

Na aviação civil, continuaremos a oferecer suporte às plataformas Embraer, com especial ênfase no Embraer E2 e no programa TSP (Total Support Program), que inclui serviços de suporte e manutenção para aeronaves vendidas dentro do mesmo.

Adicionalmente, continuamos o investimento no crescimento de negócios de valor acrescentado, nomeadamente em serviços de Engenharia de Desenvolvimento e Projeto, com o objetivo de expandir o nosso negócio de soluções de modernização.

No negócio de motores, a OGMA continuará a consolidar a sua posição, dando seguimento à expansão das suas capacidades no programa PW1100. Após a obtenção da extensão da certificação Part 145 em abril de 2024, que permitiu a indução de 16 motores PW1100, a empresa prepara-se para um novo ciclo de crescimento nesta área.

Em 2025, as prioridades estratégicas incluem a certificação do Banco de Ensaios, alcançada em janeiro, que viabilizará a entrega do primeiro motor PW1100 totalmente intervencionado nas nossas instalações no primeiro trimestre. Além disso, a OGMA focar-se-á no cumprimento do plano de indução de 37 motores ao longo do ano e no início da primeira Complex Repair PW, reforçando o seu posicionamento como um centro de excelência para a manutenção deste motor.

Em 2025, o negócio das Aeroestruturas continuará a trajetória de crescimento sustentado, acompanhando de perto as exigências e tendências do mercado. Prevê-se um aumento importante no volume de negócios e no número de entregas.

O sucesso da Unidade de Negócio continuará a ser impulsionado pela adoção das melhores práticas de gestão, programa de excelência empresarial Embraer e pela revisão estratégica do portfólio de programas. Com negociações eficazes com clientes-chave, direcionaremos os recursos para as atividades operacionais de valor acrescentado, garantindo resultados sólidos e sustentáveis.

NAVALROCHA – Sociedade de Construção e Reparação Naval, S.A.

A capacidade diretamente produtiva continuará a ser alcançada pelo recurso maioritário à subcontratação de parceiros, por áreas especializadas de intervenção.

A Navalrocha mantém a perspetiva de atingir um volume de negócios de 2025 superior ao de 2023, conforme orçamento aprovado, tendo em atenção a reconhecida qualidade de serviço junto do seu mercado, à sua localização geográfica, mas teremos um desafio em relação à economia internacional.

Na área de Produção, prevê-se uma ocupação adequada e racional das infraestruturas disponíveis e em particular da utilização plena das 4 docas e espaço de cais, incluindo a otimização dos recursos externos e internos disponibilizados. Teremos de ter em consideração os investimentos previstos em infraestruturas que estão em concordância com a prorrogação da concessão.

Na área Comercial, a Navalrocha continuará, através dos seus meios internos e de contratos de agência, a desenvolver todos os esforços para angariar mais clientes nos Mercados Externos. Os clientes do Mercado Nacional também serão permanentemente monitorizados, com especial atenção para Marinha de Guerra e navios dos principais armadores nacionais.

Para além de 2024, o processo de recuperação, conjecturável da economia mundial após o fim da guerra da Ucrânia, bem como toda a instabilidade em Israel / Faixa de Gaza, permitirá a consolidação do volume de negócios e rentabilidade da Navalrocha uma vez que o nosso volume de vendas é maioritariamente no mercado externo.

A Navalrocha deverá assumir-se cada vez mais como uma plataforma de serviços de elevado valor acrescentado com prestígio internacional e capacidade crítica de atrair os

principais *players* do setor, de forma a garantir elevadas taxas de ocupação das suas infraestruturas e assegurar níveis de rentabilidade compatíveis com as expectativas dos seus acionistas e demais *stakeholders*.

EID – Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Eletrónica, S.A.

À semelhança de anos recentes, esperamos que as exportações venham a contribuir significativamente para a nossa receita, e a obtenção e entrega de pedidos de compra de clientes estrangeiros será vital para o nosso sucesso. É com grande satisfação que assistimos ao ambicioso programa de substituição e modernização de equipamento das Forças Armadas portuguesas, incluindo o Sistema de Informações e Comunicações Tático (SIC-T) para o exército e a aquisição de seis novos Navios de Patrulha Oceânicos para a Marinha. Esperamos ter um papel relevante nestes e noutros programas em Portugal, contribuindo para a economia, a influência internacional e a segurança da Nação.

EDISOFT – Empresa de Serviços e Desenvolvimento de Software S.A.

O ano de 2025 será marcado pela continuação da transformação do setor da defesa, aeronáutica e aeroespacial, impulsionada pelo aumento dos investimentos militares na Europa, a necessidade de modernização das infraestruturas tecnológicas e a crescente digitalização dos sistemas críticos. Neste contexto, a Thales Edisoft manterá a sua aposta na inovação, reforçando a sua presença nos mercados estratégicos e consolidando a sua posição como um player de referência nestes setores.

AMS – Airspace Mobility Solutions: Sistemas Aéreos

O setor da aviação continuará a atravessar um processo de modernização, com a digitalização da gestão do tráfego aéreo e a crescente adoção de tecnologias que permitam uma maior eficiência operacional e segurança. A Thales Edisoft continuará a fortalecer a sua posição no mercado através da evolução das suas soluções TopSky-Tower e TopSky-AMHS, consolidando parcerias e explorando novas oportunidades de crescimento em geografias onde já opera, particularmente na Europa e América Latina. A empresa manterá o seu compromisso com a NAV Portugal, apoiando a modernização dos sistemas de controlo de tráfego aéreo e garantindo soluções tecnológicas inovadoras.

AWS – Above Water Systems: Sistemas Navais de Defesa

A empresa deverá assumir um papel de crescente relevância dentro do Grupo Thales para sistemas até MS300, reforçando a sua presença internacional neste segmento. Em 2025, a Thales Edisoft continuará a desenvolver competências estratégicas na engenharia e integração de sistemas de combate naval, consolidando a sua posição e contribuindo ativamente para o crescimento da Thales neste domínio no mercado mundial. O Centro de Engenharia Naval (NEC) manterá a sua trajetória de crescimento, reforçando a especialização na integração de soluções eletrónicas avançadas para plataformas navais e na participação em projetos internacionais estratégicos.

AES – Sistemas Aeroespaciais e Segurança

O setor aeroespacial continuará a expandir-se, com um reforço das iniciativas de observação da Terra e comunicações seguras. Após o lançamento do nanosatélite AEROS MH-1, a Thales Edisoft pretende aprofundar a sua presença no mercado *NewSpace*, alavancando a infraestrutura do Teleporto de Santa Maria para novos projetos europeus. No setor da Segurança de Sistemas de Informação, a empresa continuará a desenvolver soluções para a proteção de infraestruturas críticas, com um foco na gestão de risco e *compliance* em ambientes de defesa e segurança nacional.

A Thales Edisoft Portugal entrará em 2025 com uma estratégia orientada para a expansão internacional, inovação tecnológica e reforço da sua especialização, garantindo o desenvolvimento contínuo de soluções estratégicas para os setores da defesa, segurança e aeroespacial.

1.12 - Agradecimentos

O Conselho de Administração expressa o seu reconhecimento e gratidão aos colaboradores da idD Portugal Defence S.A e , através do seu empenho e competência, lograram ultrapassar desafios e implementar algumas das medidas de transformação e reestruturação da empresa.

Uma palavra para os órgãos de gestão das várias participadas, que connosco colaboraram de forma exemplar, atempada e profissional.

Por fim, é devido às tutelas setorial e financeira um agradecimento pelo suporte e confiança demonstrada na equipa de gestão.

Lisboa, 19 de setembro de 2025

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Assinado por: **Ricardo Manuel de Magalhães Pinheiro Alves**
Num. de Identificação: 07671466
Data: 2025.10.01 21:05:57+01'00'

Ricardo Manuel de Magalhães Pinheiro Alves
(Presidente do Conselho de Administração)

Assinado por: **LUÍS MIGUEL SILVA RIBEIRO**
Num. de Identificação: 09521541
Data: 2025.10.01 23:33:43+01'00'

Luís Miguel Silva Ribeiro
(Vogal do Conselho de Administração)



PORTUGAL
MAKING THE DIFFERENCE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ORÇAMENTAIS
CONSOLIDADAS
2024

2 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ORÇAMENTAIS

2.1 - Demonstrações Financeiras (Consolidado)

Entidade: IDD - Portugal Defence, S.A.

Balanço consolidado do período findo em 31 de dezembro de 2024

Unidade monetária: Euro

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2024	31/12/2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4.2	91 445 574,90	96 023 853,18
Propriedades de investimento	4.1	6 427 397,11	6 427 966,77
Ativos intangíveis	3	205 873,44	319 761,68
Ativos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras	5	46 294 135,45	46 141 404,64
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00
Acionistas / sócios / associados		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos por impostos diferidos		852 722,03	816 637,42
Outras contas a receber		0,00	0,00
		145 225 702,93	149 729 623,69
Ativo Corrente			
Inventários	6	733 759,79	782 108,55
Ativos biológicos		0,00	0,00
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		0,00	0,00
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes	7	324 395,18	812 107,09
Estado e outros entes públicos	8	80 457,59	148 620,02
Acionistas / sócios / associados		0,00	0,00
Outras contas a receber	9	3 423 215,34	2 086 677,69
Diferimentos	10	106 249,46	62 151,61
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos	1.2.3.	13 492 330,70	10 426 615,76
		18 160 408,06	14 318 280,72
Total do ativo		163 386 110,99	164 047 904,41
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital			
Ações (quotas) próprias	11.1	104 500 000,00	104 500 000,00
		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio	11.2	1 991 000,00	1 991 000,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas	11.3.1	15 304,03	15 304,03
Resultados transitados	11.4	-29 415 491,41	-30 696 040,15
Ajustamentos em ativos financeiros	11.5	-236 624,30	-225 348,46
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações no Património Líquido	11.6	43 677 510,39	45 376 121,98
Resultado líquido do período	11.7	-3 940 858,49	1 280 548,74
Dividendos antecipados		0,00	0,00
Interesses que não controiam		1 807 730,27	1 782 697,90
Total do património líquido		118 398 570,49	124 024 284,05
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	12/23	4 276 586,64	3 987 169,68
Financiamentos obtidos	14	5 131 048,92	131 048,92
Fornecedores de investimentos		0,00	0,00
Fornecedores		0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar	9	11 657 927,33	12 151 072,62
		21 065 562,89	16 269 291,22
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis			
Fornecedores	13.1	825 987,37	3 005 831,30
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	8	2 212 202,98	1 413 500,50
Acionistas / sócios / associados	15	3 599 997,96	3 599 997,96
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Fornecedores de investimentos	13.2	265,68	472 771,41
Outras contas a pagar	9	7 407 397,49	8 136 207,89
Diferimentos	10	9 876 126,13	7 126 020,08
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		23 921 977,61	23 754 329,14
Total do passivo		44 987 540,50	40 023 620,36
Total do património líquido e passivo		163 386 110,99	164 047 904,41

As Notas 1 a 36 do Anexo constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Assinado por: **NELSON RICARDO CUNHA CORREIA DA SILVA**

Num. de Identificação: 09778824

Data: 2025.10.01 12:21:11+01'00'

Certificado por: **Ordem dos Contabilistas**

Certificados em: **ARTÃO DE CIDADÃO**

Atributos certificados: **Membro da OCC nº 65948**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Assinado por: **Ricardo Manuel de Magalhães Pinheiro Alves**

Num. de Identificação: 07671466

Data: 2025.10.01 21:07:40+01'00'

Ricardo Manuel de Magalhães Pinheiro Alves
(Presidente do Conselho de Administração)

Assinado por: **LUÍS MIGUEL SILVA RIBEIRO**

Num. de Identificação: 09521541

Data: 2025.10.01 23:32:52+01'00'

Luís Miguel Silva Ribeiro
(Vogal do Conselho de Administração)

Entidade: IDD - Portugal Defence, S.A.

Demonstração dos resultados por naturezas consolidada do período findo em 31 de dezembro de 2024

Unidade monetária: Euro

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Impostos, contribuições e taxas		2 111,59	167 929,47
Vendas	17	79 820,39	73 718,55
Prestações de serviços e concessões	17	19 280 492,19	25 544 777,33
Transferências e subsídios correntes obtidos	18	1 488 083,62	1 555 765,92
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	27	1 524 661,12	3 994 069,66
Variações nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	19	91 142,35	146 790,08
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	20	-1 147 467,17	-3 841 174,33
Fornecimentos e serviços externos	21	-6 709 394,90	-8 650 513,39
Gastos com o pessoal	22	-15 415 187,14	-14 772 381,38
Transferências e subsídios concedidos		0,00	0,00
Prestações sociais		0,00	0,00
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	23	-290 419,37	-264 991,08
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos / reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	25	2 703 250,94	2 822 651,39
Outros gastos e perdas	26	-202 242,70	-314 337,00
Resultado antes de depreciações e resultados financeiros		1 404 850,92	6 462 305,22
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-5 264 664,91	-5 146 364,08
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)	24.1	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		-3 859 813,99	1 315 941,14
Juros e rendimentos similares obtidos	28	2 877,75	652,77
Juros e gastos similares suportados	29	-72 715,30	-37 638,03
Resultado antes de impostos		-3 929 651,54	1 278 955,88
Imposto sobre o rendimento do período	16	-11 206,95	1 592,86
Resultado líquido do período	11.7	-3 940 858,49	1 280 548,74
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade que controla		-3 940 858,49	1 280 548,74
Interesses que não controlam		25 032,36	23 599,04
		-3 965 890,85	1 304 147,78

As Notas 1 a 36 do Anexo constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Assinado por: **NELSON RICARDO CUNHA CORREIA DA SILVA**

Num. de Identificação: 09778824

Data: 2025.10.01 12:29:49+01'00'



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Assinado por: **Ricardo Manuel de Magalhães Pinheiro Alves**

Num. de Identificação: 07671466

Data: 2025.10.01 21:08:35+01'00'

Ricardo Manuel de Magalhães Pinheiro Alves
(Presidente do Conselho de Administração)

Assinado por: **LUÍS MIGUEL SILVA RIBEIRO**

Num. de Identificação: 09521541

Data: 2025.10.01 23:32:22+01'00'

Luís Miguel Silva Ribeiro
(Vogal do Conselho de Administração)

Entidade: IDD - Portugal Defence, S.A.

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de dezembro de 2024

Unidade monetária: Euro

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes	33.1	25 280 721,16	26 555 083,78
Recebimentos de contribuintes		0,00	0,00
Recebimentos de transferências e subsídios correntes	33.2	1 142 444,44	1 250 381,24
Recebimentos de utentes		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores	33.3	-11 681 615,32	-12 490 053,35
Pagamentos ao pessoal	33.4	-10 196 625,76	-9 542 887,90
Pagamentos a contribuintes / utentes		0,00	0,00
Pagamentos de transferências e subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de prestações sociais		0,00	0,00
Caixa gerada pelas operações		4 544 924,52	5 772 523,77
Pagamento / recebimento do Imposto sobre o rendimento	33.5	38 134,10	-219 077,70
Outros recebimentos/pagamentos	33.6	-6 444 140,12	-7 085 258,90
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		-1 861 081,50	-1 531 812,83
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	33.7	-1 071 272,96	-1 086 425,33
Ativos intangíveis	33.7	-30 618,00	-26 867,97
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Investimentos financeiros		-14 907,07	-30 955,67
Outros ativos		0,00	-13 335,33
Recebimentos provenientes de :			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento	33.8	174 982,17	3 612 322,29
Transferências de capital	33.9	312 207,10	0,00
Juros e rendimentos similares		2 826,27	456,25
Dividendos	33.10	561 211,65	391 963,43
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-65 570,84	2 847 157,67
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	33.11	6 154 541,57	259 047,10
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	33.12	-1 159 047,10	-254 386,67
Juros e gastos similares	33.13	-3 174,63	-4 346,08
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e outros instrumentos de Cap. Próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		4 992 319,84	314,35
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		3 065 667,50	1 315 659,19
Efeito das diferenças de câmbio		47,44	-142,43
Caixa e seus equivalentes no início do período		10 426 615,76	9 111 099,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.2.3	13 492 330,70	10 426 615,76
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		10 426 615,76	9 111 099,00
Equivalente a caixa no início do período			
Variações cambiais de caixa no início do período		0,00	0,00
=Saldo da gerência anterior		10 426 615,76	9 111 099,00
De Execução orçamental		0,00	0,00
De operações de tesouraria		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período		13 492 330,70	10 426 615,76
Equivalente a caixa no fim do período		0,00	0,00
Variações cambiais de caixa no fim do período		0,00	0,00
=Saldo para a gerência seguinte		13 492 330,70	10 426 615,76
De Execução orçamental		0,00	0,00
De operações de tesouraria		0,00	0,00

As Notas do Anexo 1 a 36 constituem parte integrante das demonstrações financeiras supra.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Assinado por: **NELSON RICARDO CUNHA CORREIA DA SILVA**

Num. de Identificação: 09778824

Data: 2025.10.01 12:30:32+01'00'

Certificado por: **Ordem dos Contabilistas**

Certificados em ARTÃO DE CIDADÃO

Atributos certificados: **Membro da OCC nº 65948**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Assinado por: **Ricardo Manuel de Magalhães Pinheiro Alves**

Num. de Identificação: 07671466

Data: 2025.10.01 21:10:06+01'00'

Ricardo Manuel de Magalhães Pinheiro Alves
(Presidente do Conselho de Administração)

Assinado por: **LUÍS MIGUEL SILVA RIBEIRO**

Num. de Identificação: 09521541

Data: 2025.10.01 23:31:52+01'00'

Luís Silva Ribeiro
(Vogal do Conselho de Administração)

Entidade: IDD - Portugal Defence, S.A.
Demonstração consolidada das alterações no património líquido, em 31 de dezembro de 2024

Unidade monetária: Euro

DESCRIÇÃO	NOTAS	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla											Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
		Capital/ Património Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)=(6) 2023	11	104 500 000,00	0,00	1 991 000,00	0,00	15 304,03	-30 696 040,15	-225 348,46	0,00	45 376 121,98	1 280 548,74	122 241 586,14	1 782 697,90	124 024 284,05
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização de excedentes de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-11 275,84	0,00	-1 698 611,59	0,00	-1 709 887,43	0,00	-1 709 887,43
(2)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-11 275,84	0,00	-1 698 611,59	0,00	-1 709 887,43	0,00	-1 709 887,43
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)	11.7										-3 940 858,49	-3 940 858,49	0,00	-3 940 858,49
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2) + (3)											-3 940 858,49	-3 940 858,49	0,00	-3 940 858,49
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Subscrições de capital/património		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subscrições de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 280 548,74	0,00	0,00	0,00	-1 280 548,74	0,00	25 032,36	25 032,36
(5)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 280 548,74	0,00	0,00	0,00	-1 280 548,74	0,00	25 032,36	25 032,36
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(5)	11	104 500 000,00	0,00	1 991 000,00	0,00	15 304,03	-29 415 491,41	-236 624,30	0,00	43 677 510,39	-3 940 858,49	116 590 840,22	1 807 730,27	118 398 570,49

As Notas do Anexo 1 a 36 constituem parte integrante das demonstrações financeiras supra.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Assinado por: **NELSON RICARDO CUNHA CORREIA DA SILVA**
Num. de Identificação: 09778824
Data: 2025.10.01 12:31:20+01'00'
Certificado por: **Ordem dos Contabilistas**
Certificados em ARTÃO DE CIDADÃO
Atributos certificados: **Membro da OCC nº 65948**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Assinado por: **Ricardo Manuel de Magalhães Pinheiro Alves**
Num. de Identificação: 07671466
Data: 2025.10.01 21:11:12+01'00'

Assinado por: **LUÍS MIGUEL SILVA RIBEIRO**
Num. de Identificação: 09521541
Data: 2025.10.01 23:31:14+01'00'

Entidade: IDD - Portugal Defence, S.A.
Demonstração consolidada das alterações no património líquido, em 31 de dezembro de 2023

Unidade monetária: Euro

DESCRIÇÃO	NOTAS	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla											Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
		Capital/ Património Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1)	11	104 500 000,00	0,00	1 991 000,00	0,00	15 304,03	-20 028 458,98	-762 131,43	0,00	47 216 110,96	-10 906 839,32	122 024 985,26	1 734 043,36	123 759 028,62
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização de excedentes de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	239 258,15	536 782,97	0,00	-1 839 988,98	0,00	-1 063 947,86	48 654,54	-1 015 293,32
(2)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	239 258,15	536 782,97	0,00	-1 839 988,98	0,00	-1 063 947,86	48 654,54	-1 015 293,32
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)	11.7										1 280 548,74	1 280 548,74	-	1 280 548,74
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2) + (3)											1 280 548,74	1 280 548,74	-	1 280 548,74
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Subscrições de capital/património		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subscrições de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-10 906 839,32	0,00	0,00	0,00	10 906 839,32	0,00	0,00	0,00
(5)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-10 906 839,32	0,00	0,00	0,00	10 906 839,32	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(5)	11	104 500 000,00	0,00	1 991 000,00	0,00	15 304,03	-30 696 040,15	-225 348,46	0,00	45 376 121,98	1 280 548,74	122 241 586,14	1 782 697,90	124 024 284,05

As Notas do Anexo 1 a 36 constituem parte integrante das demonstrações financeiras supra.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Assinado por: **NELSON RICARDO CUNHA CORREIA DA SILVA**
Num. de Identificação: 09778824
Data: 2025.10.01 12:31:56+01'00'
Certificado por: **Ordem dos Contabilistas**
Certificados em ARTÃO DE CIDADÃO
Atributos certificados: **Membro da OCC nº 65948**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Assinado por: **Ricardo Manuel de Magalhães Pinheiro Alves**
Num. de Identificação: 07671466
Data: 2025.10.01 21:12:20+01'00'

Assinado por: **LUÍS MIGUEL SILVA RIBEIRO**
Num. de Identificação: 09521541
Data: 2025.10.01 23:30:47+01'00'

2.2 – Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Nota Introdutória

A idD – Portugal Defence, S.A. (idD) teve origem na IDD – Indústria de Desmilitarização e Defesa, S.A., constituída a 1 de agosto de 1997 como sociedade comercial e tendo por objeto social inicial a conceção, a indústria, o comércio e a manutenção de material de defesa e de desmilitarização de munições e outros acessórios, a conversão de materiais e ainda todas as atividades e produtos que com eles se relacionem, visando essencialmente a desmilitarização de munições e explosivos convencionais desnecessários e sem valor comercial dos vários ramos das Forças Armadas, bem como aquelas que tivessem atingido o fim de vida útil e ainda, as munições que deviam ser destruídas por força de convenções internacionais a que Portugal aderiu, como é o caso das minas anti-pessoal.

Com a alteração dos seus Estatutos em agosto de 2014, a idD passou a designar-se idD - Plataforma das Indústrias de Defesa Nacionais, S.A. tendo-lhe sido atribuída a nova missão de desenvolver a atividade de promoção das indústrias de Defesa nacionais, nomeadamente na definição da estratégia de desenvolvimento da Base Tecnológica das Indústrias de Defesa (BTID).

A partir de 2020, o Governo entendeu pelo Despacho Conjunto nº 786/2020, publicado em Diário da República, II Série, n.º 14, de 21 de janeiro de 2020, que a gestão coerente e integrada destas participações poderia ser melhor assegurada cometendo as mesmas a uma sociedade que se constitua em instrumento de concretização das políticas públicas sectoriais no cumprimento da missão que o Governo lhe atribui no âmbito da Economia da Defesa Nacional.

Assim esta sociedade passou a ter diversas competências no seu objeto social, entre as quais: assegurar a interface I&D entre a Economia da Defesa e os Centros de Investigação e Desenvolvimento das Universidades Portuguesas, gerir as participações sociais que lhe sejam cometidas, assegurar a interface público/privado na Economia de Defesa, apoiar as operações de rentabilização de património na área da Defesa Nacional, nomeadamente no âmbito da execução da respetiva Lei de Infraestruturas e gerir o património da Defesa Nacional que lhe seja cometido, em articulação com a DGRDN – Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional e a Estamo, Participações Imobiliárias, S.A., assessorar as transações de equipamentos militares, nomeadamente no âmbito da execução da Lei de Programação Militar, em articulação com a DGRDN, assegurar a conceção, a indústria, o comércio e a manutenção de material de Defesa e de desmilitarização de munições e outros acessórios, a conversão de materiais e ainda todas as atividades e produtos que com eles se relacionem.

A idD pode adquirir livremente participações em sociedades com objeto diferente do seu, em sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas.

Em 29 de junho de 2020, a sua acionista única DGTF – Direção Geral de Tesouro e Finanças, deliberou proceder a um aumento de capital realizado em espécie, através da entrega de participações sociais (ações) em empresas do sector da Defesa, e em numerário.

Assim o capital social da idD – Portugal Defence passou a ser 104.500.000,00 euros e a sociedade alterou a sua firma de IdD – Plataforma das Indústrias de Defesa Nacionais, S.A. para idD – Portugal Defence, S.A.

O perímetro de consolidação a 31 de dezembro de 2023, integra as participadas a 100% Arsenal do Alfeite, S.A. e ETI – Empordef Tecnologias da Informação S.A., e a participada em 59,8% EXTRA - Explosivos da Trafaria, S.A., as quais foram consolidadas através do Método de Consolidação Integral, com reconhecimento dos interesses minoritários no último caso.

As participações com ações e direitos de voto inferiores a 50% foram relevadas no consolidado através do Método de Equivalência Patrimonial (à semelhança do verificado nas contas da idD Portugal Defence, S.A. em Base Individual).

1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 – Identificação da entidade e período de relato

a) Designação da entidade: IdD – Portugal Defence, S.A., NIF: 503.939.668

b) Endereço: Estrada da Luz n.º 153- 1600-153 Lisboa.

c) Código da classificação Orgânica: 5888

d) Tutelas:

Setorial: Ministério da Defesa Nacional;

Financeira: Ministério das Finanças;

e) Legislação que criou a instituição e principal legislação aplicável:

Conforme indicado na Nota Prévia a idD Portugal Defence, S.A., teve origem na IDD - Indústria de Desmilitarização e Defesa, S.A., foi constituída como sociedade comercial anónima em 1 de agosto de 1997, sendo o seu capital subscrito e realizado a 100% pela holding estatal da Defesa à data (a sociedade EMPORDEF – Empresa Portuguesa de Defesa SGPS, S.A., tendo sofrido ao longo da sua história diversas alterações na sua firma e objeto social inicial.

O seu capital social é atualmente representado por 20.900.000 ações (cada ação tem o valor nominal de 5 €), sendo a sua única acionista a DGTF – Direção Geral do Tesouro e Finanças em representação do Estado Português.

O funcionamento da sociedade é regulado pelos seus Estatutos, pelo Código das Sociedades Comerciais e complementarmente pelo Regime Jurídico do Sector Público Empresarial (DL n.º 133/2013, de 03 de outubro).

A idD é uma entidade que, na sua génese jurídica, se constituiu como uma entidade do Sector Público Empresarial mas que, por força do disposto no artigo 2º da Lei nº 91/2001, de 20 de agosto, na sua atual redação e dos critérios definidos no Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, foi no ano de 2013 objeto de reclassificação no sector das Administrações Públicas, sendo as suas contas relevantes para efeitos de apuramento dos agregados das contas públicas, passando assim a classificar-se como Empresa Pública Reclassificada (EPR). Inicialmente, e de acordo com a listagem divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) no contexto do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais/Procedimento dos Défices Excessivos, a idD foi reclassificada como EPR em regime simplificado, passando a adotar o regime geral já durante o ano de 2019 como resultado de uma nova reclassificação.

f) Designação e sede da entidade que detêm o controlo final e local onde podem ser obtidas cópias das demonstrações financeiras consolidadas:

A entidade beneficiária última da sociedade e que detêm o controlo final da sociedade idD Portugal Defence, S.A. é a DGTF – Direção Geral do Tesouro e Finanças, sita à Rua da Alfândega 5, 1100-585 Lisboa.

As contas consolidadas idD Portugal Defence (grupo Portugal Defence), podendo estas ser obtidas na sua sede social na Estrada da Luz, 153 – 1600-153 Lisboa, no seu site institucional www.iddportugal.pt ou no Portal SIRIEF- Sistema de Informação de Recolha de Informação Económica e Financeira da Entidade do Tesouro e Finanças (ETF).

Os valores apresentados nas Demonstrações Financeiras, nas Demonstrações Orçamentais e nas Notas dos seus Anexos encontram-se expressos em euros (EUR).

1.2 – Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

1.2.1 – Referencial Contabilístico

Com a entrada em vigor do SNC-AP, a idD – Portugal Defence, S.A., por ser entidade pública reclassificada, ficou obrigada a apresentar as Demonstrações Financeiras e Orçamentais de acordo com este normativo, ou seja, aplicando o SNC-AP e procedendo aos ajustamentos de transição necessários.

Estas demonstrações financeiras e orçamentais foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos nas Normas de Contabilidade Pública (NCP) em vigor à data de 31 de dezembro de 2024 e de 2023, de acordo com o princípio do custo histórico, sendo subsidiariamente adotadas as disposições das Normas Internacionais de Contabilidade Pública (IPSAS), do SNC, das Normas Internacionais de Contabilidade Relato Financeiro (IAS/IFRS) e respetivas interpretações (SIC/IFRIC).

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC-AP requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de tais estimativas se basearem na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

As demonstrações financeiras consolidadas que incluem o balanço consolidado, a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e as notas às demonstrações financeiras consolidadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa em 19 de setembro de 2025, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, património líquido, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 2, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para os períodos findos a 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

A informação financeira apresentada para o período findo em 31 de dezembro de 2024 foi elaborada de acordo com o SNC-AP, que se apresenta em tudo igual à informação financeira de 2023.

De referir que as notas não indicadas neste anexo não são aplicáveis à idD – Portugal Defence, S.A. As notas do anexo foram renumeradas para que ficassem sequenciais.

Conforme referido na nota introdutória, as empresas que estão incluídas no perímetro de consolidação a 31 de dezembro de 2024 são as seguintes:

EMPRESAS	SEDE	%	C. AQUISIÇÃO	PATRIMÓNIO LÍQUIDO	RES. LÍQUIDO
Arsenal do Alfeite, S.A.	Base Naval de Lisboa - 2810-001 Almada	100,0%	14.752.237,00	36.858.714,68	-3.361.780,06
Empordef TI Tecnologias de Informação S.A.	Quinta dos Medronheiros - Lazarim - 2825-049 Caparica	100,0%	371.879,00	146.672,68	107.412,80
Extra - Explosivos da tráfaria, S.A.	EN 118 - Km 1 Rego - Amoreira - 2890-000 Alcochete	59,8%	838.967,00	6.246.841,46	62.269,56
			15.963.083,00	43.252.228,82	-3.192.097,70

O método de consolidação utilizado foi o método de consolidação integral.

1.2.1 – Derrogação das disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC- AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes

1.2.2 – Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

1.2.3 – Valores de caixa e depósitos bancários

A caixa e depósitos em 31 de dezembro de 2024 inclui numerário em moeda nacional e estrangeira e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis, cujos saldos se detalham na tabela seguinte. A caixa em moeda estrangeira, no valor de 1.531,73 € é constituída essencialmente por 1.076,69 libras esterlinas.

A 31 de dezembro de 2024 o valor de 13.466.539,92 € em depósitos bancários, correspondente a 99,84 % do total em Depósitos à ordem, encontrava-se no IGCP (Instituto de gestão crédito público) por forma a dar cumprimento ao princípio da unidade de tesouraria.

Meios Financeiros Líquidos constantes do balanço		2024		2023	
		Quantias disponíveis para uso	Total	Quantias disponíveis para uso	Total
Caixa	Numerário	2.707,58	2.707,58	2.431,15	2.431,15
	Numerário - moeda Estrangeira	1.579,17	1.579,17	1.531,73	1.531,73
	Subtotal	4.286,75	4.286,75	3.962,88	3.962,88
Depósitos Bancários	Depósitos à ordem	9.488.043,95	9.488.043,95	9.422.652,88	9.422.652,88
	Outros depósitos bancários	4.000.000,00	4.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
	Subtotal	13.488.043,95	13.488.043,95	10.422.652,88	10.422.652,88
Total dos meios financeiros líquidos		13.492.330,70	13.492.330,70	10.426.615,76	10.426.615,76

2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1 – Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a NCP 1 e são apresentadas em euros.

O euro é a moeda funcional e de apresentação.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCP requer que o Órgão de Gestão, no caso vertente o Conselho de Administração, formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos.

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa. Representam de forma fiel os

efeitos das transações, e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

A Informação comparativa é divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

De acordo com o Princípio da Continuidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo.

Devido à importância de os ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os exigíveis por uma NCP.

As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes.

Salienta-se que os resultados reais podem diferir das estimativas pela incerteza que lhes está associada.

2.2 – Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são mensurados inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, os ativos fixos tangíveis são mensurados pelo modelo do custo deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Consideram-se bens concessionados, todos os bens transferidos pelo Estado para a Arsenal do Alfeite, S.A. (que recordamos integrar o perímetro de consolidação integral), ao abrigo do contrato de concessão. Enquanto durar a concessão, a concessionária é considerada detentora ou possuidora precária dos referidos bens e obriga-se a mantê-los em bom estado de funcionamento, conservação, limpeza e segurança.

No termo da concessão reverterem, sem qualquer indemnização, para o Estado Português.

Estes ativos fixos tangíveis encontram-se escriturados ao custo considerado, que corresponde ao custo de transferência no momento da cedência, reavaliado ao respetivo valor de mercado em 1 de setembro de 2009, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

Os bens adquiridos pela Arsenal do Alfeite, S.A., que resultam de novos investimentos de expansão, de renovação ou de modernização da atividade concessionada, aprovados ou impostos pelo concedente são classificados nas demonstrações financeiras da Empresa como bens reversíveis, uma vez que no termo da concessão reverterem para o Estado Português. Aquando da passagem dos referidos bens para o Estado, a concessionária tem

direito a uma indemnização calculada em função do valor contabilístico líquido de amortizações fiscais.

Os bens reversíveis e os bens próprios encontram-se valorizados ao custo, deduzido de depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e a sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados ao seu custo.

É aplicado o Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no anexo ao Decreto-lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, após a dedução do seu valor residual, de acordo com o seguinte período de vida útil esperada dos bens:

- Equipamento básico (8 a 20 anos)
- Equipamento transporte (4 a 6 anos)
- Equipamento administrativo (3 a 10 anos)
- Outros ativos fixos tangíveis (4 a 20 anos)

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do ativo ou são reconhecidos como um ativo separadamente, apenas quando seja provável a existência de benefícios económicos futuros associados ao bem e quando o custo puder ser mensurado com fiabilidade.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, a partir da data em que o ativo se encontra em condições de funcionamento, utilizando-se as taxas que melhor refletem as suas vidas úteis estimadas.

Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário, em cada data de relato.

Se a quantia escriturada de um ativo fixo tangível for superior ao seu valor recuperável procede-se ao ajustamento do seu valor contabilístico para o seu valor recuperável estimado, mediante o reconhecimento de perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação de ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidos na demonstração dos resultados, como outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas.

2.3 – Ativos Fixos Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis com origem na ETI (que recordamos integrar o perímetro de consolidação) correspondem a despesas de desenvolvimento de projetos que demonstram a exequibilidade técnica do produto ou processo em desenvolvimento e quando a empresa tem a intenção e capacidade de completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização.

Os ativos intangíveis são constituídos por despesas de desenvolvimento de projetos, valorizadas ao custo de produção que inclui os custos de mercadorias incorporadas, mão de obra, subcontratos e gastos gerais de funcionamento, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas por imparidade acumuladas.

Os gastos com projetos de desenvolvimento são capitalizados no momento da conclusão do projeto, sendo amortizados pelo método das quotas constantes por um período de três anos, exceto nos casos em que se encontrem associados a processos de subsídio ou outros que justifiquem a adoção de outro critério.

As amortizações são reconhecidas numa base de quotas constantes durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis dos vários ativos intangíveis são revistas anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados por naturezas consolidados prospectivamente.

2.4- Participações Financeiras

Conforme dispõe § 11 da NCP 23 – “Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento numa associada ou num empreendimento conjunto é reconhecido pelo custo aquando do reconhecimento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição.

A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas de uma participada reduzem a quantia escriturada do investimento.

A quantia escriturada poderá também ter de ser ajustada por forma a refletir a evolução do interesse da investidora na participada resultante de alterações no capital próprio desta que não tenham sido reconhecidas nos seus resultados. Tais alterações incluem as provenientes de revalorização de ativos fixos tangíveis e de diferenças de transposição de moeda estrangeira. A parte da investidora nessas alterações é reconhecida diretamente no património líquido”.

As entidades consideradas associadas encontram-se listadas na Nota 5 – Ativos ou Investimentos Financeiros (Participações Financeiras)

2.5- Ativos Financeiros

A idD – Portugal Defence, S.A. determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com o estabelecido na NCP 18 – Instrumentos Financeiros.

Os ativos financeiros podem ser classificados/mensurados:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos Resultados.

A idD – Portugal Defence, S.A. classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os ativos financeiros:

- i) cujo prazo seja à vista ou tenha maturidade definida;
- ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e
- iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado, como sejam os empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio, bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

Os réditos relativos a juros a reconhecer em cada período relativos a ativos registados ao custo amortizado, são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Os ativos financeiros que não cumprem com as condições para serem mensurados ao custo amortizado ou os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação são classificados e mensurados ao justo valor. As variações de justo valor são registadas nos resultados de exercício, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa, casos em que são registadas em capital próprio.

A idD – Portugal Defence, S.A. avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados.

Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a Sociedade reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

2.6 - Inventários

Os inventários, quando existentes, são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a venda.

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo, com origem na Arsenal do Alfeite, S.A., encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, incluindo os custos incorridos para colocar os inventários no seu local e em condições de utilização.

O método de custeio dos inventários adotado pela empresa consiste no custo médio ponderado e o sistema de inventário utilizado é o sistema de inventário permanente.

Sempre que se verifica que a antiguidade dos inventários é significativa, procede-se à redução da quantia escriturada, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade.

2.7 - Créditos a Receber

Os créditos a receber constituem direitos a receber pela venda de bens ou de prestações de serviços no decurso normal do negócio e são inicialmente reconhecidas ao custo (valor nominal), sendo subsequentemente deduzidas de ajustamentos por imparidade, quando aplicável.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

2.8 - Caixa e Equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Os descobertos bancários são considerados no passivo corrente na rubrica de Financiamentos obtidos, sendo aplicáveis as definições da NCRF2.

2.9 - Património Líquido

As ações são classificadas no capital próprio ou património líquido. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

2.10 - Passivos Financeiros

A idD – Portugal Defence, S.A. determina a classificação dos passivos financeiros, quando existentes, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCP 18 – Instrumentos Financeiros.

Os passivos financeiros podem ser classificados/mensurados:

- (a) Ao custo ou custo amortizado; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

A idD – Portugal Defence, S.A. classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros:

- i) cujo prazo seja à vista ou tenham maturidade definida;
- ii) cujo reembolso seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e
- iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar, como sejam os financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

O gasto de juros a reconhecer em cada período é determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Os passivos financeiros remanescentes são classificados e mensurados ao justo valor. As variações de justo valor são registadas nos resultados do exercício, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa, casos em que são registadas em capital próprio.

Os passivos financeiros (ou parte de um passivo financeiro) são desreconhecidos quando se extinguem, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato é liquidada, cancelada ou expira.

2.11 - Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

São reconhecidas provisões sempre que a idD – Portugal Defence, S.A. tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a liquidar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação, utilizando uma taxa de atualização ou desconto, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Os passivos contingentes em que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros não seja provável, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados nas notas anexas, a menos que a possibilidade de se concretizar a saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados no anexo quando seja provável a existência de um benefício económico futuro.

2.12 - Fornecedores e Outras Dívidas a Pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros constituem obrigações de pagar pela aquisição de bens ou serviços e são inicialmente registadas pelo seu valor nominal, o qual se entende ser o seu justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

2.13 – Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a idD – Portugal Defence, S.A. possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

2.14 – Imposto sobre o Rendimento

O imposto sobre rendimento do exercício compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios.

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

São calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com:

- i) o reconhecimento inicial do "goodwill"; ou
- ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal.

Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em filiais, estas não devem ser reconhecidas na medida em que:

- i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e
- ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

2.15 – Rendimentos, Gastos e Especialização dos Períodos

A Empresa regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização dos períodos, pelo qual os gastos e rendimentos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e rendimentos são registadas nas rubricas de outros créditos a receber e outras dívidas a pagar.

2.16 – Rendimentos, Gastos e Especialização dos Períodos

Os juros e outros encargos financeiros pagos ou a pagar como comissões bancárias relacionadas com empréstimos obtidos, ou encargos financeiros associados a garantias bancárias prestadas são reconhecidos como gastos financeiros, de acordo com o princípio da especialização dos períodos e em conformidade com o método da taxa de juro efetiva.

O rédito com origem na participada Arsenal do Alfeite, S.A. é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

De acordo com este método, os réditos diretamente relacionados com as obras em curso são reconhecidos na demonstração de resultados consolidados por naturezas em função da sua percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo levantamento do trabalho executado (rácio entre as horas homem (Hh) imputados e Hh estimados). As diferenças entre os rendimentos apurados através da aplicação deste método e a faturação emitida são contabilizadas nas rubricas “Outros ativos correntes” ou “Outros passivos correntes”.

Pelo método da percentagem de acabamento, os custos do contrato são geralmente reconhecidos como um gasto na demonstração de resultados consolidados por naturezas nos períodos contabilísticos em que o trabalho seja executado. Quando for provável que os custos totais do contrato excedem o rédito total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente como um gasto e é objeto das correspondentes provisões.

As variações nos trabalhos contratados são consideradas à medida que vão sendo acordados e sempre que seja possível a sua quantificação com fiabilidade.

Nos saldos com origem na participada ETI, as vendas e serviços prestados são reconhecidos nos resultados operacionais do período a que dizem respeito, não obstante poderem ser recebidas em períodos diferentes, de acordo com o regime de acréscimo.

As vendas e serviços prestados são apresentados líquidos de devoluções e de descontos comerciais.

Foram aplicadas as definições e os critérios da NCRF 20.

O reconhecimento de réditos na rubrica de Vendas e Serviços Prestados é efetuado com base na percentagem de acabamento dos projetos em execução.

2.17- Trabalhos para a própria entidade

São reconhecidos os gastos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos tangíveis e intangíveis, durante a sua fase de construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna (gastos internos).

2.18- Gastos de Empréstimos Obtidos ou Garantias bancárias prestadas

Os juros e outros encargos financeiros pagos ou a pagar como comissões bancárias relacionadas com empréstimos obtidos, ou encargos financeiros associados a garantias bancárias prestadas são reconhecidos como gastos financeiros, de acordo com o princípio da especialização dos períodos e em conformidade com o método da taxa de juro efetiva.

2.19 – Rendimentos de Empréstimos Concedidos

Os juros recebidos ou a receber relacionados com empréstimos concedidos são reconhecidos como rendimentos financeiros, de acordo com o princípio da especialização dos períodos e em conformidade com o método da taxa de juro efetiva.

2.20 – Principais Estimativas e Julgamentos Apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras individuais da idD – Portugal Defence, S.A. são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no futuro são as seguintes:

2.20.1 – Estimativas Contabilísticas Relevantes

2.20.1.1 – Provisões

A idD – Portugal Defence, S.A. analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos financeiros necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

2.20.1.2 – Imparidades

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da idD – Portugal Defence, S.A. tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Sociedade.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

2.20.1.3 – Especialização dos exercícios

A idD – Portugal Defence, S.A. regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios ou acréscimo, onde os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do respetivo recebimento ou pagamento.

2.20.1.4 – Subsídio Não Monetário

O subsídio do governo não monetário associado à concessão dos ativos nas instalações da Base Naval do Alfeite (anexos III e IV do Contrato de Concessão) de ativos não correntes (bens concessionados) foi reconhecido no capital próprio ou património líquido ajustado do imposto que lhe está associado. Nos períodos subsequentes em que o subsídio é reconhecido como rendimento do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relaciona, é também reconhecido o correspondente imposto.

2.21 – Eventos Subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam a essa data são refletidos nas demonstrações financeiras se materialmente relevantes (eventos ajustáveis).

2.22 - Alterações de Políticas, Estimativas e Erros

2.22.1 - As políticas contabilísticas são consistentes entre os vários períodos apresentados.

2.22.2 - Não se verificaram alterações em estimativas contabilísticas nos vários períodos apresentados.

2.22.3 - Não foram detetados erros materiais de períodos anteriores nas demonstrações financeiras, que exigissem a reexpressão das mesmas.

2.23 - Partes Relacionadas

Divulgação de partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da idD – Portugal Defence, S.A., era integralmente detido pela ETF – Entidade do Tesouro e Finanças.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os saldos de rubricas de Balanço e as transações realizadas com partes relacionadas, foram os seguintes:

Partes Relacionadas 2024	Créditos a receber	Dívidas a pagar	Finan. Concedidos	Finan. Obtidos	Rendas	Serviços Prestados	Serviços Obtidos	Juros Obtidos	Juros Suportados
DGTF - Direção Geral do Tesouro e Finanças	61.755,60	4.495.390,35	0,00	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.543,12
OGMA, S.A.	0,00	0,00	0,00	0,00	16.406,76	0,00	0,00	0,00	0,00
EID	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Magellan Orbital	2.963,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	64.719,57	4.495.390,35	0,00	5.000.000,00	16.406,76	0,00	0,00	0,00	39.543,12

No que se refere às rubricas de saldos de balanço consolidado:

1- Nos créditos a receber da acionista DGTF no montante de 61.755,60 euros estão incluídos:

- os encargos suportados pela idD Portugal Defence, S.A. previamente à reestruturação suportados por esta sociedade em nome da EMPORDEF SGPS S.A. – em Liquidação entre o momento do pedido de encerramento da liquidação e cancelamento de atividade na Autoridade Tributária e Aduaneiro e o momento de averbamento do registo de encerramento da liquidação e correspondem essencialmente ao arrendamento dos escritórios na Rua Braamcamp n.º 90, 7.º, Lisboa

- Despesas inerentes ao funcionamento da anterior sede social onde funcionaram os serviços até à reestruturação da idD, nomeadamente a eletricidade, água, condomínio, comunicações, serviços de informática e limpeza de instalações, e outras despesas pós-liquidação.
- Este valor inclui ainda o custo do relatório independente do Revisor Oficial de Contas, emitido pela Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associado, SROC, Lda em 4 de maio de 2020 no montante de 19.990,00 euros (acrescido de IVA à taxa legal).

2 - Na rubrica dívidas a pagar (passivo), o montante de 4.495.390,35 euros relativo à DGTF, respeita a:

- Diretos de créditos sobre participadas no montante de 3.599.997,96 euros;
- Dívidas à anterior acionista EMPORDEF SGPS S.A. – em Liquidação, correspondentes a rendas das instalações da unidade industrial de Alcochete até dezembro de 2019, às quais acresceram as rendas do ano de 2020, assim como os juros especializados das PACs remuneradas, no montante de 480.581,49 euros;
- Rendas das instalações de Alcochete ainda não foram faturados pela DGTF – Direção Geral do Tesouro e Finanças à IdD - Portugal Defence, no valor de 169.830,90 euros.
- Rendas das instalações de Bensaúde a serem faturadas, após confirmação do valor por parte das tutelas, pela DGTF – Direção Geral do Tesouro e Finanças à IdD - Portugal Defence, no valor de 244.980 €.

Os juros especializados no montante de 39.543,12 euros correspondem à remuneração anual da tranche remunerada no montante de 641.000,00 euros das Prestações Acessórias de Capital da idD Portugal Defence, S.A.

Pessoal Chave da Gestão

Como pessoal chave da gestão e de controlo da atividade identificam-se os seus órgãos sociais, nomeadamente o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas, cujos encargos são detalhados na tabela seguinte para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Pessoal Chave de Gestão	Conselho de Administração		Conselho Fiscal		Revisor Oficial de Contas	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Remuneração anual líquida	275.744,18	363.219,64	48.662,18	36.312,37	8.950,00	8.900,00
Gastos na utilização de telefones	3.040,00	4.299,25	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas com viaturas de serviço	5.773,68	11.615,10	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	284.557,86	379.133,99	48.662,18	36.312,37	8.950,00	8.900,00

Alargando ao pessoal chave da gestão aos Conselhos de Administração e Fiscais Únicos das empresas abrangidas no perímetro de consolidação, cujos encargos globais para o exercício, findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, são apresentados na tabela seguinte:

Pessoal chave de Gestão	Conselho de Administração		Conselho Fiscal		Revisor Oficial de Contas	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Remuneração anual Líquida	605.148,89	689.336,85	48.662,18	36.312,37	48.437,50	44.816,25
Gastos na utilização de telefones	4.380,98	5.605,11	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas com viaturas de serviço	40.843,82	66.333,22	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	650.373,69	761.275,18	48.662,18	36.312,37	48.437,50	44.816,25

3 – Ativos Intangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os movimentos ocorridos no valor dos ativos intangíveis bem como nas respetivas amortizações e depreciações anuais e acumuladas, está detalhado nas tabelas seguintes:

AI - ATIVOS INTANGÍVEIS - 31/12/2024										
RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por Imparidade	Amortizações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00									0,00
Goodwill	0,00									0,00
Projetos de desenvolvimento	129.161,99						-49.992,39			79.169,60
Programas de computador e sistemas de informação	66.799,65						-34.156,14			32.643,51
Propriedade industrial e intelectual	4.498,42						-990,48			3.507,94
Outros	113.287,13						-71.272,52			42.014,61
Ativos intangíveis em curso	6.014,49	42.523,29					0,00			48.537,78
total	319.761,68	42.523,29	0,00	0,00	0,00	0,00	-156.411,53	0,00	0,00	205.873,44
0,00										
AI-A - Ativos Intangíveis desagregação das Adições - 31/12/2024										
RUBRICAS	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural		0,00								0,00
Goodwill		0,00								0,00
Projetos de desenvolvimento										0,00
Programas de computador e sistemas de informação										0,00
Propriedade industrial e intelectual		0,00								0,00
Outros		0,00								0,00
Ativos intangíveis em curso		42.523,29								42.523,29
total	0,00	42.523,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.523,29

AI - ATIVOS INTANGÍVEIS - 31/12/2023										
RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por Imparidade	Amortizações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00									0,00
Goodwill	0,00									0,00
Projetos de desenvolvimento	15.351,10	149.992,15					-123.989,22			41.354,03
Programas de computador e sistemas de informação	27.260,17	61.429,80					-21.890,32			66.799,65
Propriedade industrial e intelectual	5.488,90	0,00					-990,48			4.498,42
Outros	201.095,09	0,00								201.095,09
Ativos intangíveis em curso	886.688,19	6.014,49				-886.688,19				6.014,49
total	1.135.883,45	217.436,44		0,00	0,00	0,00	-886.688,19	-146.870,02	0,00	319.761,68
0,00										
AI-A - Ativos Intangíveis desagregação das Adições - 31/12/2023										
RUBRICAS	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural		0,00								0,00
Goodwill		0,00								0,00
Projetos de desenvolvimento		149.992,15								149.992,15
Programas de computador e sistemas de informação		61.429,80								61.429,80
Propriedade industrial e intelectual		0,00								0,00
Outros		0,00								0,00
Ativos intangíveis em curso		6.014,49								6.014,49
total	0,00	217.436,44		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	217.436,44

4 – Ativos Tangíveis

4.1 – Propriedades de Investimento

Durante o exercício de 2024, os movimentos ocorridos no valor de propriedades de investimento bem como nas respetivas depreciações foram os seguintes:

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO (modelo do custo) - 31/12/2024

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações no período							Quantia escriturada final	Gastos do período	Rendimentos do período	
		Adições	Transferências internas à	Depreciações do período	Depreciações acumuladas e	Reversões de perdas por	Diferenças cambiais	Diminuições			Rendas	Outros
Bens de domínio Publico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terreno e recursos naturais	14.397.302,40	0,00	0,00	0,00	7.975.952,40	0,00	0,00	0,00	6.421.350,00	0,00	114.543,12	0,00
Edifícios e outras construções	1.569.138,04	0,00	0,00	569,66	1.562.521,27	0,00	0,00	0,00	6.047,11	0,00	0,00	0,00
Outras propriedades de investimento	1.754.172,34	0,00	0,00	0,00	1.754.172,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	17.720.612,78	0,00	0,00	569,66	11.292.646,01	0,00	0,00	0,00	6.427.397,11	0,00	114.543,12	0,00

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO (modelo do custo) - 31/12/2023

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações no período							Quantia escriturada final	Gastos do período	Rendimentos do período	
		Adições	Transferências internas à	Depreciações do período	Depreciações acumuladas e	Reversões de perdas por	Diferenças cambiais	Diminuições			Rendas	Outros
Bens de domínio Publico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terreno e recursos naturais	14.397.302,40	0,00	0,00	0,00	7.975.952,40	0,00	0,00	0,00	6.421.350,00	0,00	107.506,71	0,00
Edifícios e outras construções	1.569.138,04	0,00	0,00	569,66	1.561.951,61	0,00	0,00	0,00	6.616,77	0,00	0,00	0,00
Outras propriedades de investimento	1.754.172,34	0,00	0,00	0,00	1.754.172,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	17.720.612,78	0,00	0,00	569,66	11.292.076,35	0,00	0,00	0,00	6.427.966,77	0,00	107.506,71	0,00

Recorda-se que no exercício de 2001, os terrenos foram valorizados à data em 14.397.302,40 €, baseado na avaliação efetuada por peritos independentes e utilizando um coeficiente prudencial de 20%. Os terrenos encontravam-se valorizados ao custo de aquisição ajustado pelas reavaliações fiscais, o que levou a que a reavaliação efetuada na altura fosse no montante de 12.856.619,80 €.

No exercício de 2012, foram efetuadas duas avaliações ao imóvel detido pela Extra.

A primeira, efetuada pela empresa Tinsa Portugal, com base no método do valor residual dinâmico - "discounted cash-flow", apurou 3 cenários para o imóvel em questão, apontando o cenário mais realista para um montante de 6.642.000,00 €, considerando o potencial de construção dos terrenos e os índices previstos no Planos Diretores Municipais em vigor.

A segunda, efetuada pela empresa PVW e utilizando também o método do valor residual - "discounted cash-flow", estimou um valor de mercado do imóvel em 6.200.700,00 €.

O Conselho de Administração da Extra, após análise às referidas avaliações, decidiu reconhecer uma imparidade do ativo registado nas contas da Extra com base numa média das 2 avaliações.

Como tal, no referido exercício de 2012, o valor contabilístico do imóvel passou de 14.397.302,40€ para 6.421.350,00€, tendo sido reconhecida uma imparidade do ativo no montante de 7.975.952,40€.

Desde 2012 que não foi efetuada qualquer avaliação deste imóvel.

4.2 – Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os movimentos ocorridos nas diferentes rubricas dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações anuais e acumuladas, foi sumarizado nas tabelas seguintes:

AFT - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - 31/12/2024

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Quantia escriturada inicial	Variações no período								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por Imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	25.983.713,79	0,00					-128.767,31			25.854.946,48
Edifícios e outras construções	56.595.287,17	0,00					-2.960.629,37			53.634.657,80
Equipamento básico	5.332.056,65	384.252,55					-1.417.306,32			4.299.002,88
Equipamento de transporte	95.485,56	0,00					-20.747,35			74.738,21
Equipamento administrativo	508.979,14	115.974,90					-171.073,82		-51.134,78	402.745,44
Equipamentos biológicos	0,00	0,00					0,00			0,00
Outros	7.519.148,39	134.954,78				-10.817,52	-409.159,55			7.234.126,10
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00				0,00		-54.642,01	-54.642,01
	96.034.670,70	635.182,23	0,00	0,00	0,00	-10.817,52	-5.107.683,72	0,00	-105.776,79	91.445.574,90
Total	96.034.670,70	635.182,23	0,00	0,00	0,00	-10.817,52	-5.107.683,72	0,00	-105.776,79	91.445.574,90

AFT - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - 31/12/2023

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Quantia escriturada inicial	Variações no período								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por Imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	26.121.511,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-137.797,68	0,00	0,00	25.983.713,79
Edifícios e outras construções	59.529.222,00	17.865,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.962.617,35	0,00	0,00	56.584.469,65
Equipamento básico	6.176.688,60	423.808,70	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.268.440,65	0,00	0,00	5.332.056,65
Equipamento de transporte	100.392,30	13.332,77	0,00	0,00	0,00	0,00	-20.837,65	0,00	2.598,14	95.485,56
Equipamento administrativo	409.741,35	269.370,95	0,00	0,00	0,00	0,00	-170.133,16	0,00	0,00	508.979,14
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	7.307.036,18	786.355,86	0,00	0,00	0,00	0,00	-439.097,91	0,00	-135.145,74	7.519.148,39
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	99.644.591,90	1.510.733,28	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.998.924,40	0,00	-132.547,60	96.023.853,18
Total	99.644.591,90	1.510.733,28	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.998.924,40	0,00	-132.547,60	96.023.853,18

AFT-A - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS desagregação das Adições - 31/12/2024

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais		0,00									0,00
Edifícios e outras construções		0,00									0,00
Equipamento básico		384.252,55									384.252,55
Equipamento de transporte		0,00									0,00
Equipamento administrativo		115.974,90									115.974,90
Equipamentos biológicos		0,00									0,00
Outros		134.954,78									134.954,78
Ativos fixos tangíveis em curso		0,00									0,00
		635.182,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	635.182,23
Total		635.182,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	635.182,23

AFT-A - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS desagregação das Adições - 31/12/2023

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais		0,00									0,00
Edifícios e outras construções		17.865,00									17.865,00
Equipamento básico		423.808,70									423.808,70
Equipamento de transporte		13.332,77									13.332,77
Equipamento administrativo		269.370,95									269.370,95
Equipamentos biológicos		0,00									0,00
Outros		786.355,86									786.355,86
Ativos fixos tangíveis em curso		0,00									0,00
		1.510.733,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.510.733,28
Total		1.510.733,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.510.733,28

AFT-D - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS desagregação das Diminuições - 31/12/2024

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Diminuições					Outras	Total
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação			
Outros ativos fixos tangíveis							
Terrenos e recursos naturais							0,00
Edifícios e outras construções							0,00
Equipamento básico							0,00
Equipamento de transporte							0,00
Equipamento administrativo						51.134,78	51.134,78
Equipamentos biológicos							0,00
Outros						54.642,01	54.642,01
Ativos fixos tangíveis em curso							0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00		105.776,79	105.776,79
Total	0,00	0,00	0,00	0,00		105.776,79	105.776,79

AFT-D - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS desagregação das Diminuições - 31/12/2023

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	Diminuições					Outras	Total
	Alienação a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação			
Outros ativos fixos tangíveis							
Terrenos e recursos naturais							0,00
Edifícios e outras construções							0,00
Equipamento básico							0,00
Equipamento de transporte						-2.598,14	-2.598,14
Equipamento administrativo							0,00
Equipamentos biológicos							0,00
Outros						135.145,74	135.145,74
Ativos fixos tangíveis em curso							0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00		132.547,60	132.547,60
Total	0,00	0,00	0,00	0,00		132.547,60	132.547,60

5 – Ativos ou Investimentos Financeiros (Participações Financeiras)

Em 21 de janeiro de 2020, foi publicado o Despacho Conjunto n.º 786/2020, do Ministro da Defesa Nacional e do Secretário de Estado do Tesouro, que procedeu à reestruturação do setor empresarial da Defesa, determinando a transmissão do Estado para a idD – Plataforma das Indústrias da Defesa Nacionais, S.A., das participações por este detidas no setor da Defesa, designadamente as seguintes participações sociais:

Maioritárias:

- 100% da Arsenal do Alfeite, S.A.;
- 100% da ETI - Empordef Tecnologias de Informação, S.A.;
- 59,8 % da Extra - Explosivos da Trataria, S.A.

Minoritárias:

- 45% da Naval Rocha- Sociedade de Construção e Reparações Navais, S.A.;
- 35% da OGMA- Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.;
- 20,0 % da Magellan Orbital, S.A. (Subscrito e não totalmente realizado);
- 18% da EID- Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Eletrónica, S.A.;
- 17,5 % da EDISOFT- Empresa de Serviços e Desenvolvimento de Software, S.A.

O registo inicial da valorização das participações financeiras (ações) relativa às entradas em espécie do aumento de capital no montante de 101.469.571 euros (ações recebidas cuja valorização foi estabelecida na AG de 29 de junho de 2020) e respetiva contrapartida em capital social, teve como base um relatório independente de um Revisor Oficial de Contas, emitido pela Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associado, SROC, Lda em 4 de maio de 2020, que foi objeto de registo e ajustamentos detalhados nas **Notas 5 Participações Financeiras e 11.5 Ajustamentos em ativos financeiros**.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o valor das participações financeiras em empresas associadas detidas pela idD Portugal Defence, S.A. (participações minoritárias fora do perímetro de consolidação), tendo por base a informação financeira extraída das respetivas Demonstrações Financeiras, auditadas e reportadas a esta data, e após aplicação do MEP (ajustado em função dos outros ativos financeiros detidos sobre a participada) ascendia a 46.294.135,45 euros e um resultado de 1.524.661,12 euros, considerando os direitos minoritários no valor de 25.032,36 euros referentes à EXTRA.

2024	%	Custo de Aquisição	Ajustamentos de Transição	Ajustamentos no Património	Participações Financeiras 31/12/2024	Valor Ativos Financeiros	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Ganhos / Perdas Imputados
OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal S.A.	35,0	48 004 743,00	0,00	0,00	42 726 114,91	0,00	122 074 618,00	2 335 963,00	817 587,05
Edisoft - Empresa Serviços e Desenvol. Software, S.A.	17,5	503 218,00	0,00	-3 548,79	958 701,45	0,00	5 478 294,00	386 853,00	67 699,28
EID - Empresa de Investigação e Desenvol. de Electrónica, S.A.	18,0	1 641 507,00	19 068,42	-1 643 604,12	1 216 938,84	0,00	6 760 771,94	-42 316,18	-7 616,91
Naval Rocha - Sociedade de Const e Reparação Navais, S.A.	45,0	129 241,00	0,00	0,00	1 348 650,35	0,00	2 997 000,78	1 508 124,54	678 656,04
Magellan	20,0	20 000,00	0,00	0,00	486,83	0,00	52 434,17	-33 159,88	-6 631,98
Totais		50 298 709,00	19 068,42	-1 647 152,92	46 250 892,38	0,00	137 363 118,89	4 155 464,48	1 549 693,48
Direitos Minoritários									25 032,36
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos									1 524 661,12
Relacre		500,00	0,00		500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo de Compensação do Trabalho		42 743,07	0,00		42 743,07	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais		50 341 952,07	19 068,42	-1 647 152,92	46 294 135,45	0,00	137 363 118,89	4 155 464,48	1 524 661,12

2023	%	Custo de Aquisição	Ajustamentos de Transição	Ajustamentos no Património	Participações Financeiras 31/12/2023	Valor Ativos Financeiros	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Ganhos / Perdas Imputados
OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal S.A.	35,0	48 004 743,00	0,00	0,00	41 908 527,86	0,00	119 738 655,00	9 930 629,00	3 475 720,15
Edisoft - Empresa Serviços e Desenvol. Software, S.A.	17,5	503 218,00	0,00	-36 184,51	1 119 994,31	0,00	5 540 385,00	961 430,00	168 250,25
EID - Empresa de Investigação e Desenvol. de Electrónica, S.A.	18,0	1 641 507,00	19 068,42	-775 217,39	2 092 942,48	0,00	11 627 458,23	-1 011 335,22	-182 040,34
Naval Rocha - Sociedade de Const e Reparação Navais, S.A.	45,0	129 241,00	0,00	-0,49	969 578,11	0,00	2 488 876,24	1 241 377,41	558 619,83
Magellan	20,0	20 000,00	0,00	0,00	7 118,81	0,00	85 594,05	-14 405,95	-2 881,19
Totais		50 298 709,00	19 068,42	-811 402,39	46 098 161,57	0,00	139 480 968,52	11 107 695,24	4 017 668,70
Direitos Minoritários									23 599,04
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos									3 994 069,66
Relacre		500,00			500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo de Compensação do Trabalho		42 743,07			42 743,07	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais		50 341 952,07	19 068,42	-811 402,39	46 141 404,64	0,00	139 480 968,52	11 107 695,24	3 994 069,66

Em relação ao Acordo Parassocial celebrado em 24 novembro de 2017 com a Thunderwaves, acionista maioritária da participada EID, S.A., no âmbito da operação de privatização parcial, através do qual à data acionista EMPORDEF SGPS S.A. – Em Liquidação (cuja posição contratual foi posteriormente assumida pela idD Portugal Defence, S.A.) e o outro acionista público (IAPMEI) cederam os seus direitos de crédito sobre a sua quota parte nos dividendos desta participada, cuja distribuição aos acionistas seja deliberada em AG, durante um período de 6 anos e no caso da idD Portugal Defence S.A. até ao montante máximo de 2.700.000,00 euros.

Assim, relativamente à EID, a idD Portugal Defence S.A., regista na respetiva conta de investimentos financeiros na ótica consolidada, a variação do valor resultante da aplicação do MEP à sua participada, na parte correspondente à quota parte da flutuação do resultado líquido da participada, por contrapartida da conta de rendimentos ou gastos correspondentes do exercício, na parte correspondente à flutuação de outras rubricas do capital próprio da participada por contrapartida da rubrica de ajustamentos em participações financeiras no capital próprio consolidado da idD Portugal Defence S.A..

No entanto, em virtude da cessão do direito aos dividendos clausulada no Acordo Parassocial celebrado com o acionista maioritário desta participada, para anular o impacto no valor da participada resultante da aplicação do MEP (quando os resultados são positivos existindo condições para a distribuição de dividendos) há que registar em paralelo a flutuação simétrica do valor da obrigação associada à cessão de dividendos (restaurando o equilíbrio patrimonial e do impacto no resultado do exercício). O exercício de 2023 foi o último ano do Acordo Parassocial.

6 – Inventários

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os inventários da empresa apresentavam os seguintes saldos e composição:

INVENTÁRIOS 2024	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Produtos e trabalhos em curso	Adiantamentos conta compras	Total
Quantias brutas	0,00	733.545,24	213,87	0,68	733.759,79
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quantias (líquidas) escrituradas	0,00	733.545,24	213,87	0,68	733.759,79

INVENTÁRIOS 2023	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Produtos e trabalhos em curso	Adiantamentos conta compras	Total
Quantias brutas	0,00	781.083,84	1.024,71	0,00	782.108,55
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quantias (líquidas) escrituradas	0,00	781.083,84	1.024,71	0,00	782.108,55

7 – Clientes, contribuintes e utentes

O Conselho de Administração da idD Portugal Defence S.A. entende (e, nos casos aplicáveis, com base na informação recebida dos Conselhos de Administração das participadas que integram o perímetro de consolidação) que, nas datas indicadas, o valor contabilístico destas dívidas é aproximado ao seu justo valor, não existindo a necessidade de qualquer ajustamento por reconhecimento imparidade.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de clientes apresentava os saldos e composição apresentados na tabela seguinte.

CLIENTES	2024	2023
Clientes IDD	74.310,73	233.886,77
Clientes Arsenal do Alfeite	51.924,45	320.277,03
Clientes ETI	198.160,00	257.943,29
Clientes Extra	0,00	0,00
Total	324.395,18	812.107,09

8 – Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica tem a seguinte composição:

ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS	SALDO DEVEDOR		SALDO CREDOR	
	2024	2023	2024	2023
IVA	54.270,06	61.892,23	1.738.571,98	964.420,19
IRC	14.989,01	82.695,79	8.521,14	4.391,18
IRC - PEC	0,00	0,00	38.770,42	36.836,51
SEGURANÇA SOCIAL	0,00	0,00	138.239,64	130.251,93
CAIXA GERAL APOSENTAÇÕES	0,00	0,00	161.646,75	151.582,51
FUNDOS DE COMPENSAÇÃO	0,00	0,00	-261,08	-129,10
IRS - RET. FONTE - TRAB. DEPENDENTE	0,00	0,00	126.448,38	125.381,70
IRS - RET. FONTE - TRAB. INDEPENDENTE	0,00	0,00	0,00	602,68
IRS - RET. FONTE - CAPITALIS	7.096,80	152,08	4,19	4,19
IRS - RET. FONTE - PREDIAIS	4.101,72	3.879,92	0,00	0,00
ADSE	0,00	0,00	261,56	158,71
Fundo Garantia Compensação Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	80.457,59	148.620,02	2.212.202,98	1.413.500,50

9 - Outras contas a receber e outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as rubricas “outras contas a receber” e “outras contas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

OUTRAS CONTAS A RECEBER	2024	2023
DGTF (Ex Empordef)	72.101,17	72.101,17
Dividendos	0,00	43.911,55
Seguros	8.709,07	0,00
Pessoal	331,16	2.846,63
AA - Prestações de serviços em curso	3.130.400,56	1.583.862,00
ETI - Rédito de projetos em curso	135.093,19	134.213,38
Outros devedores	76.580,19	237.505,43
Total outras contas a receber	3.423.215,34	2.086.677,69

A rubrica **outras contas a receber**, é composta essencialmente pelas prestações de serviços em curso, relativos ao rédito de projetos em curso, os quais resultam da aplicação da Norma 13 dos Rendimentos de Transações com Contraprestação, na Arsenal do Alfeite (3.130.400,56 €) e na ETI (135.093,19 €), e que essencialmente tem como objetivo o reconhecimento, com base no grau de execução dos trabalhos, os rendimentos do exercício e os rendimentos futuros.

Os valores em dívida pela DGTF resultam dos encargos suportados pela idD relativos à renda e manutenção das instalações no 7.º piso do edifício da Braamcamp, no período pós liquidação da EMPORDEF SGPS SA – Em Liquidação e com o relatório emitido pelo ROC independente Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associado, SROC, Lda.

DGTF (Despesas redebitadas)	2024	2023
Rendas Braamcamp (1º semestre 2020)	31.887,60	31.887,60
Avaliação participações sociais SROC (Carlos Teixeira)	24.587,70	24.587,70
Encargos redebitados DGTF - Limpeza	1.614,70	1.614,70
Encargos redebitados DGTF - Eletricidade	1.224,86	1.224,86
Encargos redebitados DGTF - Vigilância	946,62	946,62
Encargos redebitados DGTF - Água	197,39	197,39
Encargos redebitados DGTF - Comunicações	1.296,73	1.296,73
Saldo Final	61.755,60	61.755,60

DGTF (Despesas não redebitadas)	2024	2023
Claranet - Serviços IT	6.788,06	6.788,06
Altice Portugal	1.397,75	1.397,75
Neolimpe - Limpeza	1.221,75	1.221,75
Outros encargos	938,01	938,01
Saldo Final	10.345,57	10.345,57

Total DGTF	72.101,17	72.101,17
-------------------	------------------	------------------

Nas tabelas seguintes correspondentes a **outras contas a pagar** à data de 31 de dezembro de 2024 e 2023, destacam-se os subsídios não monetários relacionados com ativos tangíveis depreciados que são reconhecidos no Património Líquido, ajustado do imposto que lhe está associado, uma vez que os subsídios estão sujeitos a tributação, bem como o valor de 2.870.366,35 € referente ao PRR New Space Portugal.

OUTRAS CONTAS A PAGAR	2024	2023
Subsídios não monetários - bens concessionados	11.657.927,33	12.151.072,62
Total médio-longo prazo	11.657.927,33	12.151.072,62
DGTF (Ex Empordef)	650.412,39	488.298,72
Remunerações a liquidar	1.796.654,73	1.732.475,38
Magellan Orbital	2.870.366,35	2.870.366,35
Outros acréscimos de gastos	401.382,15	780.111,62
Renda - contrato de concessão	484.104,02	400.936,97
Subsídios não monetários - bens concessionados	550.000,00	550.000,00
Bombeiros Alcohete	0,00	7.890,00
ROC	10.300,00	16.125,00
Pessoal	47.520,44	47.493,72
Credores diversos	1.988,28	1.000,00
EID Cessão de dividendos	0,00	868.386,73
Outros devedores e credores	594.669,13	367.078,22
Seguro Ac. Trabalho	0,00	6.045,18
Total curto prazo	7.407.397,49	8.136.207,89
Total outras contas a pagar	19.065.324,82	20.287.280,51

Conforme referido nas Notas 5 Ativos ou Investimentos financeiros (Participações Financeiras); 11.5 Ajustamentos em ativos financeiros e 27 Ganhos e perdas resultantes da aplicação do MEP às participadas, foi celebrado em 24 novembro de 2017 com a Thunderwaves, acionista maioritária da participada EID, S.A., no âmbito da operação de privatização parcial um Acordo Parassocial, através do qual à data acionista EMPORDEF SGPS S.A. – Em Liquidação (cuja posição foi posteriormente assumida pela idD Portugal Defence, S.A.) e o outro acionista público IAPMEI, cederam os seus direitos de crédito sobre a sua quota parte nos dividendos desta participada, cuja distribuição aos acionistas seja deliberada em AG, durante um período de 6 anos e no caso da idD Portugal Defence S.A. até ao montante máximo de 2.700.000,00 euros.

Uma vez que a EMPORDEF SGPS – Em Liquidação e subsequentemente a idD Portugal Defence, S.A. votaram contra as contas relativas aos exercícios findos em 30 abril de 2019 (2018) e 30 de abril de 2020 (2019), e tendo as primeiras sido judicialmente impugnadas, razão pela qual a idD Portugal Defence, S.A., por uma questão de prudência reconheceu nesta rubrica a responsabilidade potencial associada à cessão do direito aos dividendos à acionista Thunderwaves no montante de 1.653.938,44 euros, dos quais 264.313,65 euros referentes ao exercício de 2018, 521.238,06 euros referentes ao exercício de 2019, 717.600,75 euros referentes ao exercício de 2020 e 150.785,98 euros referentes ao exercício de 2021.

Em 2023, a EID procedeu ao pagamento de dividendos referentes aos exercícios de 2018 e 2019 no valor de 264.313,65 euros e 521.238,06 euros respetivamente.

Em 2024, foi aprovada a distribuição de dividendos referente aos exercícios de 2021 e 2022, no montante de 868.386,73 €, dos quais 717.600,74 € referentes ao exercício de 2021 e 150.785,98 € referentes ao exercício de 2022, ficando assim a conta saldada.

O saldo devedor à DGTF - Direção Geral Tesouro e Finanças, no montante de 650.412,39 euros corresponde a uma dívida que a idD Portugal Defence, S.A. (à data idD -Plataforma das Indústrias de Defesa Nacionais, S.A.) tinha com a EMPORDEF SGPS S.A. – Em Liquidação, cujo saldo é maioritariamente composto por rendas vencidas e não liquidadas (referente às instalações industriais de Alcochete onde se procede à atividade de Desmilitarização) desde julho de 2016 até 31 de dezembro de 2019 no montante de 377.301,30 €, bem como aos juros vencidos e faturados até 2019 (no montante de 6.422,84 €), e os especializados em 2020 (no montante de 4.813,91 €), em 2021 (no montante de 4.801,09 €), em 2022 (no montante de 29.107,81 €), em 2023 (no montante de 30.530,83 €), e em 2024 (no montante de 26.248,95 €) das prestações acessórias remuneradas que a EMPORDEF SGPS S.A. – Em liquidação debitava à idD Portugal Defence, S.A., cujos saldos, com a liquidação daquela, transitaram para a esfera patrimonial da DGTF – Direção Geral Tesouro e Finanças.

Fazem parte deste saldo 169.830,90 € respeitante às rendas da instalação fabril de Alcochete referente ao 4º trimestre de 2023 (33.966,18 €) e ao ano de 2024 (135.864,72 €) e 244.980,00 € respeitante à especialização dos gastos com rendas do Bensaúde.

O saldo de 401.382,15 euros registado em acréscimos de gastos é repartido pela IDD (25.712,44 €), Arsenal do Alfeite (211.779,66 €) e ETI (163.890,05 €).

No caso do Arsenal do Alfeite, respeitam a gastos com eletricidade e gás (59.518,16€), gastos com seguros (53.014,16€), gastos com a Revisão Legal de Contas (8.100,00€), gastos com subcontratos (16.714,73€) e gastos com multas referentes a contraordenações aplicadas pelo IGAMAOT (61.186,18€) referentes ao exercício de 2024, mas faturados em 2025

No caso da ETI, o valor de 443.635,58 euros respeita a encargos futuros com Pessoal e com projetos financiados pelo PRR e FED.

Na rubrica outros devedores e credores, o valor de 594.669,13 €, refere-se especialização à especialização das rendas das instalações da idD no valor de 319.140,00 €, e o restante a credores diversos do Arsenal do Alfeite (111.639,08 €) e da ETI (163.890,05 €)

10 - Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as rubricas do ativo corrente e do passivo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

DIFERIMENTOS ATIVOS	2024	2023
Seguros	51.475,85	37.315,48
Software	5.721,74	5.909,71
Rendas	12.443,19	11.910,80
Outros gastos diferidos	36.608,68	7.015,62
Total	106.249,46	62.151,61

Esta rubrica compreende essencialmente, no período findo em 31 de dezembro de 2024, a montantes pagos referentes a seguros do AA e rendas da ETI em Lazarim.

DIFERIMENTOS PASSIVOS	2024	2023
Rendas	2.793,52	2.734,46
Contratos plurianuais	8.539.905,76	5.857.069,33
Rendimentos diferidos	598,52	790,55
Academia do Arsenal do Alfeite	1.332.828,33	1.256.973,89
Total	9.876.126,13	7.126.020,08

No que respeita aos diferimentos passivos, destaca-se a rubrica de contratos plurianuais, cujo valor de 8.539.905,76 €, resulta da aplicação da Norma 13 dos Rendimento de Transações com Contraprestação, na Arsenal do Alfeite (8.289.492,00 €) e na ETI (330.413,76 €) e que essencialmente tem como objetivo o reconhecimento, com base no grau de execução dos trabalhos, os rendimentos do exercício e os rendimentos futuros.

Em relação à Academia do Arsenal do Alfeite, o valor de 1.332.828,33 €, é referente a um subsídio recebido no âmbito do PRR - Plano de Recuperação e Resiliência relacionado com o Investimento TC-C10-i03.02 “Centro de Operações de Defesa do Atlântico e Plataforma Naval: Pilar III - Academia do Arsenal do Alfeite (Academia 4.0)”.

11 - Património

Neste apartado serão detalhadas as evoluções das distintas rubricas que compõem o Património Líquido ou Capital Próprio da sociedade.

11.1 - Património Realizado

O capital social no montante de 104.500.000,00 euros está representado por 20.900.000 ações (com o valor nominal de 5 € cada), sendo a sua única acionista a DGTF – Direção Geral do Tesouro e Finanças.

11.2 - Outros instrumentos de capital próprio

Esta rubrica no montante total de 1.991.000,00 euros corresponde a prestações acessórias de capital, com origem em empréstimos realizados pela anterior acionista (a extinta EMPORDEF SGPS, S.A.) à idD, durante os anos de 1998 a 2001 e que em março de 2002 foram convertidos em prestações acessórias e que se destinaram a financiar a aquisição e construção da UDME – Unidade de Destrução de Munições e Explosivos. Deste total, 641.000,00 euros vencem juros à taxa Euribor a 12 meses + spread de 1,25%, sendo que os restantes 1.350.000,00 euros não são remunerados nem têm prazo reembolso definido.

11.3 - Reservas

Nesta rubrica são agregadas as reservas legais e as reservas livres, discriminando-se abaixo os seus valores, visto que umas apenas poderão ser incorporadas em aumentos de capital ou na cobertura de prejuízos (reservas legais) e outras serão passíveis de distribuição pelos acionistas (reservas livres).

11.3.1 - Reservas Legais

O Código das Sociedades Comerciais estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido positivo anual é destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que represente, no mínimo, 20% do capital social. A reserva legal só pode ser utilizada para cobertura da parte dos prejuízos acumulados que não o possam ser através do resultado positivo do período ou de outras reservas, por um lado, ou para incorporação no capital, pelo outro. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o saldo desta rubrica ascendia a 15.304,03 euros.

11.3.2 - Reservas Livres

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não estavam constituídas quaisquer reservas livres.

11.4 - Resultados Transitados

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, esta rubrica apresentava os seguintes saldos e movimentos:

RESULTADOS TRANSITADOS	2024	2023
Saldo Inicial	-30.696.040,15	-20.028.458,98
Aplicação resultado líquido	1.280.548,74	-10.931.894,82
EID Cessão de dividendos	0	264.313,65
Saldo Final	-29.415.491,41	-30.696.040,15

11.5 - Ajustamentos em Ativos Financeiros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica apresentava os seguintes saldos e movimentos:

AJUSTAMENTOS EM ATIVOS FINANCEIROS	2024	2023
Ajustamento - Cap. Próprios EDISOFT, S.A.	-3 548,80	7 727,04
Ajustamento - Cap. Próprios EID, S.A.	-234 910,91	-234 910,91
Ajustamentos decorrentes da aplicação do MEP	1 835,41	1 835,41
Saldo Final	-236 624,30	-225 348,46

Os ajustamentos identificados resultam da aplicação do método de equivalência patrimonial às participadas detidas a 31/12/2024 e 31/12/2023, e refletem a flutuação de capital próprio excluindo o resultado líquido.

11.6 - Outras Variações no Património Líquido

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica apresentava os seguintes saldos e movimentos:

OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	2024	2023
Ajustamentos Arsenal do Alfeite	51.212.317,00	51.212.317,00
Ajustamentos Arsenal do Alfeite	-9.162.788,96	-7.464.177,37
	42.049.528,04	43.748.139,63
Ajustamento Extra	1.627.982,35	1.627.982,35
Saldo Final	43.677.510,39	45.376.121,98

No registo da participação, os bens cedidos a título de concessão de uso do Arsenal do Alfeite, no âmbito da aplicação do método de equivalência patrimonial poderiam produzir um efeito adicional nos capitais próprios da sua acionista no montante de 51.212.317 euros, tido sido efetuado um ajustamento positivo dessa magnitude, anualmente o impacto da amortização no valor teórico da concessão das instalações e equipamentos da Arsenal do Alfeite, S.A., que não é refletido através dos resultados líquidos da participada, é deduzido nesta rubrica, sendo o seu saldo em 2024 43.677.510,39 €, que transitou para a rubrica de ajustamentos em ativos financeiros.

No que se refere à EXTRA, S.A. o valor do ajustamento no montante de 1.627.982,35 euros, reflete o impacto correspondente à reposição no capital próprio da participada do efeito do desreconhecimento dos créditos na valorização deste ativo (valor contabilístico), mantendo-se o ajustamento negativo da quota-parte (i.e. 1.046.500,00 euros) correspondente à contingência ambiental quantificada pelo auditor independente no montante de 1.750.000,00 euros. O montante de 1.627.982,35 euros transitou para a rubrica de ajustamentos em ativos financeiros

11.7 - Apuramento do Resultado Líquido Consolidado por Ação

O resultado líquido consolidado por ação do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi determinado da seguinte forma:

RESULTADO LIQUIDO	2024	2023
Resultado líquido do Período	-3.940.858,49 €	1.280.548,74 €
Número de ações	20.900.000	20.900.000
Resultado básico por ação	-0,19 €	0,06 €

12 – Provisões

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 esta rubrica compreende:

PROVISÕES	2024	2023
Processos judiciais em curso	249.412,33	115.743,72
Impostos, contribuições e juros de mora	26.810,75	26.810,75
Contratos Onerosos - Arsenal do Alfeite	2.232.267,00	2.071.891,00
Descontaminação dos terrenos - Extra	1.750.000,00	1.750.000,00
Formação Profissional	18.096,56	22.724,21
Total	4.276.586,64	3.987.169,68

Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica **Provisões para processos judiciais** respeita essencialmente a uma ação especial de impugnação da regularidade e licitude do despedimento, intentada por um trabalhador, que corre termos no Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa. O processo deu entrada em tribunal no dia 10.10.2023 e foi constituída uma provisão pelo valor peticionado de 115.455,31.

Em 2024, entendeu o Conselho de Administração reforçar a provisão em 124.671,02 €, perante a possibilidade de ser considerada a improcedência da oposição à reintegração.

Foi constituída em 2024, uma provisão de 10.000 € referente a um processo interposto por um trabalhador, por assédio moral a ex-administradores pela qual a empresa poderá responder solidariamente.

Manteve-se a provisão para **impostos, contribuições e juros de mora** associada a uma possível contingência de dotações/contribuições para os fundos de compensação de trabalho e garantia de compensação de trabalho (cuja análise está em curso pela Segurança Social), a qual foi reforçada no exercício de 2022, sendo o seu saldo atual de 26.810,75 euros.

O saldo da rubrica **contratos onerosos – Arsenal do Alfeite**, a 31 de dezembro de 2023 no montante de 2.232.267,00 €, corresponde à perda esperada em diversos contratos de prestação de serviços.

A provisão no montante de 1.750.000,00 euros, referente à **descontaminação de terrenos** da sociedade Extra, S.A. e corresponde a uma estimativa dos custos a incorrer com um estudo de identificação e quantificação de contingências ambientais, eventuais medidas de mitigação e realização de eventuais trabalhos de descontaminação, dado o uso passado do terreno para fabricação de munições e respetivos ensaios e dos trabalhos de desmilitarização nas últimas décadas.

Existe uma provisão associada a **formação profissional não ministrada**, cuja valor se estima em 18.096,56 €, decorrente do previsto na lei 7/2009 de 12 de fevereiro, que aprovou a revisão do Código de trabalho, onde se prevê que o empregador deve assegurar a cada trabalhador o direito individual à formação, através de um número mínimo anual de horas de formação, mediante ações desenvolvidas na empresa ou a concessão de tempo para frequência de formação por iniciativa do trabalhador;

As horas de formação que não sejam asseguradas pelo empregador até ao termo dos dois anos posteriores ao seu vencimento, transformam-se em crédito de horas em igual número para formação por iniciativa do trabalhador. Cessando o contrato de trabalho, o trabalhador tem direito a receber a retribuição correspondente ao número mínimo anual de horas de formação que não lhe tenha sido proporcionado, ou ao crédito de horas para formação de que seja titular à data da cessação.

13- Fornecedores

Neste apartado serão detalhadas os saldos e respetiva antiguidade das distintas rubricas de fornecedores nas sociedades que integram o perímetro de consolidação.

O Conselho de Administração da idD Portugal Defence S.A. entende (e, nos casos aplicáveis, com base na informação recebida dos Conselhos de Administração das participadas que integram o perímetro de consolidação) que, nas datas indicadas, o valor contabilístico destas dívidas é aproximado ao seu justo valor.

13.1 – Fornecedores conta corrente

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 esta rubrica respeitava a valores a pagar resultantes de aquisições de bens ou serviços decorrentes do curso normal das atividades nas sociedades que integram o perímetro de consolidação.

FORNECEDORES	2024	2023
Fornecedores IDD	45.999,45	81.671,09
Fornecedores Arsenal do Alfeite	661.587,82	2.835.367,47
Fornecedores ETI	118.399,88	88.792,74
Fornecedores Extra	0,00	0,00
Total	825.987,15	3.005.831,30

Prazos Médios de Pagamento	0-90	90-120	120-240	240-360	>360	Total
IDD	45.999,45	0,00	0,00	0,00	0,00	45.999,45
Arsenal do Alfeite	661.587,82	0,00	0,00	0,00	0,00	661.587,82
ETI	118.399,88	0,00	0,00	0,00	0,00	118.399,88
Extra	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	825.987,15	0,00	0,00	0,00	0,00	825.987,15

13.2 – Fornecedores de Investimento

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 esta rubrica respeitava a valores a pagar resultantes de aquisições de bens ou serviços decorrentes dos investimentos em curso, nas sociedades que integram o perímetro de consolidação.

FORNECEDORES DE INVESTIMENTOS	2024	2023
Fornecedores IDD	0,00	0,00
Fornecedores Arsenal do Alfeite	265,68	472.771,41
Fornecedores ETI	0,00	0,00
Fornecedores Extra	0,00	0,00
Total	265,68	472.771,41

14 - Financiamentos Obtidos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica nas sociedades que integram o perímetro de consolidação apresentava os seguintes saldos:

FINANCIAMENTOS OBTIDOS	2024	2023
Extra	131.048,92	131.048,92
IDD	5.000.000,00	0,00
Médio Longo Prazo	5.131.048,92	131.048,92
Total	5.131.048,92	131.048,92

O valor de 131.048,92 euros, é referente à Infacal, Lda, e respeita ao saldo remanescente de empréstimos concedidos pela extinta Ribeira D'Atalaia, S.A. à sua participada Extra – Explosivos da Trafaria, S.A.

Este montante ficou formalizado através do acordo parassocial celebrado em 04 de dezembro de 2014 entre a Infacal, Gestão de Investimentos, Lda, a Empordef SGPS, S.A. e a Maxamcorp, Holdings, S.A. assim como do acordo de dação em cumprimento, celebrado em 3 de dezembro de 2014 entre a Infacal – Gestão de Investimentos, Lda.

O financiamento de 5.000.000,00 € obtido pela IdD teve como objetivo a satisfação das necessidades de financiamento inadiáveis da sua participada Arsenal do Alfeite, S.A. no 4º trimestre de 2024.

O financiamento será reembolsado em doze prestações de capital, semestrais, iguais e sucessivas, com início em 31 de maio de 2026 e termo em 30 de novembro de 2031, vencendo juros à taxa fixa nominal anual, equivalente ao custo de financiamento da República Portuguesa.

15 – Acionista

Face à decisão do Conselho de Administração, em atender à determinação do acionista em reconhecer como passivo financeiro, os direitos de crédito sobre empresas participadas, foi revertida a provisão constituída em 2021, e reconhecido como dívida ao acionista o montante de 3.599.997,96 euros, que se decompõe da seguinte forma:

Acionista	2024	2023
Direitos de credito DGTF - EEN Capital	1.402.434,88	1.402.434,88
Direitos de credito DGTF - EEN juros	14.031,93	14.031,93
Direitos de credito DGTF - Extra Capital	407.270,34	407.270,34
Direitos de credito DGTF - Extra juros	9.843,36	9.843,36
Direitos de credito DGTF - Extra CC	10.719,40	10.719,40
Direitos de credito DGTF - EXTRA PAC	44.663,59	44.663,59
Direitos de credito DGTF - Naval Rocha Capital	261.000,00	261.000,00
Direitos de credito DGTF - Naval Rocha PAC	751.500,00	751.500,00
Direitos de credito DGTF - ETI PAC	698.534,40	698.534,40
Total	3.599.997,96	3.599.997,96

16 – Imposto sobre o rendimento

A empresa encontra-se sujeita a imposto sobre o rendimento em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas – IRC à taxa normal 21%, sendo a Derrama Municipal fixada para o concelho de Lisboa em 2023 a taxa máxima de 1,5% do lucro tributável.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenham existido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Deste modo, as declarações fiscais da empresa dos exercícios de 2020 a 2023 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

Nos termos da legislação em vigor os prejuízos fiscais gerados em 2014 a 2016 podem ser reportados por um período de 12 anos. Os prejuízos fiscais gerados de 2017 a 2020 podem ser reportados por um período de 5 anos.

De acordo com o preconizado no n.º 1 do Art.º 41-A do Estatuto dos Benefícios Fiscais, na determinação do lucro tributável de uma sociedade, poderá ser deduzida uma importância correspondente à remuneração convencional do capital social, calculada mediante a aplicação, limitada a cada exercício, da taxa de 7 % do montante das entradas realizadas em dinheiro até ao limite de 2.000.000 euros, sujeito às restrições das alíneas c.) e d.) do mesmo artigo.

Na tabela seguinte são apresentados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o cálculo do imposto sobre o rendimento das sociedades que integram o perímetro de consolidação:

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO 2024	IDD	AA	ETI	EXTRA	2024
Resultado antes de imposto	-3.932.343,48	-3.389.343,53	120.613,49	79.324,28	-7.121.749,24
Diferenças permanentes	1.671.283,01	0,00	0,00	0,00	1.671.283,01
Utilização prejuízos anos anteriores	0,00	0,00	-77.886,70	0,00	-77.886,70
Resultado Tributável	-2.261.060,47	-3.389.343,53	42.726,79	79.324,28	-5.528.352,93
Impostos diferidos ativos não reconhecidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxa nominal de imposto	21,00%	21,00%	17,00%	21,00%	21,00%
Imposto á taxa normal	0,00	0,00	7.263,55	16.658,10	23.921,65
Derrama	0,00	0,00	1.437,91	396,62	1.834,53
Derrama Estadual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	8.701,46	17.054,72	25.756,18
Diferenças permanentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças temporárias	0,00	-36.084,61	-133,92	0,00	-36.218,53
Tributações Autonomas	8.515,01	8.521,14	4.633,15	0,00	21.669,30
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto corrente	-8.515,01	27.563,47	-13.200,69	-17.054,72	-11.206,95
Taxa efetiva de imposto	-0,22%	0,81%	10,94%	21,50%	-0,16%

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO 2023	IDD	AA	ETI	EXTRA	2023
Resultado antes de imposto	1.293.129,62	-1.861.822,76	-420.484,74	74.782,27	-914.395,61
Diferenças permanentes	-1.800.708,81	0,00	0,00	0,00	-1.800.708,81
Utilização prejuízos anos anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Tributável	-507.579,19	-1.861.822,76	-420.484,74	74.782,27	-2.715.104,42
Impostos diferidos ativos não reconhecidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxa nominal de imposto	21,00%	21,00%	21,00%	21,00%	21,00%
Imposto á taxa normal	0,00	0,00	0,00	15.704,28	15.704,28
Derrama	0,00	0,00	0,00	373,91	373,91
Derrama Estadual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	16.078,19	16.078,19
Diferenças permanentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças temporárias	0,00	-42.820,20	0,00	0,00	-42.820,20
Tributações Autonomas	7.788,50	4.391,18	8.177,09	0,00	20.356,77
Outras					0,00
Imposto corrente	-12.580,88	38.429,02	-8.177,09	-16.078,19	1.592,86
Taxa efetiva de imposto	0,97%	2,06%	-1,94%	21,50%	0,17%

17. Rendimento de transações com contraprestação

VENDAS	2024	2023
IDD	21.457,50	72.918,55
ARSENAL	58.362,89	800,00
Total	79.820,39	73.718,55

PRESTAÇÃO SERVIÇOS	2024	2023
IDD	722.123,83	2.610.162,86
ARSENAL	16.574.988,00	21.996.283,70
ETI	1.983.380,36	938.330,77
EXTRA	0,00	0,00
Total	19.280.492,19	25.544.777,33

O montante reconhecido na rubrica “prestações de serviços” está relacionado, essencialmente com a atividade de reparação naval realizada pela Arsenal do Alfeite para a Marinha Portuguesa, pela atividade de desmilitarização de munições e explosivos dos ramos das Forças Armadas e em relação à ETI, o valor resulta da prestação de serviços em vários projetos

No que se refere à Arsenal do Alfeite, do valor das prestações de serviços, 16.646.511,00 euros, respeitam a contratos plurianuais, sendo o seu rédito calculado de acordo com a NCP 13 - Rendimento de Transações com Contraprestação. No quadro seguinte apresenta-se um resumo dos contratos em curso.

	Rédito Total	Faturação Emitida	Rédito do Período Anterior	Rédito do Período	Rendimentos a Reconhecer	Devedores por Acréscimo de Rendimento
Projetos em curso	102.314.821	80.788.540	59.062.587	16.646.511	8.209.492	3.130.051

	2024	2023
Réditos Acumulados	75.709.099	68.970.721
Gastos Acumulados	91.691.934	83.863.179
Resultado Acumulado	-15.982.835	-14.892.458

No exercício de 2024 o resultado acumulado global, dos contratos em curso, está influenciado pelos resultados estimados em diversos contratos, cujos custos totais podem exceder o rédito total do contrato. As perdas esperadas foram reconhecidas imediatamente como gastos do período.

Proj 638 - Fragatas Vasco da Gama	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados até 2024	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2025
Rédito dos Contratos	4.436.166	4.435.278	887
Gastos dos Contratos	-5.031.921	-5.030.798	-1.123
Resultado (Nota 15)	-595.756	-595.520	-236

Proj 682 - Salva Vidas	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados até 2024	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2025
Rédito dos Contratos	2.842.526	2.046.334	796.191
Gastos dos Contratos	-6.765.573	-4.870.382	-1.895.191
Resultado (Nota 15)	-3.923.047	-2.824.048	-1.099.000

Proj 715 - NRP Álvares Cabral	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados até 2024	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2025
Rédito dos Contratos	644.884	644.432	451
Gastos dos Contratos	-899.171	-898.556	-615
Resultado (Nota 15)	-254.287	-254.124	-163

Proj 733 - Lanchas Argos, Centauro e Albatroz	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados até 2024	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2025
Rédito dos Contratos	551.411	211.025	340.386
Gastos dos Contratos	-894.913	-342.526	-552.387
Resultado (Nota 15)	-343.502	-131.501	-212.001

Proj 763 - PHM ETTAWFIQ	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados até 2024	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2025
Rédito dos Contratos	9.854.800	9.761.179	93.621
Gastos dos Contratos	-16.331.734	-16.177.293	-154.440
Resultado (Nota 15)	-6.476.934	-6.416.114	-60.820

Proj 781 - NRP Côrte Real	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados até 2024	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2025
Rédito dos Contratos	1.285.919	1.142.668	143.251
Gastos dos Contratos	-1.358.586	-1.207.301	-151.285
Resultado (Nota 15)	-72.667	-64.633	-8.034

Proj 782 - NRP Gago Coutinho	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados até 2024	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2025
Rédito dos Contratos	3.948.883	2.406.449	1.542.434
Gastos dos Contratos	-4.608.282	-2.808.140	-1.800.142
Resultado (Nota 15)	-659.399	-401.691	-257.708

Proj 801 - NRP Álvares Cabral	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados até 2024	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2025
Rédito dos Contratos	461.721	459.920	1.801
Gastos dos Contratos	-604.660	-602.324	-2.336
Resultado (Nota 15)	-142.939	-142.404	-535

Proj 808 - NRP Douro	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados até 2024	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2025
Rédito dos Contratos	1.851.010	862.571	988.439
Gastos dos Contratos	-1.875.445	-873.913	-1.001.531
Resultado (Nota 15)	-24.435	-11.343	-13.092

Proj 819 - NRP Côte Real	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados até 2024	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2025
Rédito dos Contratos	226.770	139.804	86.966
Gastos dos Contratos	-256.607	-158.204	-98.403
Resultado (Nota 15)	-29.836	-18.400	-11.436

Proj 822 - Diversos Exteriores à Marinha	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados até 2024	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2025
Rédito dos Contratos	62.397	61.143	1.254
Gastos dos Contratos	-170.679	-167.241	-3.438
Resultado (Nota 15)	-108.282	-106.098	-2.183

Proj 827 - NRP Álvares Cabral	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados até 2024	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2025
Rédito dos Contratos	2.407.998	2.399.570	8.428
Gastos dos Contratos	-2.523.305	-2.514.496	-8.809
Resultado (Nota 15)	-115.307	-114.925	-381

Proj 836 - NRP Setúbal RI01	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados até 2024	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2025
Rédito dos Contratos	876.063	22.340	853.723
Gastos dos Contratos	-1.268.519	-32.331	-1.236.189
Resultado (Nota 15)	-392.456	-9.991	-382.465

Proj 855 - Desmontagens, Abate - BÉRRIO	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados até 2024	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2025
Rédito dos Contratos	228.011	14.319	213.692
Gastos dos Contratos	-400.629	-25.157	-375.472
Resultado (Nota 15)	-172.618	-10.838	-161.780

Proj 867 - Classe D. Carlos / Veleiros	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados até 2024	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2025
Rédito dos Contratos	112.516	25.642	86.874
Gastos dos Contratos	-113.091	-25.776	-87.315
Resultado (Nota 15)	-574	-134	-441

Proj 868 - Classe Viana do Castelo / Corvetas	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados até 2024	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2025
Rédito dos Contratos	105.729	72.117	33.611
Gastos dos Contratos	-114.711	-78.243	-36.468
Resultado (Nota 15)	-8.983	-6.126	-2.857

Proj 869 - Classe UAM / DN	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados até 2024	Reconhecidos no período referente a trabalhos a realizar em 2025
Rédito dos Contratos	32.880	29.349	3.531
Gastos dos Contratos	-211.063	-188.395	-22.668
Resultado (Nota 15)	-178.183	-159.046	-19.137

Para além dos projetos acima referenciados, no exercício de 2024 encontravam-se em curso diversos projetos, em que se estima que o resultado acumulado global seja positivo.

Ganhos esperados em diversos contratos	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados até 2024	A Reconhecer referente a trabalhos a realizar em 2025
Rédito dos Contratos	49.352.409	27.942.228	21.410.181
Gastos dos Contratos	-46.942.282	-26.085.539	-20.856.743
Resultado (Nota 13)	2.410.127	1.856.688	553.438

Proj 751 - NRP Tridente - PR011+DO011	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados até 2024	A Reconhecer referente a trabalhos a realizar em 2025
Rédito dos Contratos	18.772.529	15.937.878	2.834.652
Gastos dos Contratos	-18.460.389	-15.672.261	-2.788.128
Resultado (Nota 13)	312.141	265.616	46.524

Proj 820 - NRP Bartolomeu Dias	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados até 2024	A Reconhecer referente a trabalhos a realizar em 2025
Rédito dos Contratos	733.292	724.199	9.093
Gastos dos Contratos	-627.161	-619.409	-7.752
Resultado (Nota 13)	106.130	104.790	1.341

Proj 837 - NRP Álvares Cabral	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados até 2024	A Reconhecer referente a trabalhos a realizar em 2025
Rédito dos Contratos	7.667.826	7.215.424	452.402
Gastos dos Contratos	-6.621.250	-6.230.632	-390.619
Resultado (Nota 13)	1.046.575	984.792	61.783

Proj 838 - NRP Sagres - PR032	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados até 2024	A Reconhecer referente a trabalhos a realizar em 2025
Rédito dos Contratos	889.163	637.974	251.188
Gastos dos Contratos	-800.418	-574.330	-226.087
Resultado (Nota 13)	88.745	63.644	25.101

Proj 843 - NRP Cisne - SRU - Alagem Cisne PI n.º 1	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados até 2024	A Reconhecer referente a trabalhos a realizar em 2025
Rédito dos Contratos	237.793	151.118	86.676
Gastos dos Contratos	-4.107	-2.610	-1.497
Resultado (Nota 13)	233.686	148.508	85.178

Proj 845 NRP Vasco da Gama - Modernização	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados até 2024	A Reconhecer referente a trabalhos a realizar em 2025
Rédito dos Contratos	1.387.518	916.317	471.201
Gastos dos Contratos	-1.343.025	-886.949	-456.076
Resultado (Nota 13)	44.493	29.368	15.125

Proj 854 - NRP Sagres D+PR033	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados até 2024	A Reconhecer referente a trabalhos a realizar em 2025
Rédito dos Contratos	514.211	257.363	256.849
Gastos dos Contratos	-463.604	-232.041	-231.563
Resultado (Nota 13)	50.607	25.322	25.285

Proj 857 - NRP Mondego RA	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados até 2024	A Reconhecer referente a trabalhos a realizar em 2025
Rédito dos Contratos	733.227	27.569	705.658
Gastos dos Contratos	-676.259	-25.430	-650.829
Resultado (Nota 13)	56.968	2.140	54.828

Proj 859 - NRP Guadiana	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados até 2024	A Reconhecer referente a trabalhos a realizar em 2025
Rédito dos Contratos	170.397	101.881	68.517
Gastos dos Contratos	-152.814	-91.365	-61.448
Resultado (Nota 13)	17.584	10.515	7.068

Proj 863 - NRP Arpão - Arpão RA011C	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados até 2024	A Reconhecer referente a trabalhos a realizar em 2025
Rédito dos Contratos	273.784	260.232	13.552
Gastos dos Contratos	-163.037	-154.959	-8.078
Resultado (Nota 13)	110.747	105.273	5.474

Proj 864 - Pedidos SRU's	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados até 2024	A Reconhecer referente a trabalhos a realizar em 2025
Rédito dos Contratos	1.359.617	1.029.638	329.979
Gastos dos Contratos	-1.234.379	-934.812	-299.567
Resultado (Nota 13)	125.237	94.825	30.412

Proj 865 - Fragatas - Classe Vasco da Gama / Bartolomeu Dias	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados até 2024	A Reconhecer referente a trabalhos a realizar em 2025
Rédito dos Contratos	132.519	61.489	71.030
Gastos dos Contratos	-128.452	-59.599	-68.853
Resultado (Nota 13)	4.067	1.889	2.177

Proj 866 - Classe Tejo / Centauro / Argos	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados até 2024	A Reconhecer referente a trabalhos a realizar em 2025
Rédito dos Contratos	142.430	96.482	45.948
Gastos dos Contratos	-126.862	-85.937	-40.925
Resultado (Nota 13)	15.568	10.545	5.023

Proj 871 - NRP Vasco da Gama - MLU_DO + RI	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados até 2024	A Reconhecer referente a trabalhos a realizar em 2025
Rédito dos Contratos	14.083.183	12.675	14.070.508
Gastos dos Contratos	-14.001.357	-12.614	-13.988.743
Resultado (Nota 13)	81.826	61	81.765

Proj 872 - Todas as Classes de Navio - Eventuais	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados até 2024	A Reconhecer referente a trabalhos a realizar em 2025
Rédito dos Contratos	635.202	64.473	570.729
Gastos dos Contratos	-596.131	-60.483	-535.648
Resultado (Nota 13)	39.071	3.990	35.081

Proj 873 - Todas as Classes de Navio - Eventuais - Armas	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados até 2024	A Reconhecer referente a trabalhos a realizar em 2025
Rédito dos Contratos	823.703	447.518	376.185
Gastos dos Contratos	-813.722	-442.107	-371.616
Resultado (Nota 13)	9.981	5.411	4.570

Proj 876 - NRP Côte Real - MLU -Docagem Preparatória/Desmontagem	Total Estimado	Reconhecido no período referente a trabalhos realizados até 2024	A Reconhecer referente a trabalhos a realizar em 2025
Rédito dos Contratos	796.015	0	796.015
Gastos dos Contratos	-729.314	0	-729.314
Resultado (Nota 13)	66.701	0	66.701

Em relação à ETI, do valor das prestações de serviços em 2024, 330.413,76 euros, que respeitam a contratos plurianuais, sendo o seu rédito calculado de acordo com a NCP 13 - Rendimento de Transações com Contraprestação. No quadro seguinte apresenta-se um resumo dos contratos em curso.

Projeto	Custos incorridos totais	Réditos reconhecidos totais	% de acabamento 2024
P239	196 600,82	594 838,56	41,6%
P218	34 423,75	103 550,18	25,3%

18 - Transferências correntes e subsídios à exploração

Na tabela seguinte são apresentados, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as transferências correntes e os subsídios à exploração recebidas pelas sociedades que integram o perímetro de consolidação:

SUBSIDIOS	2024	2023
Protocolo MDN e IdD	1.000.000,00	1.000.000,00
MEAP	108.485,39	202.653,18
PPR Aeronext	33.959,05	47.728,06
Arsenal do Alfeite - H2020 - BUGWRIGHT 2	0,00	19.861,66
ETI	345.639,18	285.523,02
Total	1.488.083,62	1.555.765,92

A rubrica “transferências correntes e subsídios à exploração obtidos” compreende o montante de 1.000.000,00 euros, referente ao protocolo assinado em 13 de fevereiro de 2015 entre o Ministério da Defesa Nacional e a idD – Portugal Defence, S.A, incluindo também 108.485,39 euros do Projeto MEAP e 33.959,05 euros do PRR Aeronext.

Na ETI, os subsídios à exploração respeitam a projetos com várias entidades: IAPMEI, ADC/ANI e FED/Thales

19 - Trabalhos para a própria entidade

Na tabela seguinte são apresentados, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os trabalhos para a própria entidade das sociedades que integram o perímetro de consolidação, repartindo-se pelo Arsenal do Alfeite (90.883,15 €) e pela ETI (259,20 €).

TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	2024
Trabalho de inspeção, reparação e revisão quinquenal da doca flutuante	75.941,09
Manutenção e Reparação da embarcação ALFEITE 1	14.689,46
Substituição do tabuado da zorra de 15T	252,60
Projeto de IDI – Training Analytics (DMI)	259,20
Total	91.142,35

TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	2023
Reparação do torque do grove 2	7.394,08
Instalação do sistema de segurança perimétrica, intrusão e controlo de acessos , no edifício da DAS	47.845,06
Substituição do tabuado da zorra de 15T	21.686,01
Reparação do reservatório de ar dos travões do grove n .º 2	9.776,52
Manutenção e reparação da embarcação Alfeite 1	52.511,03
Reparação do acelerador e sis tema de segurança do (grove 2)	1.562,89
Projeto de IDI – Training Analytics (DMI)	6.014,49
Total	146.790,08

20. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Na rubrica de custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas estão compreendidas, no caso da IdD, as matérias-primas adquiridas para o funcionamento da U.D.M.E. (Unidade de Destruição Materiais e Explosivos).

CMVMC 2024	Saldo Inicial	Compras	Consumos	Regularizações	Adiantamentos	Saldo Final	CMVMC
IdD	5.384,40	56.999,83	52.726,96	0,00	0,00	9.657,27	22.140,74
Arsenal do Alfeite	776.724,15	894.864,64	971.108,00	-23.621,73	0,00	724.102,52	971.108,00
ETI	0,00	154.218,43	154.218,43	0,00	0,00	0,00	154.218,43
Total						733.759,79	1.147.467,17

CMVMC 2023	Saldo Inicial	Compras	Consumos	Regularizações	Adiantamentos	Saldo Final	CMVMC
IdD	10.761,44	36.451,09	40.392,63	1.435,50	0,00	5.384,40	40.392,63
Arsenal do Alfeite	890.437,77	3.626.017,14	3.729.176,96	-10.553,80	0,00	776.724,15	3.729.176,96
ETI	0,00	71.604,74	71.604,74	0,00	0,00	0,00	71.604,74
Total						782.108,55	3.841.174,33

21- Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é detalhada conforme se segue:

FSE'S	2024	2023
Trabalhos Especializados	508.027,40	374.062,01
- Estudos económico-financeiros	16.200,00	16.200,00
- Informática	27.469,92	25.219,04
- Revisor Oficial de Contas	8.950,00	42.100,00
- Trab. Especializados - Mercado Nacional	177.023,31	49.889,68
- Trab. Especializados - Mercado Intracomunitário	2.782,88	24.219,39
- Formação ao pessoal	122.689,87	16.069,34
- Outros trabalhos especializados	151.622,77	200.364,56
Rendas e Alugueres	470.691,84	661.965,66
- Renda Imóveis	262.834,72	401.527,30
- Rendas e Alugueres viaturas	32.876,88	31.976,03
- Rendas e Alugueres Equipamentos	39.786,51	105.309,04
- Renda - Contrato Concessão	134.505,05	103.950,42
- Outras Rendas e Alugueres	688,68	19.202,86
Pessoal em trabalho temporário	0,00	0,00
Honorários	266.149,60	171.626,78
Electricidade	462.645,01	744.207,95
Combustíveis	20.637,65	26.422,28
Conservação e reparação	95.750,94	99.724,40
Limpeza, higiene e conforto	345.657,91	357.467,27
Deslocações e estadas	186.293,66	189.963,45
Comunicação	53.950,10	54.919,52
Seguros	160.362,47	143.264,10
Entalpias	0,00	0,00
Outros	37.770,28	48.597,64
Portagens	2.150,46	4.888,62
Contencioso e notariado	4.619,20	4.400,40
Material escritório	2.701,56	2.221,86
Ferramentas e utensílios desgaste	12.338,14	4.334,32
Água	4.829,99	4.684,58
Publicidade e propaganda	5.129,24	6.478,82
Artigos para oferta	2.381,51	52,04
Feiras internacionais	0,00	61.129,34
Vigilância e segurança	13.444,92	31.781,64
Subcontratos	3.788.962,01	5.491.338,54
- Subcontratos - Construção Naval	1.280.988,56	936.084,70
- Subcontratos - Plataforma	303.683,51	136.052,45
- Subcontratos - Apoio Fabril	179.042,41	176.677,70
- Subcontratos - Gestão de Projetos	1.695.985,13	3.816.974,42
- Subcontratos - Qualidade	10.987,02	2.057,71
- Subcontratos - Logística Marinha Marrocos	94.531,12	62.620,44
- Subcontratos - Mercado Nacional	0,00	0,00
- Subcontratos - Mercado Intracomunitário	0,00	0,00
- Subcontratos - Outros	223.744,26	360.871,12
Comissões	163.892,29	1.852,53
Materiais	509,65	3.546,88
Gás	73.150,34	155.067,92
Despesas de Representação	1.738,60	1.746,17
Serviços bancários	1.500,99	1.249,28
Livros e documentação técnica	367,29	228,10
Equipamentos de impressão	1.882,10	3.291,29
Transportes de mercadorias	23148,4	0,00
Total	6.709.394,90	8.650.513,39

22- Gastos com Pessoal

A repartição dos “Gastos com o Pessoal” nos exercícios de 2024 e 2023 é a seguinte:

GASTOS COM PESSOAL	2024	2023
Encargos sobre Remunerações	2.415.561,17	2.569.632,69
Seguros de Acidentes no Trabalho	512.660,69	332.313,39
Gastos de Ação Social	168.994,27	71.219,91
Outros Gastos com o Pessoal	82.490,66	46.819,58
Outros Encargos Sociais	149.232,48	114.119,67
Total	15.415.187,14	14.772.381,38

RECURSOS HUMANOS	IDD	ARSENAL	ETI	EXTRA	Total
-------------------------	------------	----------------	------------	--------------	--------------

Gastos com Pessoal Efetivo a 31/12/2024	1.644.276,27 36	12.487.814,06 395	1.283.096,81 31	0 0	15.415.187,14 462
---	--------------------	----------------------	--------------------	--------	------------------------------------

Gastos com Pessoal Efetivo a 31/12/2023	1.829.262,17 37	11.854.906,21 403	1.088.213,00 32	0 0	14.772.381,38 472
---	--------------------	----------------------	--------------------	--------	------------------------------------

23. Provisões (aumentos / diminuições)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os aumentos ou diminuições da rubrica “Provisões (aumentos/diminuições)” nas sociedades que integram o perímetro de consolidação, estão identificados na tabela seguinte:

PROVISÕES	2024	2023
Processos Judiciais em curso	(134.671,02)	(67.396,46)
Formação Profissional não ministrada	4.627,65	(7.282,62)
Contratos onerosos	(160.376,00)	(190.312,00)
Total	(290.419,37)	(264.991,08)

Nos processos judiciais em recurso houve um reforço da provisão no valor de 134.671,02 €, por via da ação especial de impugnação da regularidade e licitude do despedimento;

Na rubrica formação profissional não ministrada, foi revertido o valor de 4.627,65 €;

Em relação à rubrica de contratos Onerosos, que respeitam à Arsenal do Alfeite, e em sequência da aplicação da norma, o saldo entre reforço de provisões e a reversão de provisões resultou num reforço de 160.376 euros.

Esta nota deverá ser lida em conjunto com a Nota 12 – Provisões.

24 - Imparidades (Perdas/Reversões)

Neste apartado serão detalhadas as evoluções das distintas rubricas que registaram movimentos de imparidade (perdas ou reversões) nas sociedades que integram o perímetro de consolidação.

24.1 – Imparidades em investimentos depreciables

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o detalhe da rubrica era o seguinte:

IMPARIDADES	2024	2023
AA - Imparidade de investimentos depreciables	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

O Arsenal do Alfeite celebrou um Acordo com a Marinha Portuguesa em 21 de fevereiro de 2017, para a construção de duas lanchas Salva-Vidas para o Instituto de Socorros a Náufragos. Para a construção das referidas lanchas foi necessário projetar e construir moldes específicos para apoio à construção dos cascos em material compósito.

Para o projeto de construção das lanchas e com a construção dos moldes, o Arsenal do Alfeite incorreu num custo total de 1.763.275,96€ apurado em 31/12/2023.

O Acordo de construção previa a entrega das lanchas em 2017 e 2018. No final do ano 2021 foi entregue a primeira embarcação Salva-Vidas. Apesar do Acordo de Construção prever a possibilidade de opção pela construção de mais duas embarcações, a mesma não foi manifestada pela Marinha Portuguesa até ao presente.

Os PTI's n.ºs 43766 e 43767 já estão totalmente amortizados, pelo que foram revertidas as imparidades relacionadas com estes bens.

25- Outros rendimentos e ganhos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os “Outros rendimentos e ganhos” nas sociedades que integram o perímetro de consolidação, reconhecidos como rendimentos do exercício estão identificadas na tabela seguinte:

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	2024	2023
AA - Subsídio não monetário - bens concessionados	2.191.756,88	2.371.810,64
IDD - Parque Aeronáutico Alverca - IMI	120.609,81	119.077,60
Correções Exercícios Anteriores	0,06	11.534,76
Cessão de Exploração SPEL/Maxampor	114.543,12	107.109,72
AA - Aluguer de espaços e equipamento	12.192,10	12.770,50
Rendas	16.406,76	15.542,00
Outros	247.742,21	184.806,17
Total	2.703.250,94	2.822.651,39

No Arsenal do Alfeite, S.A. os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos tangíveis depreciados são reconhecidos como um ganho do exercício no montante de 2.191.756,88 euros.

IDD - Parque Aeronáutico de Alverca - Este rendimento recorrente corresponde ao montante do IMI – Imposto Municipal de Imóveis, especializado pela idD para o exercício fiscal de 2024, referente ao Parque Aeronáutico de Alverca, que será redebitado/faturado à participada OGMA, S.A. no ano de 2025. Paralelamente, este montante de IMI a pagar é reconhecido/especializado em outros gastos e perdas no exercício correspondente de tributação, embora só seja liquidado no ano seguinte. O saldo especializado nesta rubrica de outros rendimentos e ganhos será anulado por emissão da refaturação à participada OGMA, S.A., e o saldo da especialização do gasto associado ao IMI – Parque Aeronáutico Alverca – será anulado por liquidação do IMI.

O rendimento com origem na participada Extra, S.A. no montante de 114.543,12 euros corresponde ao valor anual das rendas associadas ao Contrato de Cessão da Exploração industrial celebrado com a Maxampor, S.A. (originalmente denominada SPEL, S.A.).

26 - Outros gastos e perdas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os encargos com “outros gastos e perdas” nas sociedades que integram o perímetro de consolidação reconhecidos como gastos do ano estão identificadas na tabela seguinte:

OUTROS GASTOS E PERDAS	2024	2023
IMI	124.300,30	118.795,54
Protocolo BVA	5.000,00	7.000,00
Gastos financiamento/bancários	3.658,12	2.262,73
Correções de períodos anteriores	70,81	43,63
Impostos e taxas	1.788,96	8.183,90
Multas e penalidades	45.150,00	149.760,32
Gastos AOV	9.233,77	6.298,20
Quotizações	1.740,00	1.740,00
Outros gastos e perdas	11.300,74	20.252,68
Total	202.242,70	314.337,00

A rubrica - IMI – Parque Aeronáutico Alverca, regista um movimento de carácter recorrente, correspondente à especialização do gasto associado ao com o IMI. (ver Nota 25. Outros rendimentos e ganhos).

No protocolo BVA, está incluído um movimento de carácter recorrente no montante de 5.000,00 euros, correspondente à especialização do gasto associado ao Protocolo celebrado entre a idD Portugal Defence S.A. e a Associação Humanitária aos Bombeiros Voluntários de Alcochete, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, correspondendo este gasto à contrapartida das ações de formação periódica de colaboradores da idD Portugal Defence S.A.

Na rubrica de multas e penalidades, destaca-se o valor de 45.150,00 euros, que se refere a contra-ordenações aplicadas pelo IGAMAOT à Arsenal do Alfeite.

27- Gastos e perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (MEP – Método de Equivalência Patrimonial)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, do ponto de vista consolidado, a flutuação do MEP associada aos resultados líquidos ponderada pela participação social detida em cada uma das sociedades participadas que não integra o perímetro de consolidação ascendeu a 1.524.661,12 euros.

Na tabela seguinte sumariza-se a contribuição dos resultados líquidos de cada uma das participadas para o resultado do exercício da idD Portugal Defence, S.A. por aplicação do MEP – Método de Equivalência Patrimonial para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Salienta-se ainda que estes resultados consistem em flutuações de valores das participadas, mas não configuram resultados realizados (e tributados) com participadas, uma vez que no exercício em apreço não foram alienadas total ou parcialmente quaisquer participações sociais em participadas (ver Nota 5 Ativos ou Investimentos Financeiros (Participações Financeiras)).

Empresas Associadas/Outros	2024	2023
	Ganhos / Perdas Imputados	Ganhos / Perdas Imputados
OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal S.A.	817 587,05	3 475 720,15
Edisoft - Empresa Serviços e Desenvol. Software, S.A.	67 699,28	168 250,25
EID - Empresa de Investigação e Desenvol. de Electrónica, S.A.	-7 616,91	-182 040,34
Naval Rocha - Sociedade de Const e Reparação Navais, S.A.	678 656,04	558 619,83
Magellan	-6 631,98	-2 881,19
Total das Empresas Associadas	1 549 693,48	4 017 668,70
Interesses Minoritários	-25 032,36	-23 599,04
Total MEP Consolidado	1 524 661,12	3 994 069,66

28 - Juros e rendimentos similares obtidos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os “juros e rendimentos similares obtidos” nas sociedades que integram o perímetro de consolidação, reconhecidos como rendimentos do ano estão identificadas na tabela seguinte:

JUROS E RENDIMENTOS OBTIDOS	2024	2023
IDD	2.612,94	608,33
ARSENAL	264,81	44,44
Total	2.877,75	652,77

29 - Juros e gastos similares suportados

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os encargos com “juros e gastos similares suportados” nas sociedades que integram o perímetro de consolidação reconhecidos como gasto do ano estão identificadas na tabela seguinte:

JUROS SUPORTADOS	2024	2023
IDD	40.439,91	30.660,14
ARSENAL	29.368,39	0,00
ETI	2.907,00	6.977,89
EXTRA	0,00	0,00
Total	72.715,30	37.638,03

Os juros especializados, no montante de 40.439,91 euros, foram reconhecidos como gastos do ano por contrapartida da rubrica outras contas a pagar- DGTF.

Na ETI, S.A. o montante identificado na tabela deriva das seguintes componentes: 3.445,01 euros referentes a juros suportados com financiamentos obtidos e 669,99 euros relacionados com outros gastos e perdas de financiamentos

Na idD Portugal Defence, S.A., dos juros suportados no período findo em 31 de dezembro de 2024, o montante 40.439,91 euros, compreendem a especialização de juros, no valor de 13.294,17 euros referente ao financiamento acionista de 5.000.000,00 euros contratado em 2024, e 26.248,95 euros, de uma tranche remunerada das prestações acessórias de capital originalmente efetuadas pela anterior acionista EMPORDEF SGPS, S.A., em 18 de março de 2002, e que no processo de liquidação desta entidade ascenderam à ETF entidade que exerce a função acionista da idD Portugal Defence S. A. e cujo detalhe a seguir se apresenta:

Entidade	Data Contrato	Data Visto TC	Prazo Contrato	Capital		Taxa de Juro		Pagamentos do ano			Encargos vencidos não pagos	Saldo em 01/01/2024	Saldo em 31/12/2024
				Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Amortização	Juros	Total			
ETF	18/03/2002	n.a.	360 dias	641 000,00	641 000,00	4,280%	0,751%	0,00	0,00	0,00	26 248,96	641 000,00	641 000,00
ETF	15/11/2024	n.a.	2571 dias	5 000 000,00	5 000 000,00	2,226%	2,226%	0,00	0,00	0,00	13 294,17	5 000 000,00	5 000 000,00
Total				5 641 000,00	5 641 000,00			0,00	0,00	0,00	39 543,13	5 641 000,00	5 641 000,00

30 - Responsabilidades da empresa por garantias prestadas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as responsabilidades relativas a garantias prestadas pelas entidades que integram o perímetro de consolidação estão identificadas na tabela seguinte:

GARANTIAS			2024
IDD	Millennium BCP - DGRDN 2023/4		127.641,80 €
IDD	Millennium BCP - DGRDN 2025/6		146.340,48 €
IDD	Millennium BCP - IGFSS		26.810,75 €
Total			300.793,03 €

As garantias bancárias prestadas pela idD referem-se a :

Garantia de boa execução (garantia técnica) relativa ao Contrato de Aquisição de Serviços de Desmilitarização de Munições e Explosivos Provenientes dos Ramos das Forças Armadas, celebrado com a DGRDN – Direção Geral de Recursos da Defesa Nacional, correspondente a cerca de 5% do valor nominal do contrato Nº 54/2021 (127.641,80 €). A entidade emitente foi o Millennium BCP e entidade beneficiária a DGRDN.

Garantia de boa execução (garantia técnica) relativa ao Contrato de Aquisição de Serviços de Desmilitarização de Munições e Explosivos Provenientes dos Ramos das Forças Armadas, celebrado com a DGRDN – Direção Geral de Recursos da Defesa Nacional, correspondente a cerca de 5% do valor nominal do contrato Nº 02/DGRDN-MDN/2023 (146.340,48 €).

A entidade emitente foi o Millennium BCP e entidade beneficiária a DGRDN.

Garantia prestada pela IDD no âmbito de um processo judicial em curso com o IGFSS no valor de 26.810,75 €.

A entidade emitente foi o Millennium BCP e entidade beneficiária o IGFSS.

31 - Dívidas em mora ao Estado

Na data de 31 de dezembro de 2024, nas sociedades que integram o perímetro de consolidação não existiam dívidas em mora ao Estado.

32. Honorários do Revisor Oficial de Contas / Fiscal Único

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os encargos suportados com as SROC que exercem as funções de Fiscal Único nas sociedades que integram o perímetro de consolidação estão identificadas na tabela seguinte:

Remuneração Anual		2024	2023
IdD	João Cipriano & Associado, SROC	8.950,00 €	8.900,00 €
AA	João Cipriano & Associado, SROC	16.200,00 €	16.200,00 €
ETI	João Cipriano & Associado, SROC	17.487,50 €	13.916,25 €
EXTRA	João Cipriano & Associado, SROC	5.800,00 €	5.800,00 €
Total		48.437,50 €	44.816,25 €

33- Notas à Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidada

Caixa e seus equivalentes no final do exercício	2024	2023
Caixa e seus equivalentes no final - IDD Individual	8.661.166,12	8.494.773,00
Caixa e seus equivalentes no final - Arsenal do Alfeite	4.381.386,56	1.437.509,29
Caixa e seus equivalentes no final - ETI	209.947,16	321.509,20
Caixa e seus equivalentes no final - Extra	239.830,86	172.824,27
Caixa e seus equivalentes Consolidado	13.492.330,70	10.426.615,76

33.1- Fluxos de caixa da atividade operacional

A rubrica de recebimento de clientes (que incluem o IVA à taxa em vigor) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, respeita principalmente aos recebimentos associados à atividade de prestação de serviços de reparação e manutenção naval com origem na participada Arsenal do Alfeite, S.A. Complementarmente incluem ainda os recebimentos das atividades de prestação de serviços e vendas nas atividades de Simulação, Treino e documentação desenvolvidas na participada ETI, S.A., bem como nas atividades *core* da idD Portugal Defence, S.A., correspondendo à alienação de sucatas e escórias e a atividade desenvolvida de desmilitarização de munições e explosivos dos ramos das Forças Armadas e mercado civil, quer ainda os recebimentos associados à atividade de exploração do Parque Aeronáutico de Alverca.

33.2 Recebimentos de transferências e subsídios correntes

A rubrica de transferências e subsídios correntes, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, compreende os montantes/transferências recebidas ao abrigo do Protocolo celebrado com a Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional para as atividades de promoção da Base Tecnológica da Indústria de Defesa Nacional (BTID), do projeto MEAP e do PRR Aeronext.

33.3 - Pagamento a fornecedores

A rubrica de pagamentos a fornecedores, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, inclui os pagamentos relacionados com as atividades ou exploração corrente da idD Portugal Defence, S.A. ou das restantes empresas que integram o perímetro de consolidação, sendo predominantes os pagamentos a fornecedores da atividade de construção e manutenção naval, desenvolvida na participada Arsenal do Alfeite, S.A.. Os valores incluídos nesta rubrica incluem IVA à taxa em vigor.

33.4 - Pagamentos ao pessoal

A rubrica de pagamentos ao pessoal, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, inclui, para além dos valores pagos ao pessoal, os pagamentos realizados aos membros dos órgãos sociais – Conselho de Administração e Conselho Fiscal e os respetivos encargos subjacentes, ou seja, pagamentos à Segurança Social, CGA ou ADSE, pagamentos relativos às retenções de IRS efetuadas e outros impostos relacionados com o pessoal de todas as empresas que integram o perímetro de consolidação, com as exceções do Conselho Fiscal (apenas existente na idD Portugal Defence, S.A.) e da Extra, S.A. que não tem órgãos sociais ou colaboradores remunerados, visto constituir uma sociedade veículo de propósito específico.

33.5- Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento

A rubrica de pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento, reparte-se da seguinte forma pelas empresas incluídas no perímetro de consolidação:

Fluxo de Caixa Consolidado	IDD	AA	ETI	EXTRA	TOTAL
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	0,00	64.963,61	-8.177,09	-18.652,42	38.134,10
	0,00	64.963,61	-8.177,09	-18.652,42	38.134,10

33.6- Outros recebimentos e pagamentos

A rubrica de outros recebimentos e pagamentos que regista um valor de 6.444.104,12 €, compreende essencialmente pagamentos realizados pela Arsenal do Alfeite, referentes a retenções na fonte em sede de IRS, IVA, Caixa Geral de Aposentações, Segurança Social e ADSE.

Fluxos de caixa das atividades de investimento

33.7- Pagamentos respeitantes a ativos fixos tangíveis, intangíveis e outros ativos

A rubrica de pagamentos referente às despesas de investimento (CAPEX) em ativos fixos tangíveis ou intangíveis (realizados ou em curso), durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023. Os valores incluídos nesta rubrica incluem IVA à taxa em vigor. A maior parte do investimento realizado no montante de 1.071.272,96 euros respeita às obras de beneficiação de Edifícios e aquisição de equipamento básico e administrativo.

No que respeita aos ativos fixos intangíveis, no montante global de 30.618 euros, respeita á aquisição de programas de computador por parte do AA.

33.8- Recebimentos de Outras operações de Investimento – Subsídios

Nesta rubrica o montante de 174.982,17 €, refere-se a subsídios recebidos pela ETI pagos pelas seguintes entidades IAPMEI, ADC/ANI e FED/Thales.

33.9 – Transferências de Capital

Nesta rubrica o montante de 312.207,10 €, refere-se a verbas recebidas no âmbito do PRR - Plano de Recuperação e Resiliência relacionado com o Investimento TC-C10-i03.02 “Centro de Operações de Defesa do Atlântico e Plataforma Naval: Pilar III- Academia do Arsenal do Alfeite (Academia 4.0)”.

33.10- Recebimentos de Outras operações de Investimento – Dividendos

O montante de 561.211,65 euros incluído nesta rubrica no exercício de 2024, respeita ao pagamento de dividendos pelas participadas Naval Rocha, S.A, e Edisoft, S.A.

Fluxos de caixa das atividades de financiamento

33.11- Recebimentos provenientes de Financiamentos obtidos

O montante de 6.154.541,57 euros no exercício de 2024, corresponde ao financiamento acionista contratado pela IDD, no montante de 5.000.000,00 euros, a um financiamento contratado pelo Arsenal do Alfeite no IGCP no valor de 875.000,00 euros, e a um financiamento de curto prazo concedido em linhas de descoberto/contas correntes caucionadas abertas na Banca Comercial pela participada ETI, S.A. (até ao montante máximo contratualizado de 300.000 euros).

33.12 - Pagamentos respeitantes a Financiamentos obtidos

Esta rubrica as reposições efetuadas pelas participada Arsenal do Alfeite, S.A, e ETI, S.A. referente aos financiamentos contratados junto do IGCO e nas linhas de descoberto/conta corrente caucionadas junto da banca comercial, respetivamente.

33.13 - Pagamentos respeitantes a Juros e gastos similares

Esta rubrica no exercício de 2024, regista exclusivamente os juros e outros encargos suportados pela IDD (611,50 €) e pela participada ETI, S.A. junto da Banca Comercial (2.563,13 €).

34- Utilização de frações do Palácio Bensaúde

A rentabilização e preservação do património imobiliário público é uma preocupação de todas as entidades pertencentes ao setor público. A idD Portugal Defence, SA, no âmbito das operações de rentabilização dos imóveis pertencentes à esfera do Ministério da Defesa Nacional, procedeu a obras de requalificação e adaptação nas frações por si ocupadas no edifício Palácio Bensaúde, que serão as instalações de escritório e futura sede social da idD Portugal Defence, S.A.

Esta mudança de instalações, motivada também pelo facto das anteriores não comportarem o efetivo da sociedade localizado em Lisboa, permitiu, não só a requalificação de parte de um imóvel pertencente à esfera da Defesa Nacional, evitando a sua contínua degradação, como do ponto de vista do Estado permitiu uma poupança efetiva, considerando que a despesa com a renda nas anteriores instalações do Restelo deixou de ser paga pela idD Portugal Defence, S.A. a uma entidade terceira, fora da esfera pública.

De facto, embora ao abrigo da legislação em vigor, e da aplicação do princípio da onerosidade de uso, a idD Portugal Defence, S.A. venha a pagar uma renda à Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional (SGMDN), deixará de o fazer a terceiros, pertencentes à esfera privada.

Embora não esteja ainda acordado o valor da renda que a idD Portugal Defence S.A. passará a pagar à Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional pelas instalações do

Palácio Bensaúde, foi comunicado a 26 de janeiro de 2024, de que *“foi homologado pela “ESTAMO – Participações Imobiliárias, S.A.”, o valor da Renda Mensal de 7.978,00 € (sete mil novecentos e setenta e oito euros).”*, este será sempre receita do Estado, perspetivando-se que numa primeira fase sejam descontados os montantes despendidos nas obras de requalificação realizadas e atualização da infraestrutura técnica de parte do edifício (cablagens, comunicações, segurança, etc.), cujos valores estão reconhecidos em balanço nas rubricas de ativos tangíveis e/ou em curso (nos anos de 2020 e 2021, com reforço marginal em 2022 e 2023)

Pela mesma razão a idD Portugal Defence, S.A. reconheceu já o valor das rendas até 31 de dezembro de 2024 acrescido da especialização da previsão de encargos com eletricidade e água visto que os contadores do edifício não estão segregados, não estando, no presente, esses serviços diretamente contratualizados com a idD Portugal Defence, S.A.

35 - Relato por segmentos

A NCP 25 exige a informação por segmentos. De acordo com aquela norma “Um segmento é uma atividade ou grupo de atividades distinguíveis de uma entidade relativamente às quais é apropriado relatar informação financeira separada com a finalidade de avaliar o desempenho passado da entidade para atingir os seus objetivos, e tomar decisões acerca da futura alocação de recursos”. Os segmentos podem ser segmentos de serviços, ou segmentos geográficos.

De referir que a NCP 25 refere que:

“(a) Um segmento de serviço refere-se a um componente distinguível de uma entidade que esteja empenhada em disponibilizar produtos ou serviços relacionados ou em atingir objetivos operacionais particulares consistentes com a missão global de cada entidade. Um segmento de serviço também se refere a atividades de entidades com leis orgânicas próprias e que tenham sido agregadas numa única entidade para efeitos de orçamento, contabilidade e relato. Muitas vezes estas entidades assumem a designação de entidade “Gestão Administrativa e Financeira”; e

(b) Um segmento geográfico é um componente distinguível de uma entidade que esteja empenhada em disponibilizar produtos ou serviços relacionados ou em atingir objetivos operacionais particulares dentro de uma área geográfica em particular.”

No caso da IDD Portugal Defence, S.A., e para efeitos de grupo não existe qualquer definição sobre segmentos específicos a considerar na prestação de informação.

36 - Processos / Ações Judiciais – Arsenal do Alfeite

No ano de 2024 correram termos as seguintes ações judiciais:

Ações interpostas pelo consórcio Iberlim- Sociedade Técnica de Limpezas, S.A. e SLIMCEI - Sociedade de Limpezas, Manutenção e Comercialização de Equipamentos Industriais, Lda., contra a Arsenal do Alfeite, S.A.

No âmbito da primeira (Processo n.º 1179/13.7BEALM, do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada) que nasceu de processo de injunção, a Autora reclama o pagamento da quantia de € 20.560,66 acrescida de juros de mora que à data de interposição da injunção ascendiam a € 2.122,73, referentes à alegada falta de pagamento de faturas. Tendo em consideração que este montante corresponde a sanções contratuais aplicadas por incumprimento, aliás já reconhecido judicialmente em anteriores processos, a Arsenal do Alfeite, S.A., apresentou oposição à injunção. Tendo sido considerado judicialmente que a decisão deste processo se encontra condicionada pelo julgamento do outro processo em curso, foi judicialmente determinada em 30.11.2021, a suspensão da instância até julgamento e transito em julgado da decisão final do processo n.º 401/14.7BESNT, do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, nos termos do Artigo 272º do CPC.

O segundo processo acima mencionado, também interposto pelo mesmo consórcio, corresponde a uma ação administrativa especial (Processo n.º 401/14.7BESNT, do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra) na qual as Autoras peticionam a declaração de nulidade dos atos administrativos que determinaram a aplicação às Autoras de sanções contratuais no montante global de 20.560,66€.

Foi igualmente apresentada contestação, tendo sido a Arsenal do Alfeite, S.A. notificada em fevereiro de 2023 da sentença na qual a Arsenal é totalmente absolvida dos pedidos, tendo sido, porém, apresentado recurso por parte do consórcio, ao qual já se apresentaram contra-alegações, aguardando-se sentença não emitida em 2024.

Processo de injunção- Enviestudos, S.A.

Registou-se, em 2021, a interposição de uma injunção por parte da empresa Enviestudos, S.A. contra a Arsenal do Alfeite, reclamando a mesma a quantia de € 6.9991,68, correspondente à prestação de serviços de elaboração de um Plano de Segurança, o qual não foi pago pela Arsenal do Alfeite, S.A. em virtude de considerar não se mostrar cumprida prestação de serviços, razão pela qual apresentou oposição à injunção em apreço (Processo 53038/20.0YIPRT). No decorrer do ano de 2023, e em virtude da apresentação de oposição à injunção, foi a mesma redistribuída para o Juízo de Contratos Públicos do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa.

Em 2024, apenas foi a Arsenal do Alfeite, S.A. notificada para proceder à junção de documentação relevante referente ao procedimento pré-contratual em causa bem como a relacionada com a execução da prestação de serviços, pedido ao qual se respondeu, aguardando-se o desenvolvimento dos termos do processo.

Processo de Insolvência FIUTAK

Por fim, e tendo em consideração o não pagamento dos serviços prestados pelo estaleiro na Nigéria no âmbito do contrato assinado com a FIUTAK Industries GmbH, foi interposto contra esta última uma injunção europeia para recuperação do crédito de 39.513,42€, acrescido dos respetivos juros de mora, tendo a mesma sido redistribuída para ação declarativa após oposição da Ré. De se denotar que a mesma foi posteriormente extinta por inutilidade superveniente da lide em virtude do processo de insolvência da ré, tendo a Arsenal do Alfeite, S.A., reclamado créditos no âmbito da mesma, a qual corre termos na Alemanha, sem qualquer evolução em 2024.

Processo- Loviril – Construção Civil, Unipessoal, Lda.

Regista-se, já no decorrer do ano de 2024, a interposição de uma ação administrativa interposta pela empresa Loviril- Construção Civil, Unipessoal, Lda. contra a Arsenal do Alfeite, S.A. (Processo 750/23.3BEALM, do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa), na qual a autora peticiona, em suma, a declaração de nulidade dos atos administrativos que determinaram a aplicação de sanções contratuais no montante global de 131.409,78€.

Foi assim apresentada contestação, aguardando-se o desenvolvimento dos autos.

37 - ETI – Outras divulgações relevantes

A empresa tem a 31 de dezembro de 2024 as seguintes responsabilidades contingentes com contratos de arrendamento, alugueres e locações operacionais:

Item	Tipo de responsabilidade	Entidade	Periodicidade da Renda	Valor da Renda (Euros)	Horizonte temporal
1	Contrato de Aluguer Mobiliário	Newrent (USE)	Mensal	62,45	15/01/2028
2	Contrato de Aluguer Mobiliário	Newrent (USE)	Mensal	109,18	09/09/2025
3	Contrato de Aluguer Equipamentos	Newrent (USE)	Mensal	129,95	07/02/2025
4	Contrato de Aluguer Mobiliário	Newrent (USE)	Mensal	167,65	04/01/2025
5	Aluguer Operacional (AOV)	VWFS	Mensal	576,51	07/11/2026
6	Aluguer Operacional (AOV)	VWFS	Mensal	549,99	18/08/2028
7	Contrato de Arrendamento	Geral Lazarim	Mensal	6 155,12	15/10/2025

38 – Eventos subsequentes à data do relato

Entre o final do exercício e a presente data, foi nomeado um novo Conselho de Administração, que tomou posse a 13 de janeiro de 2024.

Foi realizada pelo Tribunal de Contas uma auditoria à idD, para o período de 2020 a 2022, tendo sido rececionado o relatório para contraditório no dia 14 de julho de 2025.

A empresa não identificou quaisquer eventos, desde a data de referência do fecho de contas até à data de emissão deste Relatório de Gestão e Contas de 2024 em Base consolidada, que necessitem de ajuste ou divulgação no anexo às demonstrações financeiras.

Lisboa, 19 de setembro de 2025

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Assinado por: **NELSON RICARDO CUNHA CORREIA DA SILVA**

Num. de Identificação: 09778824

Data: 2025.10.01 21:13:38+01'00'

Certificado por: **Ordem dos Contabilistas Certificados**

Atributos certificados: **Membro da OCC nº 65948**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Assinado por: **Ricardo Manuel de Magalhães Pinheiro Alves**

Num. de Identificação: 07671466

Data: 2025.10.01 21:13:38+01'00'

Ricardo Manuel de Magalhães Pinheiro Alves
(Presidente do Conselho de Administração)

Assinado por: **LUÍS MIGUEL SILVA RIBEIRO**

Num. de Identificação: 09521541

Data: 2025.10.01 23:29:40+01'00'

Luís Miguel Silva Ribeiro
(Vogal do Conselho de Administração)

2.3 – Demonstrações Orçamentais Consolidadas

2.3.1 – Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental

Rubrica	RECEBIMENTOS	2024	2023	Rubrica	PAGAMENTOS	2024	2023
	Saldo de gerência anterior						
	Operações orçamentais [1]	2.732.451,13	4.609.716,50				
	Restituição do saldo oper. Orçamentais	0,00	0,00				
	Operações de tesouraria [A]	199.830,81	218.515,19				
	Receita Corrente		26.590.890,43		Despesa Corrente	26.311.639,23	28.161.808,23
R1	Receita fiscal	0,00	0,00	D1	Despesas com o pessoal	14.102.632,53	13.779.000,64
R2	Contribuições para sistemas de proteção social	0,00	0,00	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	10.411.056,84	10.254.695,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	66,71	149.931,93	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	653.695,32	575.898,89
R4	Rendimentos de propriedade	745.385,40	526.268,07	D1.3	Segurança social	3.037.880,37	2.948.406,75
R5	Transferências Correntes	1.028.557,49	1.027.793,43	D2	Aquisição de bens e serviços	9.868.025,02	11.050.156,41
R6	Venda de Bens e Serviços	23.137.804,18	24.886.589,24	D3	Juros e outros encargos	39.251,44	23.411,61
R7	Outras receitas Correntes	3.560,84	307,76	D4	Transferências correntes	910,00	324.174,40
	Receita Capital			D5	Outras despesas correntes	2.300.820,24	2.985.065,17
R8	Vendas de bens de investimento	0,00	0,00		Despesa Capital		
R911	Transferências de Capital - Estado Português	468.365,69	858.568,13		Despesa Capital	946.379,99	1.071.348,00
R912	Transferências de Capital - Exterior - EU	341.957,82	0,00	D6	Aquisição de bens de capital	1.049.766,76	1.071.348,00
R10	Outras receitas de capital	2.044,88	367,54	D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	92.965,25	38.020,68				
	Receita efetiva (2)	25.820.708,26	27.487.846,78		Despesa efetiva (5)	27.361.405,99	29.233.156,23
	Receita não efetiva (3)	16.152.046,00	4.000.000,00		Despesa não efetiva (6)	13.222.412,00	4.139.634,00
R12	Receita com ativos financeiros	5.215.840,00	4.000.000,00	D9	Despesa com ativos financeiros	12.286.206,00	4.139.634,00
R13	Receita com passivos financeiros	10.936.206,00	0,00	D10	Despesa com passivos financeiros	936.206,00	0,00
	Soma (4) = (1)+(2)+(3)	44.705.205,39	36.097.563,28		Soma (7) = (5)+(6)	40.583.817,99	33.372.790,23
	Operações de tesouraria (B)	2.846.397,87	309.805,45		Operações de tesouraria (C)	3.058.056,81	217.915,19
					Saldo para a gerência seguinte	4.109.559,27	3.035.178,50
					Operações Orçamentais (8) = (4)-(7)	4.121.387,40	2.724.773,05
					Operações de tesouraria (D) = (A) + (B) - (C)	-11.828,13	310.405,45
					Saldo global (2)-(5)	-1.540.697,73	-1.745.309,45
					Despesa primária		0,00
					Saldo corrente	-1.396.264,61	-1.570.917,80
					Saldo capital	-134.011,60	-212.412,33
					Saldo primário	-1.501.446,29	-1.721.897,84
					Receita Total (1) + (2) + (3)	44.705.205,39	36.097.563,28
					Despesa Total (5) + (6)	40.583.817,99	33.372.790,23

Nota: Nesta consolidação não foi considerada a ETI, uma vez que é uma empresa do Setor Empresarial do Estado Não Reclassificada, i.e., uma entidade pública que não é objeto de reclassificação no sector das Administrações Públicas por força da lei de enquadramento orçamental e dos critérios definidos no Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Assinado por: **NELSON RICARDO CUNHA CORREIA DA SILVA**
 Num. de Identificação: 09778824
 Data: 2025.10.01 21:14:39+01'00'
 Certificado por: **Ordem dos Contabilistas Certificados**
 Atributos certificados: **Membro da OCC nº 65948**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Assinado por: **Ricardo Manuel de Magalhães Pinheiro Alves**
 Num. de Identificação: 07671466
 Data: 2025.10.01 21:14:39+01'00'

Ricardo Manuel de Magalhães Pinheiro Alves
 (Presidente do Conselho de Administração)

Assinado por: **LUÍS MIGUEL SILVA RIBEIRO**
 Num. de Identificação: 09521541
 Data: 2025.10.01 23:29:02+01'00'

Luís Miguel Silva Ribeiro
 (Vogal do Conselho de Administração)

2.3.2 - Demonstração Consolidada de direitos e obrigações por naturezas.

Rubrica	LIQUIDAÇÕES	2024	2023	Rubrica	OBRIGAÇÕES	2024	2023
	Receita Corrente	24.915.374,62	26.590.890,43		Despesa Corrente	26.311.639,23	28.161.808,23
R1	Receita fiscal	0,00	0,00	D1	Despesas com o pessoal	14.102.632,53	13.779.000,64
R2	Contribuições para sistemas de proteção social	0,00	0,00	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	10.411.056,84	10.254.695,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	66,71	149.931,93	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	653.695,32	575.898,89
R4	Rendimentos de propriedade	745.385,40	526.268,07	D1.3	Segurança social	3.037.880,37	2.948.406,75
R5	Transferências Correntes	1.028.557,49	1.027.793,43	D2	Aquisição de bens e serviços	9.868.025,02	11.050.156,41
R6	Venda de Bens e Serviços	23.137.804,18	24.886.589,24	D3	Juros e outros encargos	39.251,44	23.411,61
R7	Outras receitas Correntes	3.560,84	307,76	D4	Transferências correntes	910,00	324.174,40
	Receita Capital	905.333,64	896.956,35	D5	Outras despesas correntes	2.300.820,24	2.985.065,17
R8	Vendas de bens de investimento	0,00	0,00		Despesa Capital	1.049.766,76	1.071.348,00
R911	Transferências de Capital - Estado Português	468.365,69	858.568,13	D6	Aquisição de bens de capital	1.049.766,76	1.071.348,00
R912	Transferências de Capital - Exterior - EU	341.957,82	0,00	D7	Transferências de capital	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	2.044,88	367,54	D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	92.965,25	38.020,68		Despesa efetiva	27.361.405,99	29.233.156,23
	Receita efetiva	25.820.708,26	27.487.846,78		Despesa não efetiva (6)	13.222.412,00	4.139.634,00
	Receita não efetiva	16.152.046,00	4.000.000,00	D9	Despesa com ativos financeiros	12.286.206,00	4.139.634,00
R12	Receita com ativos financeiros	5.215.840,00	4.000.000,00	D10	Despesa com passivos financeiros	936.206,00	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	10.936.206,00	0,00		Despesa Total	40.583.817,99	33.372.790,23
	Receita Total	41.972.754,26	31.487.846,78				

Nota: Nesta consolidação não foi considerada a ETI, uma vez que é uma empresa do Setor Empresarial do Estado Não Reclassificada, i.e., uma entidade pública que não é objeto de reclassificação no sector das Administrações Públicas por força da lei de enquadramento orçamental e dos critérios definidos no Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Assinado por: **NELSON RICARDO CUNHA CORREIA DA SILVA**

Num. de Identificação: 097778824

Data: 2025.10.01 21:15:46+01'00'

Certificado por: **Ordem dos Contabilistas Certificados**

Atributos certificados: **Membro da OCC nº 65948**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Assinado por: **Ricardo Manuel de Magalhães Pinheiro Alves**

Num. de Identificação: 07671466

Data: 2025.10.01 21:15:46+01'00'

Ricardo Manuel de Magalhães Pinheiro Alves
(Presidente do Conselho de Administração)

Assinado por: **LUÍS MIGUEL SILVA RIBEIRO**

Num. de Identificação: 09521541

Data: 2025.10.01 23:28:31+01'00'

Luís Miguel Silva Ribeiro
(Vogal do Conselho de Administração)

3 – RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

4 – CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



PORTUGAL

MAKING THE DIFFERENCE